

Vivências da área de documentação do Iphan

Organizadores

Raphael Bahia do Carmo

Fernando de Jesus Pereira

Odilé Viana de Souza



Editora
Iblit



VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Organizadores

Raphael Bahia do Carmo
Fernando de Jesus Pereira
Odilé Viana de Souza



**Editora
Ibiti**



Organização

Raphael Bahia do Carmo
Fernando de Jesus Pereira
Odilé Viana de Souza

VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN



Brasília-DF
Ibit, 2025



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Diretor

Carlos André Amaral de Freitas

Coordenador de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta

Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia
- COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes

Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira

Coordenadora-Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo

Coordenador-Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Hugo Valadares Siqueira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de tecnologias para informação - Cotec





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CULTURA

Margareth Menezes da Purificação

Ministra da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Leandro Antônio Grass Peixoto

Presidente

Adriana Fátima Bortoli Araújo

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração - DPA

Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI

Cejane Pacini Leal Muniz

Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação - DAFE

Daniel Borges Sombra

Diretor do Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI)



Organização

Raphael Bahia do Carmo
Fernando de Jesus Pereira
Odilé Viana de Souza

VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Autorias

Raphael Bahia do Carmo
Ana Beatriz Colombo
Sonia Troitiño
Carlos Thiago Teixeira
Rayssa Gomes Macedo Silva
Andressa Furtado da Silva de Aguiar
Odilé Viana de Souza
Milton Shintaku
Mariângela Spotti Lopes Fujita
Lucas Ângelo da Silveira
Mirele Carolina Souza Ferreira Costa
Fernando de Jesus Pereira
Elton Mártires Pinto
Maria Aniolly Queiroz Maia
Danielle do Carmo
Gustavo Cardoso de Paiva



Editora
Ibitc

Brasília-DF
Ibitc, 2025



**EDITORA IBITC****Conselho Editorial**

Gustavo Silva Saldanha

Luana Farias Sales

Milton Shintaku

Franciele Garcês

Leyde Klébia Rodrigues da Silva

Stella Moreira Dourado

Daniel Strauch

Alexandre Oliveira

Ana Carolina Simionato Arakaki

Comitê Científico

Ania Rosa Hernández Quintana

Fernanda do Valle

María Arminda Damus

Martha Sabelli

Natalia Duque Cardona

Vinícius Meneses

Sonia Troitiño

Carlos Thiago Teixeira

Rayssa Gomes Macedo Silva

Andressa Furtado da Silva de Aguiar

Odilé Viana de Souza

Milton Shintaku

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Lucas Ângelo da Silveira

Mirele Carolina Souza Ferreira Costa

Fernando de Jesus Pereira

Elton Mârtires Pinto

Maria Aniolly Queiroz Maia

Danielle do Carmo

Gustavo Cardoso de Paiva

Normalização

Elton Mârtires Pinto

Fernanda Maciel Rufino

Autorias

Raphael Bahia do Carmo

Fernando de Jesus Pereira

Odilé Viana de Souza

Diagramação e projeto gráfico

Flávio Endi Altoé Dalto

Comitê Editorial

Tiago Braga

Milton Shintaku

Henrique Denes

Cecília Leite Oliveira

Ricardo Pimenta

Leda Cardoso Sampson Pinto

Carlos André Amaral de Freitas

Marcel Souza

Hugo Valadares

Washington Segundo

EQUIPE TÉCNICA**Organização**

Raphael Bahia do Carmo

Fernando de Jesus Pereira

Odilé Viana de Souza

Autorias

Raphael Bahia do Carmo

Ana Beatriz Colombo

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V857 Vivências da área de documentação do Iphan [recurso eletrônico] /
 Organizadores: Raphael Bahia do Carmo, Fernando de Jesus Pereira e Odilé Viana de Souza. -- Brasília: Editora Ibitc, 2025.
 1 recurso online [210 p.] : il.

Modo de acesso: WWW
 Publicação digital (e-book) no formato PDF. [3,55 MB]
 ISBN 978-85-7013-248-2
 DOI 10.22477/9788570132482

1. Patrimônio cultural – Documentação – Brasil. 2. Centros de documentação – Brasil. 3. Bibliotecas digitais. 4. Preservação digital. I. Carmo, Raphael Bahia do (org.). II. Pereira, Fernando de Jesus (org.). III. Souza, Odilé Viana de (org.). IV. Título.

CDU 002.6(81):004.738.5

Ficha catalográfica elaborada por Bernardo Dionízio Vechi CRB1/2775

Como referenciar este livro:

CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibitc, 2025. xx p.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade das autoras, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço:

Ibitc - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5o. andar

CEP: 70.070-912 - Brasília.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| PREFÁCIO..... | 11 |
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| | |
| CAPÍTULO 1 - BREVE RELATO SOBRE A RELAÇÃO DO IPHAN COM OS ARQUIVOS..... | 17 |
| 1.1 - INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 1.2 - A RELAÇÃO DO Iphan COM OS ARQUIVOS..... | 18 |
| 1.3 - O Iphan E A LEI DE ARQUIVOS | 24 |
| 1.4 - POSSIBILIDADES DE CAMINHOS PARA O Iphan E OS ARQUIVOS PATRIMONIALIZADOS | 26 |
| 1.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 30 |
| REFERÊNCIAS | 31 |
| | |
| CAPÍTULO 2 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO Iphan | 36 |
| 2.1 – INTRODUÇÃO | 36 |
| 2.2 - TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS: A CRIAÇÃO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO | 37 |
| 2.3 – OS DESAFIOS ENFRENTADOS: O EXERCÍCIO DE PLANEJAR E EXECUTAR | 40 |
| 2.4 – CDP: NOVAS DIRETRIZES..... | 44 |
| 2.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 48 |
| REFERÊNCIAS | 50 |
| | |
| CAPÍTULO 3 - O ARQUIVO CENTRAL SEÇÃO RIO DE JANEIRO E A TRAJETÓRIA DA DOCUMENTAÇÃO NO IPHAN | 54 |
| 3.1 - INTRODUÇÃO..... | 54 |
| 3.2 - PROTEÇÃO DOS ACERVOS..... | 56 |
| 3.3 - REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO | 57 |
| 3.4 - O ACERVO DO ARQUIVO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO | 58 |
| 3.5 - SERVIÇOS | 59 |
| REFERÊNCIAS | 61 |

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIA DAS BIBLIOTECAS DO Iphan | 64 |
| 4.1 - INTRODUÇÃO..... | 64 |
| 4.2 - REDE DE BIBLIOTECAS DO Iphan (RBI)..... | 65 |
| 4.2.1 - Portaria da Rede de Bibliotecas do Iphan | 67 |
| 4.3 - GRUPOS DE TRABALHO | 69 |
| 4.4 - CATÁLOGO ONLINE DA RBI | 71 |
| 4.5 - BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES..... | 72 |
| 4.5.1 - Produtos e serviços oferecidos pela BAM | 74 |
| 4.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 74 |
| REFERÊNCIAS..... | 76 |
| | |
| CAPÍTULO 5 - HISTÓRICO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS NO BRASIL..... | 79 |
| 5.1 - Introdução..... | 79 |
| 5.2 - Biblioteca no Brasil | 80 |
| 5.3 - Bibliotecas Digitais | 83 |
| 5.4 - Bibliotecas Digitais no Governo | 86 |
| 5.5 - Considerações finais..... | 89 |
| REFERÊNCIAS..... | 90 |
| | |
| CAPÍTULO 6 - SOFTWARE DSPACE PARA BIBLIOTECAS DIGITAIS..... | 97 |
| 6.1 - Iphan E A BUSCA POR UMA SOLUÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL | 97 |
| 6.2 - SOBRE O DSPACE..... | 99 |
| 6.2.1 - Origem e consolidação da plataforma..... | 99 |
| 6.2.2 - Arquitetura Funcional | 100 |
| 6.2.3 - Evolução do DSpace..... | 103 |
| 6.2.4 - Comunidade ativa e suporte colaborativo | 104 |
| 6.3 - IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO Iphan | 106 |
| 6.3.1 - Infraestrutura Utilizada..... | 106 |

| | |
|---|-----|
| 6.3.2 - Fluxos Operacionais Configurados..... | 109 |
| 6.4.1 - Ajustes Visuais e Identidade Visual | 112 |
| 6.4.2 - Componentes Específicos na Homepage | 113 |
| 6.4.3 - Customizações na Busca..... | 114 |
| 6.4.4 - Visualização dos Itens | 115 |
| 6.4.5 - Automatizações Implementadas | 116 |
| 6.5 - REPASSE DE TECNOLOGIA..... | 117 |
| 6.5.1 - Planejamento Inicial no Ibict | 118 |
| 6.5.2 - Validação do Sistema..... | 118 |
| 6.5.3 - Migração para o Ambiente do Iphan..... | 119 |
| 6.5.4 - Capacitação e Alinhamento..... | 119 |
| 6.6 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL | 120 |
| 6.6.1 - Backups | 121 |
| 6.6.2 - Rotinas Agendadas | 122 |
| 6.6.3 Boas Práticas de Manutenção | 123 |
| 6.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 124 |

REFERÊNCIAS

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 – A BIBLIOTECA DIGITAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL..... | 128 |
| 7.1 - INTRODUÇÃO..... | 128 |
| 7.2 - SOBRE A BIBLIOTECA DIGITAL DO Iphan | 132 |
| 7.3 - O ACERVO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO IPHAN..... | 135 |
| 7.4 - ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL..... | 143 |
| 7.5 - REPRESENTAÇÃO DOS ITENS | 149 |
| 7.6 - DIREITOS AUTORAIS..... | 152 |
| 7.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 154 |

REFERÊNCIAS

155

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 - EXPERIÊNCIAS DO PROJETO MEMÓRIA EM REDE | 163 |
| 8.1 -INTRODUÇÃO..... | 163 |
| 8.2 - O ACERVO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS | 164 |
| 8.3 - A PLATAFORMA DOS BENS CULTURAIS REGISTRADOS BCR | 167 |
| 8.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 179 |
| REFERÊNCIAS | 180 |
| | |
| CAPÍTULO 9 - OBSERVATÓRIO DO SISTEMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL . | 185 |
| 9.1 - INTRODUÇÃO | 185 |
| 9.2 - O PROJETO DE PESQUISA | 186 |
| 9.3 - AS TECNOLOGIAS | 192 |
| 9.4 - OS DASHBOARDS | 193 |
| 9.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 201 |
| REFERÊNCIAS | 203 |
| | |
| AUTORES | 206 |

Prefácio

O Livro *Vivências da Área de Documentação do Iphan*, nasce como fruto da colaboração entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan, produto de um trabalho técnico realizado entre os dois Institutos ao empreenderem esforços para a criação da Biblioteca Digital do Iphan. É a materialização e testemunho do compromisso em garantir a preservação, acesso e uso de um importante acervo bibliográfico que foi produzido e preservado pelo Instituto durante sua trajetória de quase 90 anos.

Em um mundo cada vez mais digital, as bibliotecas deixaram de ser apenas repositórios físicos para se tornarem plataformas de acesso democrático à informação. A Biblioteca Digital do Iphan é um exemplo desse avanço, rompendo barreiras geográficas e garantindo que a riqueza do patrimônio documental brasileiro esteja ao alcance de todos. Essa transformação não apenas preserva a memória, mas também a revitaliza, conectando gerações e fortalecendo o senso de pertencimento.

O Centro de Documentação do Patrimônio surge como um guardião dessa herança cultural, reunindo acervos que contam histórias não apenas de pedra e cal, mas de pessoas, lutas e tradições. Seu papel vai além da conservação: é um espaço dinâmico, onde pesquisadores, comunidades e cidadãos encontram as ferramentas para compreender e valorizar a diversidade do Brasil. Complementando esse ecossistema, a Rede de Bibliotecas do Iphan e o Sistema de Arquivos funcionam como pilares interligados, que trabalham para a preservação e acesso à informação em prol da sociedade.

Livros e documentos de arquivo, quando disponibilizados para acesso amplo a sociedade, assumem um papel transformador: é por meio deles que comunidades encontram meios para reivindicar seu lugar na narrativa nacional, pesquisadores fundamentam estudos e gestores públicos elaboram políticas culturais inclusivas, são como um mapa que traz o caminho para a construção de um futuro mais justo, onde a memória seja reconhecida como direito essencial.

Tratando sobre o universo da documentação, este livro traz a generosa contribuição de pesquisadores e técnicos de diversas instituições, que em seus trabalhos, se dedicam aos estudos do patrimônio documental e áreas correlatas, em cada capítulo foram compartilhados conhecimentos especializados e vivências práticas que não apenas enriquecem o debate acadêmico, mas também cumprem um papel social fundamental: tornar acessível à sociedade o conhecimento produzido no âmbito das pesquisas e instituições.

Mais do que um compêndio de trabalhos acadêmicos, esta publicação é um convite ao diálogo entre especialistas, gestores públicos e a sociedade, evidenciando como o patrimônio documental, quando bem gerido e democratizado, pode ser uma ferramenta poderosa de transformação. Que estas páginas inspirem profissionais e cidadãos a em prol da valorização e proteção da memória documental do Brasil, reconhecendo nela um pilar essencial para o entendimento de nosso passado e a construção de nosso futuro.



Leandro Grass

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Apresentação

Este livro, fruto da colaboração entre o Ibict e o Iphan, oferece um mergulho profundo no trabalho essencial desenvolvido pelo Centro de Documentação do Patrimônio, um espaço dinâmico de proteção e difusão do patrimônio documental, onde memória, identidade e justiça social se entrelaçam de forma poderosa.

Neste livro, podemos ter acesso a uma parcela do trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação do Patrimônio, ao mesmo tempo em que é possível dimensionar o seu papel de destaque na área de documentação no Iphan, sendo o órgão que direciona os trabalhos do Sistema de Arquivos e da Rede de Bibliotecas do Instituto, além de gerir o Arquivo Central do Iphan – Seções Brasília e Rio de Janeiro e as bibliotecas Aloísio Magalhães e Noronha Santos, que constituem um patrimônio documental de valor inestimável para a sociedade brasileira e, ser a Unidade Especial com a atribuição técnica sobre as questões relacionadas aos arquivos patrimoniais.

A importância deste trabalho transcende a esfera da preservação, cada documento catalogado, cada imagem digitalizada, cada registro sonoro recuperado representa um ato de resistência contra o esquecimento. São ferramentas poderosas para resgatar histórias apagadas, fortalecer identidades culturais ameaçadas e promover justiça social através do acesso à memória coletiva, os arquivos e bibliotecas do Iphan também são guardiões de processos de tombamento, livros,

registros fotográficos históricos, projetos arquitetônicos e documentos textuais que remontam às origens da política patrimonial no país e sua construção ao longo do tempo.

Esta publicação se destina não apenas a profissionais da informação, mas a todos que compreendem que a salvaguarda documental é condição fundamental para que uma sociedade possa entender seu passado, viver plenamente seu presente e projetar conscientemente seu futuro. As “Vivências” aqui registradas testemunham como a documentação patrimonial pode ser, acima de tudo, um poderoso instrumento de transformação social e afirmação da diversidade que constitui o Brasil.



Cejane Pacini Leal Muniz

Diretora do Departamento de Articulação Fomento e Educação do Iphan



CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1 - BREVE RELATO SOBRE A RELAÇÃO DO IPHAN COM OS ARQUIVOS

Raphael Bahia do Carmo¹

Ana Beatriz Colombo²

Sonia Troitiño³

1.1 - INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória do Iphan, que desde o início de sua atuação tem como incumbência “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Brasil, 1937), os arquivos foram tratados como uma área de interesse do órgão em diversas leis, decretos e regimentos internos, algumas vezes de forma literal e outras se encaixando em termos mais abrangentes que abarcam o

¹ Doutorando, UNESP, diretor CDP/Iphan, raphael.bahia@unesp.br

² Doutoranda, UNESP, ana.colombo@unesp.br.

³ Professora livre-docente, UNESP, sonia.troitiño@unesp.br.

patrimônio em uma perspectiva mais ampla. Entretanto, percebemos que quando falamos em arquivos, as atribuições direcionadas ao Iphan se materializam em ações pontuais e não em programas, projetos ou políticas públicas estruturantes.

Os arquivos e documentos, em especial os patrimonializados, os quais consideramos neste trabalho, aqueles que foram chancelados pelos instrumentos de patrimonialização: tombamento federal, estadual e municipal; memória do mundo; arquivos privados considerados como de interesse público; e, avaliados como permanentes após passar pelo processo de gestão de documentos, são importantes instrumentos contra a invisibilização histórica e para a construção de narrativas e trajetórias. Igualmente, são peças fundamentais para a justiça social e para que ações de reparação sejam desenvolvidas. Cada documento carrega consigo informações sobre ações e intenções, sendo testemunhos do passado ao mesmo tempo que se relacionam diretamente com o presente e o futuro. Desse modo, configura importante fonte para a construção de identidades e preservação de memórias.

Tendo em vista que todas as entidades, sejam elas públicas, privadas ou pessoas físicas, em menor ou maior medida - são produtores de documentos e deles precisam para o efetivo exercício da vida em sociedade, consideramos que refletir sobre a relação do Iphan com os arquivos é de suma importância em todo o tempo.

Neste capítulo, faremos uma leitura sobre a trajetória do Iphan, buscando identificar sua relação com os arquivos, bem como, refletir sobre os caminhos possíveis para sua atuação no campo da documentação.

Para desenvolvimento desta reflexão, dividimos este trabalho em quatro seções: (i) na seção, *A relação do Iphan com os arquivos*, a partir de um apanhado de normativas publicadas ao longo da trajetória do Instituto, será historicizada a relação do Iphan com os arquivos; (ii) na seção *O Iphan e a lei de arquivos*, faremos uma relação entre o marco legal e o atual regimento do instituto; (iii) na seção *Possibilidades de caminhos para o Iphan e os arquivos patrimonializados*, pretendemos relacionar as duas seções anteriores para desenvolvimento de uma reflexão sobre o papel ocupado pelo Iphan, as ações que estão em desenvolvimento e o apontamento de possibilidades e ações a serem desenvolvidas; (iv) nas considerações finais, serão retomados os principais pontos apresentados e reflexões colocados neste trabalho.

1.2 – A RELAÇÃO DO IPHAN COM OS ARQUIVOS

Às vésperas de completar noventa anos de existência e com a missão institucional sólida, que dialoga com o previsto na criação do Instituto, o Iphan trabalha para “promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural” (Iphan, 2021).

Criado em 1937 sob a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Lei nº 378 (Brasil, 1937), o órgão surgiu em um contexto de valorização do nacionalismo, com a missão de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Para refletir sobre a relação do Iphan com os arquivos, seguimos a trilha deixada pelos atos normativos legais, de modo a entender como o conjunto leis, decretos e portarias ao longo do tempo direcionaram o papel do instituto para atividades relacionadas à valorização e preservação do patrimônio documental. Já no ano de 1946, encontramos mencionado, de forma literal, os arquivos como parte do escopo da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional, subordinada ao Ministro da Educação e Saúde, que mais adiante se tornaria o Iphan.

A seguir, apresentamos um compilado de atos normativos que evidenciam a relação do Iphan com a proteção de documentos significativos para a sociedade, ao longo de sua trajetória:

Tabela 1.1 - Normativos: relação do Iphan com os arquivos

| ANO | INSTRUMENTO NORMATIVO | TEXTO |
|------|-----------------------|---|
| 1937 | Lei nº 378 | Promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional |
| 1946 | Decreto nº20.303/1946 | Art. 1º A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional, subordinada ao Ministro da Educação e Saúde, tem por finalidade inventariar, classificar, tombar e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país, competindo-lhe promover: I. a catalogação sistemáticas e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil (Brasil, 1946) |
| 1976 | Portaria nº230 | inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico [...] catalogar sistematicamente e proteger os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares cujo acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil[...]. (MEC, 1976) |
| 1979 | Decreto nº89.198 | "A SPHAN tem por finalidade inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológicos existentes no País, bem como, tombar e proteger o acervo paisagístico do País". |
| 1986 | Decreto nº92.489 | A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem por finalidade promover e preservar a herança cultural do País, [...] inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País; tombar e proteger o acervo paisagístico do País; fiscalizar o comércio de obras de arte. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Com o objetivo de compreender o cenário atual e como a questão dos arquivos são percebidas hoje pelo Iphan, nos debruçamos sobre o Regimento Interno em vigor no Instituto (Portaria Iphan nº 141 de 12 de dezembro de 2023). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) estrutura-se em três níveis organizacionais. No âmbito central, destacam-se a Presidência, responsável pela direção superior, e cinco departamentos temáticos, aos quais apresentaremos em conjunto com um destaque de suas atribuições.

- a.** o Departamento de Planejamento e Administração (DPA), encarregado da gestão institucional;
- b.** o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), que tem entre suas atribuições planejar, acompanhar e avaliar a execução da política setorial de preservação do patrimônio cultural de natureza material;
- c.** Departamento de Patrimônio Imaterial, ao qual compete planejar, acompanhar e avaliar a execução a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no contexto do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;
- d.** Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE), ao qual compete gerir o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e definir suas diretrizes, parâmetros e linhas de ação, em consonância com as resoluções da Diretoria Colegiada;
- e.** Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI), encarregado por articular, coordenar, monitorar e avaliar: programas, projetos e

ações especiais relacionados à preservação do patrimônio cultural de forma articulada com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências do Iphan;

Complementam a estrutura dos Departamentos seis Unidades Especiais que a eles são vinculadas administrativamente, e tem assegurada a autonomia técnica. Com base na portaria do Iphan 141/2023, apresentamos de forma breve as Unidades Especiais do Iphan:

- 1.** o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), vinculado ao DPI, desenvolve diretrizes, em âmbito nacional, para execução de programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação e difusão das expressões e linguagens das culturas populares;
- 2.** o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), vinculado ao DAEI, que coordena o processo de elaboração de diretrizes e normas voltadas à gestão do patrimônio arqueológico, em âmbito nacional;
- 3.** o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), vinculado ao DEPAM, que, preserva, faz gestão, pesquisa, organiza, divulga e disponibiliza à sociedade o patrimônio botânico, paisagístico, museológico, arquitetônico, bibliográfico e arquivístico do SRBM;
- 4.** o Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial (CCPPI), vinculado ao DAFE, que realiza, difundi e coordena a montagem de exposições, a realização de debates e seminários, a realização de cursos sobre arte, arquitetura e patrimônio;

5. o Centro Lucio Costa (CLC), vinculado ao DAFE; que coordena, fomenta, desenvolve, realiza e avalia programas e ações transversais e interdisciplinares de formação, pesquisa e extensão com vistas ao conhecimento, gestão, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural bem como, é responsável pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural;
6. Em destaque, nas ações relacionadas aos arquivos, o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), vinculado ao DAFE, executa ações com os acervos arquivísticos e bibliográficos, bem como desenvolve ações relacionadas aos arquivos patrimonializados. Internamente cabe ao CDP propor, em diálogo com as unidades descentralizadas e a direção do DAFE, uma política institucional de Gestão Documental, e externamente, propor e coordenar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio, do DAFE, ações, projetos e iniciativas de fomento à preservação, conservação e difusão de acervos de referência para o patrimônio cultural brasileiro.

No plano regional, o Instituto mantém 27 Superintendências estaduais, que tem por competência a promoção, coordenação, planejamento e execução das ações de articulação e representação institucional com o poder público, setor privado e sociedade civil, de acordo com as diretrizes institucionais, com vistas à preservação, à salvaguarda e à difusão do patrimônio cultural, que também atuam como representações descentralizadas do Iphan⁴.

⁴ Informações integrais sobre as competências dos órgãos da estruturado Iphan estão disponíveis no link: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/por-taria-no-iphan-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>

1.3 – O Iphan E A LEI DE ARQUIVOS

Ao pensarmos no campo das políticas públicas de arquivos, a Lei nº 8.159/91, é considerada um marco regulatório para as instituições arquivísticas brasileiras. Em 2011, uma nova lei vem a reforçar a ação afirmativa para o desenvolvimento de uma gestão documental eficiente, visando a construção de uma gestão transparente e participativa: a Lei de Acesso à Informação (Fujita; Oliveira, 2023). Surgem ainda iniciativas para desenvolvimento de sistemas de arquivos e outras para fazer funcionar a gestão documental a níveis municipais, como por exemplo o serviço de Assistência a Municípios, oferecido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Assim, as políticas públicas e os esforços governamentais movem-se em direção a consolidação de uma gestão documental pública que de fato funcione, para uma organização funcional e uma recuperação rápida. Muitas questões relacionam-se ao interesse de fazer a gestão documental pública funcionar, como por exemplo a concepção de *transparência* (Ball, 2009)⁵, ou ainda uma necessidade de racionalização, datificação e controle de todos os âmbitos da vida social (Mayer-Schönberger; Cukier, 2013) (Foucault, 1999).

O primeiro artigo da Lei de Arquivos (Brasil, 1991) estabelece que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Destaque para o fato dessa ser a única parte da lei onde a palavra *cultura* é citada. O âmbito

⁵ Ball, discute a transparência no contexto das políticas educacionais e da governança neoliberal, argumentando que ela não é simplesmente um princípio neutro de boa administração, mas uma tecnologia de controle que serve aos interesses do Estado e do mercado.

cultural e educativo das instituições arquivísticas não foram levados em consideração para a construção da principal lei dos arquivos⁶. A palavra patrimônio, por exemplo, não consta em nenhuma parte do texto da lei, no que tange aos arquivos permanentes - aqueles definidos por seus valores históricos, culturais e sociais. Apesar do uso correto e adequado do termo permanente para designar aqueles documentos de **valor secundário**, que, "refere-se ao uso dos documentos para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram, inicialmente, criados [...] quando esses passam a ser considerados fontes de pesquisa e informação para terceiros e, também, para a própria administração" (Indolfo, 2012).

A partir de um panorama geral sobre políticas públicas e seguindo para uma análise do principal órgão de patrimonialização brasileira, este trabalho objetivou refletir acerca das ações e políticas públicas voltadas para o patrimônio documental.

A continuidade de políticas públicas necessita de instituições fortes e estáveis, neste sentido, percebemos que quando tomamos como fio condutor de nosso trabalho o Iphan, há de se destacar que ao longo do tempo o Instituto oscilou em seu nível hierárquico e autonomia, (serviço; diretoria; instituto; secretaria; sub-secretaria; secretaria; instituto), o que se refletia tanto na esfera administrativa quanto orçamentária⁷.

Afinal, os documentos sem o devido tratamento e sem a execução de ações de conservação preventiva e restauração, muitas vezes, não tem tempo para espe-

⁶ É importante salientar que, apesar dessa ausência, os arquivos públicos brasileiros promovem ações culturais e educativas das mais diversas.

⁷ As mudanças de hierarquia que ocorreram no Iphan estão formalizadas nos seguintes normativos: lei nº 378/1937; Decreto nº20.303/1946; Decreto 66.967/1970; Portaria MEC nº230; Decreto nº89.198/1979; Decreto nº92.489/86; lei 8029/1990; Medida Provisória nº 610/1994.

rar os bons ventos da política e perecem diante das intempéries. Em voga ao fortalecimento das instituições brasileiras que se preocupam com o tema, o Iphan tem o potencial de ser uma voz.

1.4 - POSSIBILIDADES DE CAMINHOS PARA O IPHAN E OS ARQUIVOS PATRIMONIALIZADOS

O Iphan, por meio do Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), tem um papel importante nas ações relacionadas aos arquivos, internamente, desenvolve ações que visam aprimorar a gestão dos arquivos no Instituto, tal como a iniciativa de construção do Sistema de Arquivos do Iphan, em fase final de construção de minuta de portaria, que define competências e atribuições do CDP, como órgão central do sistema, assim como das Superintendências e Unidades Especiais, como membros do sistema. Externamente, oferece serviço de assessoria técnica voltada para arquivos públicos, comunitários, eclesiásticos e outros, em vista de realizar ações de orientação para o tratamento técnico, conservação preventiva e difusão do patrimônio cultural documental, bem como a troca de conhecimento, informações e vivências, por meio de treinamentos, oficinas, palestras, workshops e assessoria para a construção de legislação arquivística e arquivos públicos nos municípios (Iphan, 2025).

Tendo em vista o papel do Iphan e as atribuições regimentais do CDP, já dispostas anteriormente e que atribuem para a autonomia técnica de sua participação nos âmbitos interno e externo. Diante disso, entendemos que este centro pode

atuar como órgão agregador de informações, gestor de um grande Sistema Nacional de Informações sobre arquivos patrimonializados, inspirado no conceito de Sistema de Informação Histórica - SIH, como o caracterizado por Francisco Javier García Marco:

[...] Os Sistemas de Informação Histórica (SIH) podem ser definidos (García Marco, 1994, 1995a, 2001-2) como organizações humanas mais ou menos institucionalizados, que projetam, gerenciam e utilizam automação de computadores para armazenar, processar e recuperar informações históricas, representadas em um conjunto integrado de bancos de dados e programas. Uma característica fundamental destes sistemas é serem dinâmicos, pois são entendidos como sujeitos a constante evolução e aperfeiçoamento contínuo, consistente com a natureza dinâmica do progresso científico típico, em direção a uma complexidade cada vez maior. Eles são projetados e usados principalmente para fins de pesquisa, embora possam ter uma infinidade de aplicações além da pesquisa básica, destacando-se quando entre elas a gestão do patrimônio. (García Marco, 2006, *tradução nossa*)

Neste sentido, vislumbramos um sistema do qual possam fazer parte entidades públicas, privadas, pessoas físicas ou jurídicas, que se enquadrem em critérios técnicos ainda a serem definidos, mas, que em um primeiro momento, prezaria pela garantia de preservação e de acesso ao público como os principais norteadores para se integrar ao sistema, indo de encontro ao que preconiza (García Marco, 2006) sobre o SIH, uma visão que se baseia na ideia de gerenciar informações históricas de forma integrada e compartilhada com o auxílio das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Como critérios, para confirmarmos que as instituições que pleitearem o ingresso no sistema, deverão ser realmente custodiadoras de arquivos patrimonializados. Com essa finalidade, propomos utilizar como referência os mecanismos de patrimonialização que já existem:

- 1.** A Declaração de Interesse Público e Social, emanada pela Lei nº 8.159 de 8 janeiro de 1991 e regulamentada pelos Decretos nº 4.073 de 3 de janeiro de 2002 e Decreto nº 10.148 de 2 de dezembro de 2019 e prevê que "Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional", que é atribuição do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ;
- 2.** O Programa Memória do Mundo (Memory of the World - MoW) criado pela UNESCO e que reconhece documentos, arquivos e bibliotecas de grande valor internacional, regional e nacional, no qual o Brasil possui o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (MoWBR);
- 3.** As leis, resoluções, normas e portarias que regulam e orientam a gestão de documentos no Brasil e o processo de avaliação documental, que por meio dos planos e classificação e tabelas de temporalidade, definem a destinação dos documentos, considerando os valores primários (inerentes e efêmeros) e os valores secundários (atribuídos e permanentes);

4. O tombamento, que é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento é realizado pelo Poder Público, nos níveis federal – de responsabilidade do Iphan, estadual ou municipal e aplica-se, exclusivamente, aos bens de natureza material ou ambiental.

O sistema que propomos tem como principal objetivo fomentar a organização, preservação e difusão dos arquivos patrimonializados. A ideia é que as informações sejam agregadas em um software que propiciará com que a sociedade tenha acesso aos arquivos patrimonializados custodiados pelos membros do sistema, facilitando a pesquisa acadêmica, a produção de ciência e o acesso à informação.

Para entidades custodiadoras de arquivo que não possuam os requisitos para entrar no sistema ou demonstrem interesse no ingresso, o CDP poderá oferecer o serviço de assistência técnica, auxiliando no diagnóstico das ações que deverão ser empreendidas para o enquadramento necessário bem como, no auxílio da construção de projetos específicos.

1.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que, apesar de o Iphan, desde os primórdios, se preocupar com a questão do patrimônio documental, a sua atuação nessa área tem sido pontual, sem a consolidação de políticas públicas estruturantes.

A análise do regimento interno do Iphan (Portaria nº 141/2023) revela que o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) possui competências para conduzir tecnicamente, dentro do Iphan, as questões relacionadas aos arquivos patrimonializados, auxiliando em projetos e no desenvolvimento de políticas públicas estruturantes. Neste sentido, pensar em um sistema nacional que se ocupe de arquivos patrimonializados, que articule instituições públicas, privadas e comunitárias com bases no conceito de Sistema de Informação Histórica (García Marco, 2006), pode ser percebido como uma possibilidade para mapear, preservar e democratizar o acesso ao patrimônio documental brasileiro.

Portanto, entendemos que o Iphan pode ter um papel ampliado em relação aos arquivos patrimonializados, utilizando a estrutura já existente e sua expertise para a construção de bases sólidas que garantam e evidenciem arquivo e documentos como veículos para a construção de identidades, preservação de memórias e garantia de direitos, auxiliando na transparência ativa e preservação, acesso e valorização do patrimônio documental brasileiro.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: network governance and the 'competition state'. **Journal of Education Policy**, v. 24, n. 1, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 92.489, de 24 de março de 1986**. Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Cultura e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/...../decreto/1980-1989/1985-1987/D92489impressao.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 20.303, de 2 de janeiro de 1946**. Aprova o Regimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde. Brasília, DF. Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20303-2-janeiro-1946-327737-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF. Presidência da República, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979.** Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 09 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France. 1975-1976, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUJITA, M. S. L.; OLIVEIRA, M. F. A lei da transparência e de acesso à informação no brasil: o caso do estado de são paulo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 28, n., 2023.

INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 13-37, 2012.

Iphan. **Panfleto**. Iphan e Municípios: em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. Brasília, DF. 2025.

Iphan. **Portaria n.141**, de 12 de dezembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphan-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big data**: A revolution that will transform how we live, work, and think. Houghton Mifflin Harcourt, 2013. 272 p.

Como citar o capítulo: CARMO, Raphael Bahia do; COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Breve relato sobre a relação do Iphan com os arquivos. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 1, p. 16-34. DOI: 10.22477/9788570132472.cap1.



CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO IPHAN

Raphael Bahia do Carmo⁸

Carlos Thiago Teixeira⁹

Rayssa Gomes Macedo Silva¹⁰

2.1 – INTRODUÇÃO

O Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma unidade especial que se dedica a salvaguarda e gestão da memória institucional do Instituto, bem como atua no auxílio a arquivos público, comunitários, eclesiásticos, entre outros, responsáveis pela preservação do patrimônio documental por eles produzido e acumulado. Sua criação em 2017, a partir da reestruturação da Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), conferiu novo status e atribuições estratégicas à unidade,

⁸ Diretor CDP/Iphan, doutorando, UNESP, raphael.carmo@iphan.gov.br.

⁹ Chefe da Divisão de Tratamento Documental, Especialista em Gestão de Documentos e Informações, carlos.teixeira@iphan.gov.br.

¹⁰ Arquivista do Iphan, Especialista em Gestão de Documentos, rayssa.macedo@iphan.gov.br.

que desde sua constituição, foi responsável pela custódia, preservação e difusão de acervos arquivísticos e bibliográficos de relevância nacional.

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de institucionalização do CDP, examinando três dimensões: (1) as transformações administrativas e estruturais ocorridas desde sua criação; (2) os desafios enfrentados no âmbito da gestão documental e do financiamento de projetos; e (3) as novas diretrizes implementadas a partir de 2024, que reorientaram sua atuação para uma perspectiva mais articulada com as demandas sociais. A análise considera ainda as iniciativas recentes do Centro, como o programa *Docvisitas* e o *CDP Convida*, que exemplificam essa reconfiguração de funções.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em documentos institucionais, e registros administrativos disponíveis para acesso público por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan, complementados por livros e artigos, que dialogam com a arquivologia e os arquivos patrimoniais. O recorte temporal abrange o período 2016-2025, representando tanto a fase de estruturação inicial quanto o recente processo de redefinição de ações desenvolvidas pelo CDP.

A estrutura do trabalho segue uma abordagem cronológico-temática, iniciando pela análise do processo de criação e consolidação institucional do CDP, passando pelos desafios de sua implementação, até alcançar as atuais iniciativas que reposicionam o Centro como espaço de mediação entre acervos e sociedade. Por fim, são tecidas considerações sobre o potencial do CDP como instrumento de democratização do acesso à informação patrimonial e de fortalecimento da cidadania cultural.

2.2 - TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS: A CRIAÇÃO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico do CDP e analisar o seu processo de estruturação enquanto unidade especial do Iphan, tomando como recorte os eventos que consideramos de relevância ocorridos a partir do ano de 2016.

Neste sentido, mencionamos a criação do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) em 2017, unidade que absorveu a maior parte das competências do extinto Departamento de Articulação e Fomento (DAF). Naquele contexto, as atribuições relacionadas à gestão documental e informacional eram de responsabilidade da CODIN, sediada em Brasília e subordinada à Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), localizada no Rio de Janeiro.

À CODIN cabia, em linhas gerais, a coordenação das políticas de gestão de documentos e informações, além da elaboração de diretrizes para as áreas de arquivo e biblioteca, que eram posteriormente disseminadas às superintendências regionais e demais unidades especiais do instituto.

Com a criação do DECOF, consolidou-se uma nova configuração administrativa na qual a CODIN foi elevada ao status de unidade especial, transcendendo suas funções originais. Essa transformação institucional ampliou seu escopo de atuação: além de gerenciar a documentação e informação do Iphan, o agora denomi-

nado CDP se volta para a gestão da informação e do conhecimento institucional e democratização do acesso aos acervos documentais referentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Internamente, o CDP herdou a estrutura divisional da extinta CODIN, composta originalmente pela Divisão de Gestão Documental (DIVGED), Divisão de Tratamento Documental (DIVDOC) e Divisão de Conservação de Documentos (DIVCON). Durante o processo de consolidação das competências do DECOF, a equipe do CDP empenhou-se em articular as atividades dessas três divisões com os trabalhos desenvolvidos pelos principais órgãos de documentação do Iphan, incluindo o Arquivo Central de Brasília, a Biblioteca Aloísio Magalhães, o Arquivo Central do Rio de Janeiro, a Biblioteca Noronha Santos e o Núcleo de Conservação de Documentos do Rio de Janeiro¹¹.

Atualmente, o CDP apresenta uma estrutura reorganizada, com duas divisões sediadas em Brasília – a Divisão de Tratamento Documental (DTD), responsável pela Gestão Negocial do SEI e pelo Arquivo Central Seção-Brasília e a Divisão de Gestão Documental (DGD), responsável pela Biblioteca Aloísio Magalhães, Biblioteca Digital do Iphan e pelo Catálogo Pergamum – e uma Chefia de Serviço responsável pelo Arquivo Central - Seção Rio de Janeiro e Biblioteca Noronha Santos (Iphan, 2023).

Essa configuração reflete um processo de adaptação institucional que preservou as competências essenciais da estrutura anterior e fez parte do processo de consolidação do CDP como unidade especial do Iphan, dotada de autonomia

¹¹ Informações sobre as mudanças administrativas no Iphan disponíveis no **Ofício** Nº 20/2019/ACI-BSB/DIVGED/CDP/DECOF-Iphan, acessível no módulo de consulta pública no SEI do Instituto.

gerencial e capacidade estratégica para atuar não apenas com um olhar voltado para as questões internas, mas com uma visão ampla da função social dos arquivos e bibliotecas e do potencial do CDP como ator na democratização do acesso à informação sobre os arquivos patrimoniais e na preservação do patrimônio documental. Neste sentido, o CDP auxilia na preservação de memórias e na construção de bases para o desenvolvimento da sociedade. Sobre isso, Bellotto (2014) comenta que:

A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é a soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, foram produzidos no evoluir dessa sociedade (Bellotto, 2014, p. 135).

Ressaltamos ainda que é papel do Estado brasileiro, de acordo com a constituição de 1988 no art. 215 “defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro” bem como que a Lei 8.159/1991 elenca que “é dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”, diretrizes às quais o CDP se alinha no desenvolvimento de suas atividades.

2.3 – OS DESAFIOS ENFRENTADOS: O EXERCÍCIO DE PLANEJAR E EXECUTAR

Centros de Documentação e Centros de Memória carregam consigo a característica de serem híbridos, isto é, abrigarem documentos ligados aos arquivos, bibliotecas e museus, com o objetivo de preservação da memória. Bellotto, ao abordar a respeito da remontagem da memória, diz que “não custa reiterar que sua espinha dorsal é o arquivo. Não é preciso referenciar todos os seus documentos de valor permanente, podendo, de outra parte, constar os que não são de valor permanente, mas que possam fornecer dados significativos” (Bellotto, 2004, p. 277).

Neste sentido, percebemos que os Centros de Documentação são imbuídos de uma “aura simbólica” conforme Nora apresenta:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (Nora, 1993, p. 21).

Preservar, dar tratamento técnico e difundir os acervos sob sua guarda, dando acesso a informações e documentos é o cerne das atividades dos centros de documentação e impacta sobremaneira na construção do conhecimento no âmbito de seus espaços de atuação.

No contexto de criação do CDP, houve um processo de estudos e aprimoramento para se desenhar qual seria o papel do CDP no contexto institucional e nacional. Neste âmbito foi promovido um Workshop Internacional, realizado em Brasília entre os dias 13 e 14 de outubro de 2016. O evento contou com a participação de duas especialistas do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH), além de técnicos do Iphan, em especial arquivistas e bibliotecários. Iniciativa que proporcionou um importante intercâmbio de experiências entre as instituições, contribuindo para a reflexão sobre os desafios e expectativas relacionados ao que se pensava na época, como propósito do CDP (Iphan, 2016).

Buscando alinhar as ações às necessidades institucionais do Iphan, estabeleceu-se uma parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), visando auxiliar na estratégia de estruturação e consolidação do Centro. Diversas reuniões foram realizadas entre as instituições, resultando na produção de documentos técnicos e planilhas que delineavam as diretrizes iniciais para o CDP. Dentre os encaminhamentos discutidos, destacou-se a possibilidade de formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no valor de R\$ 13 milhões, destinado a viabilizar um projeto de longo prazo (Iphan, 2018).

Em colaboração com a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGE-CINT), o CDP elaborou um cronograma físico-financeiro detalhado, com duração

de quatro anos, cujo objetivo era assegurar a criação, implementação e operacionalização completa do Centro. O plano estabelecia metas específicas para cada etapa, prevendo, ao final do período, a entrega de uma estrutura plenamente funcional, capaz de atender às demandas de gestão documental e difusão do patrimônio documental. Essa iniciativa refletia o compromisso do Iphan em consolidar o CDP como uma unidade estratégica, dotada de autonomia técnica para gerir e democratizar o acesso ao seu acervo.

Posteriormente, verificou-se a inviabilidade do valor originalmente previsto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o que demandou uma significativa reformulação do projeto. O orçamento, inicialmente estimado em R\$ 13 milhões, foi reduzido para R\$ 2 milhões, exigindo um redimensionamento de escopo que priorizasse entregas e etapas consideradas estratégicas para a consolidação do Centro de Documentação do Patrimônio (Iphan, 2019). Essa versão adaptada do projeto, manteve a estrutura de cronograma físico-financeiro, porém com foco em atividades essenciais para a efetivação das competências centrais do CDP.

Diante das limitações orçamentárias e da não concretização do TAC, explorou-se alternativa junto ao Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça. Contudo, com dotação ainda mais modesta que a do segundo TAC, a proposta restringiu-se à criação de um repositório institucional digital, destinado ao armazenamento e disponibilização de publicações e documentos bibliográficos e arquivísticos do Iphan. Essa iniciativa, entretanto, não logrou êxito (Iphan, 2019).

Nos anos subsequentes, observaram-se progressos significativos, com especial destaque para as ações desenvolvidas no âmbito das bibliotecas. Dentre esses

avanços, cabe mencionar: (1) a criação e posterior formalização, através de portaria institucional, da Rede de Bibliotecas do Iphan¹²; (2) a aquisição e implementação do sistema Pergamum - plataforma integrada de gestão e difusão de acervos bibliográficos - disponibilizado para todas as superintendências regionais e unidades especiais¹³; e (3) o desenvolvimento da Biblioteca Digital do Iphan, projeto realizado em parceria estratégica com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)¹⁴.

No que diz respeito aos arquivos, durante alguns anos as iniciativas se voltaram para questões internas do Instituto, ligadas principalmente a: (1) gestão de documentos, identificação, classificação e avaliação de documentos de Sede; (2) gestão negocial do SEI, parametrizando o sistema arquivisticamente; (3) atendimentos aos usuários, principalmente pesquisadores com interesse nas diversas áreas que se conectam com o patrimônio; (4) registro nos livros de tombo, formalização do tombamento de bens materiais; (5) assessoria técnica, neste momento, voltada para as superintendências e unidades especiais do Iphan.

¹² Informações sobre a rede de bibliotecas disponíveis em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio/rede-de-bibliotecas>. Acesso em: 12 set. 2025.

¹³ Informações sobre o *pergamum*, disponíveis em : <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio/pergamum>. Acesso em: 12 set. 2025.

¹⁴ Informações sobre a BD do Iphan disponíveis em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/home>. Acesso em: 12 set. 2025.

2.4 – CDP: NOVAS DIRETRIZES

Com a posse de nova diretoria em meados de 2024, o CDP do Iphan passou por uma significativa reorientação em sua atuação, marcada pela incorporação de novas iniciativas que visam:

1. Ampliação do diálogo social - Implementação de estratégias mais efetivas de interação com diversos públicos
2. Valorização da função sociocultural dos arquivos - Ênfase no papel dos documentos como instrumentos de cidadania
3. Democratização do acesso - Desenvolvimento de novas formas de aproximação entre a comunidade e o acervo patrimonial (Iphan, 2025).

É importante ressaltar que os centros de documentação cumprem uma função social, que vai além do mundo acadêmico, muito importante para a preservação da memória e construção de identidades. Neste sentido (Merlo, 2020, p.66), dispõe que “reside aí função social do arquivo, ser um canal de preservação da memória, divulgação de documentos e informações essenciais para construção e manutenção de uma sociedade mais justa e democrática”. Entre as ações desenvolvidas pelo Centro de Documentação do patrimônio, destacamos:

1. O programa *Docvisitas*: que oferece visitas mediadas mensais fixas e agendadas sob demanda ao Arquivo Central do Iphan – Seção Brasília e

Biblioteca Noronha Santos. Estas visitas temáticas utilizam o acervo documental do Iphan como base para contar histórias sobre bens culturais registrados, explicar os processos de trabalho da instituição e demonstrar as atividades técnicas realizadas pelos profissionais do CDP¹⁵. As visitas são estruturadas para proporcionar uma experiência educativa e interativa, nas quais os participantes podem conhecer de perto como os arquivistas e bibliotecários trabalham no tratamento, organização e disponibilização dos documentos. Cada visita aborda um tema específico, criando conexões entre os acervos e a história do patrimônio cultural brasileiro.

- 2.** O programa cumpre um importante papel na democratização do acesso à informação, permitindo que diferentes públicos - desde estudantes até pesquisadores e interessados em patrimônio cultural - compreendam o valor dos documentos preservados e o trabalho técnico envolvido em sua gestão. As visitas sob demanda podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de grupos, tornando a experiência mais relevante para cada público.
- 3.** O projeto *CDP Convida*: iniciativa de capacitação promovida pelo Centro de Documentação do Patrimônio do Iphan, que busca ampliar o acesso ao conhecimento em arquivologia e arquivos patrimoniais, oferecendo cursos e oficinas gratuitos em formato híbrido ou virtual, ministrados por renomados especialistas da área. O objetivo central do *CDP Convida* é criar espaços de formação e troca de experiências, nos quais profissionais do Iphan, pesquisadores e o público em geral possam adquirir e

¹⁵ Informações sobre ação do *Docvisitas* disponível em: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/assuntos/noticias/iphant-promove-visita-mediada-ao-seu-archivo-central-em-brasilia>. Acesso em: 12 set. 2025.

compartilhar conhecimentos técnicos sobre organização, preservação e difusão de acervos documentais. Os temas abordados são variados, indo desde noções básicas de arquivologia até questões mais complexas.¹⁶

4. *O Sistema de Arquivos do Iphan:* representa um projeto estratégico para a organização, normatização e integração das atividades arquivísticas em toda a estrutura do Instituto, abrangendo suas superintendências regionais, unidades especiais e sede. A iniciativa tem como objetivo principal estabelecer diretrizes comuns, promover a gestão documental unificada e garantir a preservação e acesso ao patrimônio arquivístico sob custódia do Iphan. Neste contexto, as superintendências e unidades especiais, operacionalizam as diretrizes advindas do órgão central do sistema, que foram anteriormente debatidas e elaboradas em conjunto com seus membros, adaptando-as quando necessário às especificidades regionais, porém sempre em conformidade com os princípios estabelecidos. Resalta-se que o Sistema de Arquivos do Iphan é composto por representantes das Superintendência e Unidades Especiais do Iphan (Iphan, 2025).

¹⁶ Informações sobre ação do CDP convida disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-abre-inscricoes-para-minicurso-sobre-a-gestao-de-documentos-a-luz-do-direito>. Acesso em: 12 set. 2025.

5. Missões Arquivísticas do Iphan – consiste em ações de assessoria técnica voltadas para arquivos municipais e estaduais, instituições comunitárias detentoras de acervos históricos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil com arquivos memoriais, além de centros de documentação. Este trabalho tem impacto direto na preservação da memória coletiva regional e na qualificação profissional dos gestores destes acervos.

As ações desenvolvidas abrangem três eixos principais de atuação: (1) No âmbito da elaboração de projetos, as equipes técnicas do Iphan prestam auxílio na criação e organização de arquivos, e desenvolvem projetos específicos para conservação e digitalização de acervos. Este suporte é especialmente valioso para instituições com recursos limitados; (2) No campo da capacitação profissional, as Missões Arquivísticas realizam treinamentos especializados para gestores e técnicos, ministram oficinas práticas sobre organização, descrição e preservação documental, e promovem eventos para difusão de conhecimentos em arquivologia. Estas atividades são adaptadas às necessidades específicas de cada região ou instituição atendida. (3) A articulação institucional constitui o terceiro pilar de atuação, no qual o Iphan atua como mediador para estabelecer parcerias entre arquivos, bibliotecas e universidades, apoia a integração de acervos em redes de informação e pesquisa, e fomenta a cooperação técnica entre diferentes instituições de memória.

Ressaltamos que essa iniciativa busca contribuir para a preservação do patrimônio arquivístico brasileiro, fomentando seu acesso e utilização pela sociedade.¹⁷

2.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do CDP do Iphan entre 2016 e 2024 revela o seu processo de amadurecimento institucional, marcado por desafios estruturais, reformulações e uma progressiva ampliação de seu escopo de atuação. Os documentos examinados demonstram que, embora a unidade tenha enfrentado limitações orçamentárias e necessidades de readequação de projetos, consolidou-se como ator importante para a preservação e difusão dos arquivos patrimoniais, assumindo um papel ativo na mediação entre documentos e sociedade.

As iniciativas implementadas a partir de 2024 - particularmente os programas e as ações de democratização do acesso - representam um ponto de inflexão na atuação do CDP. Projetos como o *Docvisitas*, e o *CDP Convida* evidenciam uma clara intencionalidade em transformar os acervos e o saber arquivístico em ferramentas pedagógicas e instrumentos de construção identitária, alinhando-se às diretrizes contemporâneas de arquivologia social.

Este estudo permitiu identificar três principais contribuições do CDP para a política patrimonial brasileira:

¹⁷ Informações sobre assessorias técnicas do Iphan disponíveis em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/centro-de-documentacao-do-patrimonio-oferece-assessoria-tecnica-para-arquivos-publicos-e-comunitarios>. Acesso em: 12 set. 2025.

- 1. Institucional:** a criação de um Sistema de Arquivos que possibilita avanços e uma gestão documental unificado para o Iphan;
- 2. Social:** o desenvolvimento de ações de aproximação entre acervos e diversos públicos;
- 3. Epistemológico:** a valorização dos documentos arquivísticos como fontes primárias para a compreensão da formação cultural brasileira.

Persistem, contudo, desafios a serem superados, especialmente no que tange à garantia de recursos estáveis para a preservação de acervos e difusão de acervos.

Por fim. O caminho percorrido pelo Centro nos últimos anos aponta para uma promissora convergência entre preservação da memória e transformação social, reafirmando a importância estratégica da documentação patrimonial para o país.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 01 set. 2019.

Iphan. **Anexo I - Relatoria Workshop Internacional IAPH**. Brasília, DF, 2016.

Iphan. **Anexo II - Tabela 5W2H OEI**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo III - Projeto CDP OEI**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo IV - Projeto Iphan x OEI**, Brasília DF, 2018.

Iphan. **Anexo V - Projeto Iphan x OEI 2**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo VI - Perspectivas e desafios CDP**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. Lista de Projetos e Ações CDP 2025, Brasília, DF, 2025.

Iphan. **Ofício N° 20/2019/ACI-BSB/DIVGED/CDP/DECOF-Iphan**, Brasília. DF, 2019.

Iphan. Panfleto. **Iphan e Municípios: em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Brasília, DF. 2025.

Iphan. **Portaria n.14 , de 12 de dezembro de 2023**. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphant/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphant-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MERLO, Evelyn. **A função Social dos Arquivos de Polícias Políticas**: usos e ressignificações. 2020. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30103>. Acesso em: 03 de abr. 2025.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993.

Como citar o capítulo: CARMO, Raphael Bahia do; TEIXEIRA, Carlos Thiago; SILVA, Rayssa Gomes Macedo. Centro de documentação do Patrimônio do Iphan. *In*: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibiti, 2025. Cap. 2, p. 22-39. DOI: 10.22477/9788570132472.cap2.



CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - O ARQUIVO CENTRAL SEÇÃO RIO DE JANEIRO E A TRAJETÓRIA DA DOCUMENTAÇÃO NO IPHAN

Andressa Furtado da Silva de Aguiar¹⁸

3.1 - INTRODUÇÃO

A trajetória da documentação no Iphan nasce com o Arquivo Central do Rio de Janeiro e confunde-se com a própria trajetória do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, a partir de 1936.

¹⁸ Chefe do Arquivo Central Seção Rio de Janeiro. Bacharel em Arquivologia. Mestra em Ciência da Informação, Andressa.aguiar@iphan.gov.br.

A primeira organização dos documentos do acervo foi idealizada muito antes da institucionalização do ensino de Arquivologia no Brasil, por Ludwig Grieshaber ou Dom Clemente da Silva Nigra, monge beneditino de origem alemã a quem foi dada essa tarefa.

A ampla formação de Dom Clemente (teologia, filosofia, artes plásticas) garantiu que ingressasse no Serviço do Patrimônio como perito em artes. Seu currículo contava, também, com a organização dos arquivos da Ordem Beneditina Brasileira e sua atuação com organização de acervos confere a ele o “título” de primeiro arquivista da instituição.

O sucessor de Dom Clemente foi Carlos Drummond de Andrade, que propôs um método de organização geográfica do acervo, organizando e indexando a documentação de modo a facilitar a pesquisa.

O Arquivo Central trabalhou coordenadamente com os primeiros distritos regionais da instituição, cujos acervos eram tão antigos quanto o da então capital federal, recebendo e organizando a documentação proveniente dos registros das atividades realizadas para o cumprimento da missão institucional, além de ser responsável por atividades que não eram diretamente ligadas às questões documentais, mas cuja importância conferiu ao Arquivo um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural nacional: a inscrição dos bens materiais acautelados nos Livros do Tombo e a emissão das respectivas certidões de tombamento. Entre documentos, estantes e fichas, na mesa de madeira assentada no piso de linóleo da repartição no Palácio Gustavo Capanema, foi literalmente inscrita e registrada a história do patrimônio no país.

A descentralização das atividades do Iphan a partir da década de 1970 culminou na criação de arquivos setoriais em todas as unidades da instituição, período em que o Arquivo do Rio de Janeiro deixa de exercer a função de arquivo central e passa a não mais receber documentos produzidos pelas superintendências, es- critórios técnicos e unidades especiais.

A criação do Arquivo Central Seção BSB ocorre no final dos anos 70, não somente em decorrência do movimento de descentralização das atividades, mas inevitavel- mente por conta da transferência da sede para Brasília, ainda na década de 1960.

A necessidade de gestão e controle da documentação produzida pela instituição, assim como a necessidade de tratamento da massa documental acumulada ao longo dos anos e em todas as unidades da federação, deu origem a diversas iniciativas e projetos para implementação de políticas de gestão de documentos no Iphan. Concomitantemente a essa demanda, os Arquivos Centrais passam a ter atribuições cada vez mais distintas, uma vez que, enquanto o arquivo do Rio de Janeiro estava voltado para a pesquisa, difusão e preservação do acervo his- tórico, além das atividades relacionadas aos processos de tombamento, as atr- ibuições do arquivo de Brasília tinham uma aderência cada vez maior à área de gestão, especialmente por sua lotação junto à administração central.

3.2 - PROTEÇÃO DOS ACERVOS

Em 2002 foi solicitado ao Instituto Estadual de Patrimônio Cultural - INEPAC o tombamento dos acervos arquivístico e bibliográfico do Iphan no Rio de Janeiro (Arquivo Central e Biblioteca Noronha Santos) junto com outros acervos situados no estado. O tombamento foi solicitado pelo Conselho Estadual de Cultura a fim de valorizar e preservar a história intelectual e política do território, ressaltando a importância desses acervos para a memória e a identidade cultural do Rio de Janeiro. O conjunto de acervos formados pelo Arquivo Central do Rio de Janeiro e Biblioteca Noronha Santos (Iphan), Paço Imperial, Itamaraty, Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Arquivo Nacional (AN), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Museu Histórico Nacional (MHN), Serviço de Documentação da Marinha e Arquivo Histórico do Exército foram considerados complementares por seus registros representarem a construção do Brasil enquanto nação no período anterior à transferência da capital federal para Brasília. O tombamento provisório ocorreu ainda em 2002, através do processo E-18/001.681/2002. Em março de 2009 foi aprovado por unanimidade o tombamento definitivo dos acervos objeto do processo.

Reforçando a iniciativa de proteção anterior, em 2021 é aprovado o Projeto de Lei nº 5229/2021 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando, inclusive, a garantia de permanência dos acervos do Arquivo Central e da Biblioteca Noronha Santos no estado, sendo considerados parte integrante do Palácio Gustavo Capanema. Em 12 de janeiro de 2022 é sancionada a Lei 9559 pelo governador do Rio de Janeiro, que tomba, por interesse histórico e cultural, os acervos históricos constantes no Processo E-18/001.681/2002.

3.3 - REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO

As diversas alterações estruturais e regimentais ocorridas ao longo da trajetória da autarquia não impactaram de modo incisivo as vinculações e atribuições da área de documentação, com exceção da alteração da estrutura regimental ocorrida em 2017, que desvincula a Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), a qual os arquivos e bibliotecas centrais estavam submetidos, da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), transformando as duas coordenações em unidades especiais distintas: Centro de Documentação do Patrimônio - CDP e Centro Lucio Costa - CLC, ambas vinculadas ao Departamento de Cooperação e Fomento - DECOF, atual Departamento de Articulação, Fomento e Educação - DAFE.

Antes com duas divisões (Divisão de Tratamento Documental e Divisão de Conservação de Documentos - extinta), o Rio de Janeiro passa a ter um único Serviço, englobando o Arquivo Central Seção Rio de Janeiro, a Biblioteca Noronha Santos, o Laboratório de Conservação de Documentos e o Laboratório de Digitalização e Fotografia. Dessa forma, Brasília passa a abrigar a Divisão de Tratamento Documental e a Divisão de Gestão Documental junto à Direção do Centro de Documentação do Patrimônio, notadamente a fim de manter a gestão da unidade especial na área central.

As atribuições e atividades desempenhadas pelo Arquivo Central do Rio de Janeiro mantiveram-se ao longo do tempo: a função cartorial persiste de forma tradicional até os dias atuais, onde os bens tombados ainda são inscritos manualmente

nos Livros do Tombo, resistindo às propostas de automação que eventualmente surgiram, na medida em que outros processos de trabalho foram automatizados ou passaram a utilizar ferramentas tecnológicas de suporte.

3.4 - O ACERVO DO ARQUIVO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

O acervo da unidade, por sua especificidade e por ser único, subsidia a atividade técnica das unidades descentralizadas, e é uma das principais fontes de pesquisa sobre patrimônio cultural do país, atendendo a pesquisadores de diversas áreas, com ênfase na área de Arquitetura, no Brasil e no exterior.

A documentação custodiada na unidade reflete os processos de identificação, proteção e gestão dos bens culturais materiais acautelados pelo Iphan (inventários, vasto acervo iconográfico e cartográfico, processos de tombamento, documentação sobre intervenções em bens tombados e entorno), além de extensa documentação sobre personalidades que atuaram na área de cultura e patrimônio, legislação e documentação internacional sobre patrimônio cultural (cartas patrimoniais, encontros e congressos), atas do Conselho Consultivo, códices e manuscritos dos séculos XVIII e XIX, relatórios de pesquisas arqueológicas realizadas em território nacional, documentação técnica e administrativa da Fundação Nacional PróMemória, e documentos avulsos ou coleções doadas ao Arquivo sobre assuntos correlatos.

Quadro 3.1 - Quantitativos do acervo do Arquivo Central do Rio de Janeiro

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTITATIVO |
|---------------------------|----------------------|
| Documentação textual | 1250 metros lineares |
| Documentação cartográfica | 27.789 itens |
| Fotografias | 160.000 itens |
| Slides, acetato e nitrato | 11.910 itens |
| Negativos de vidro | 1.678 itens |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.5 - SERVIÇOS

Em 2014 a Universidade Federal Fluminense realizou uma pesquisa de satisfação em relação aos serviços prestados pelo Iphan à sociedade, cujo resultado apontou os serviços do Arquivo Central do Rio de Janeiro e da Biblioteca Noronha Santos no *ranking* dos melhores avaliados.

O atendimento à pesquisa (presencial ou remota) é o serviço mais demandado da unidade, sendo possível solicitar a reprodução (digitalização) do acervo. São digitalizados cerca de 45.000 (quarenta e cinco mil) documentos por ano em atendimento às solicitações de reprodução. O maior volume de solicitações é proveniente do próprio Iphan (unidades descentralizadas e área central), a fim

de instrumentalizar o planejamento técnico ou mesmo subsidiar a elaboração de respostas à sociedade e ao Ministério Público sobre questões relacionadas à própria atuação técnica institucional.

A transversalidade das atribuições do Arquivo do Rio de Janeiro é evidenciada na participação das entregas em processos de trabalho oriundos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Os processos de tombamento são abertos e encerrados no Arquivo Central, que possui uma base de dados com um módulo totalmente dedicado aos dados de proteção dos bens tombados e onde é possível consultar informações sobre todos os processos de tombamento abertos na instituição, concluídos ou em fase de instrução.

O Arquivo, ao longo dos anos, promoveu diversas atividades no campo da educação patrimonial voltadas para escolas e universidades, com visitas guiadas pelo corpo técnico da unidade.

Em conjunto com o Laboratório de Conservação de Documentos e a Biblioteca Noronha Santos, o Arquivo Central Seção Rio de Janeiro presta suporte às unidades descentralizadas do Iphan e outras instituições para diagnóstico e elaboração de projetos e ações para tratamento de seus acervos, sendo considerado uma unidade de referência para pesquisa e prospecção de acervos históricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional PróMemória, 1986.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 9559, de 12 de janeiro de 2022.** Tomba, por interesse histórico e cultural, acervos históricos do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/24da8ac70694be45032587ec00760dfa?OpenDocument&ExpandSection=-6>. Acesso em: 09 jun.2025.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 5229, de 7 de dezembro de 2021.** Tomba, por interesse histórico e cultural, acervos históricos do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa. Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&URL=L3NjcHjvMTkyMy5uc2YvMG-M1YmY1Y2RIOTU2MDFmOTAzMjU2Y2FhMDAyMzEzMWlvNmJkZmI5MzMzMzM-Nm-FhZDU3MzAzMjU4N2E0MDA2NWQxZDU/T3BlbkRvY3VtZW50JkhpZ2hsaWdod-D0wLDlwMjEwMzA1MjI5&. Acesso em: 09 jun.2025.

Como citar o capítulo: AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. O arquivo central seção Rio de Janeiro e a trajetória da documentação no Iphan. *In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.)*.

Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibit, 2025. Cap. 3, p. 40-49. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap3.



CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4

- TRAJETÓRIA DAS BIBLIOTECAS DO IPHAN

Odilé Viana de Souza¹⁹

4.1 - INTRODUÇÃO

A gestão da informação em patrimônio cultural no Iphan é fundamental para as ações de preservação do nosso patrimônio.

A jornada percorrida pelas bibliotecas do Iphan nos últimos 15 anos, certamente trouxe uma nova realidade nas rotinas de trabalho e nos produtos e serviços oferecidos.

A implantação de um sistema único para o gerenciamento a automação de bibliotecas, a formação de grupos de trabalho, a institucionalização da Rede de

¹⁹ É bibliotecária do Iphan desde 2006. Formada pela Universidade Federal do Pará. Atua na chefia da Divisão de Gestão Documental do Centro de Documentação do Patrimônio do Iphan. Estudou o “Curso Superior de Métodos y Técnicas para la Documentación e Información del Patrimonio Cultural” ministrado pelo Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura.

Bibliotecas do Iphan, foram fundamentais para a criação de instrumentos técnicos/normativos e o estabelecimento de diretrizes que norteiam os trabalhos desenvolvidos, e isso se reflete na prestação dos serviços de informação.

O trabalho em rede e a utilização de um único sistema permite, dentre outras coisas:

- a catalogação cooperativa;
- a padronização de procedimentos;
- a criação de instrumentos técnicos/normativos;
- a ampliação na oferta de produtos e serviços de informação;
- agilidade na prestação dos serviços;
- fomentar a abertura de novas bibliotecas.

Nossas coleções contam com obras exclusivas, além de publicações produzidas pelo Iphan em todo o país, nas áreas de: Patrimônio Cultural (Paisagem Natural, Paisagem Cultural, Bens Culturais, Patrimônio Mundial, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Cidades Históricas); Artes; Arquitetura; Antropologia; Arqueologia; Cultura; Educação Patrimonial; Fotografia; Folclore, História (Geral e do Brasil); Museologia; Literatura Brasileira; Turismo Cultural, dentre outras.

A disponibilização de informação realizada pela RBI, certamente exerce papel fundamental na democratização do acesso à informação, na preservação do patrimônio cultural, além de possibilitar a criação de novos conhecimentos.

Neste capítulo, falaremos sobre a Rede de Bibliotecas do Iphan, a importância dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de trabalhos, o catálogo online da RBI e a Biblioteca Aloísio Magalhães que fica localizada na sede do Iphan, em Brasília. No segundo item do capítulo *Rede de Bibliotecas do Iphan (RBI)* demonstramos que o trabalho em rede traz inúmeros benefícios para o Iphan, para a preservação da memória institucional, para a preservação de patrimônio cultural e para a sociedade. No terceiro item do capítulo, abordamos o *Catálogo online da RBI* e a importância que essa ferramenta trouxe para modernização nos serviços oferecidos, além de ser uma ferramenta de preservação da memória e transmissão do conhecimento para as futuras gerações. No item 2.4 *Grupos de trabalho*, descrevemos como os grupos de trabalhos foram e são fundamentais para o desenvolvimento de instrumentos técnicos e normativos que norteiam os trabalhos desenvolvidos na RBI. Por fim, o item 2.5 *Biblioteca Aloísio Magalhães*, demonstramos que a biblioteca da sede do Iphan exerce papel fundamental na prestação de suporte informacional aos técnicos do Iphan e que com seus produtos e serviços, desempenha papel essencial nas ações de preservação do patrimônio cultural e preservação da memória institucional.

4.2 - REDE DE BIBLIOTECAS DO Iphan (RBI)

No Iphan, as bibliotecas passaram a trabalhar em rede, compartilhando o mesmo sistema de informação a partir de 2015 quando ocorreu a primeira migração para o sistema Chronusweb. Na ocasião foram migradas 15 bases de dados, oriundas de 8 sistemas diferentes.

A Rede de Bibliotecas do Iphan (RBI) foi instituída por meio da Portaria Nº 185, de 16 de julho de 2024, com o objetivo de integrar e fortalecer as bibliotecas, potencializar e agilizar o compartilhamento de recursos informacionais e bibliográficos, fomentar a abertura de novas bibliotecas, ampliação na oferta de produtos e serviços de informação, com vistas a produção de novos conhecimentos em patrimônio cultural para fortalecer a identidade nacional e o direito à memória.

A composição da RBI é feita pelo Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), pela Divisão de Gestão Documental (DGD), e pelas bibliotecas das Unidades descentralizadas.

Atualmente, trabalhamos com o sistema Pergamum para o tratamento da informação e já são 24 Unidades de informação cadastradas. Temos a expectativa de contínuo crescimento, visto que existem Superintendências e Unidades do Iphan em todas as capitais e em algumas cidades históricas, além das Unidades Especiais.

Os trabalhos em rede são desenvolvidos de forma colaborativa e já vinham ocorrendo mesmo antes da formalização da RBI. A institucionalização da RBI trouxe respaldo para os trabalhos, bem como possibilidade de ampliação na oferta de produtos e serviços de informação.

4.2.1 - Portaria da Rede de Bibliotecas do Iphan

PORTRARIA IPHAN N° 185, DE 16 DE JULHO DE 2024

Institui a Rede de Bibliotecas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - Iphan, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 18, Inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023, a Portaria da Casa Civil nº 478, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2023, e o processo SEI nº 01450.003601/2024-14, resolve:

Art. 1º Instituir a Rede de Bibliotecas do Iphan - RBI, com vistas à gestão e disseminação de informação em patrimônio cultural.

Art. 2º São objetivos da RBI:

I - padronizar, automatizar e compartilhar recursos informacionais e bibliográficos que compõem os acervos das bibliotecas participantes;

II - prestar suporte informacional aos técnicos do Iphan, com vistas ao cumprimento da missão institucional, bem como atender à sociedade;

III - viabilizar a catalogação cooperativa dos acervos das bibliotecas;

IV - aperfeiçoar os mecanismos de gestão, recuperação e preservação da informação institucional;

V - otimizar a utilização dos recursos informacionais, facilitando o acesso ao público;

VI - fomentar o desenvolvimento de novos produtos e serviços de informação para melhor atender às necessidades dos usuários; e

VII - alimentar a base de dados da Biblioteca Digital do Iphan.

Art. 3º Compõem a RBI, o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), a Divisão de Gestão Documental (DGD), as bibliotecas das Superintendências Regionais e de outras Unidades do Iphan.

Parágrafo único. O pré-requisito para integrar a RBI é a presença de bibliotecário no quadro da Unidade.

Art. 4º Caberá ao Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) exercer a gestão do contrato de manutenção do sistema de gerenciamento de bibliotecas e de outras ferramentas de acesso à informação.

Parágrafo único. Poderão ser criadas, sem prejuízo da realização de outras atividades, Comissões Técnicas ou Grupos de Trabalho para a definição, padronização e acompanhamento das rotinas de manutenção da Rede, e que serão compostas por bibliotecários de qualquer das Unidades integrantes da RBI.

Art. 5º Cada Unidade deverá proporcionar infraestrutura física que atenda adequadamente a disseminação e preservação do acervo, bem como o atendimento ao usuário.

Art. 6º Caberá à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) exercer atividades relacionadas à instalação de novas versões de programas, zelar

pela disponibilidade e pelo bom desempenho da infraestrutura que suporta os sistemas e aplicativos envolvidos e, ainda, prestar suporte técnico ao CDP, no tocante à especificação de equipamentos e *softwares* a serem integrados à RBI.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após sua publicação.

LEANDRO GRASS

4.3 - GRUPOS DE TRABALHO

Visando a padronização dos procedimentos para as atividades desenvolvidas, o fortalecimento das bibliotecas do Iphan e a melhoria na oferta de produtos de serviços de informação, em 2020, foram formados grupos de trabalho, compostos por bibliotecários do Iphan para o desenvolvimento de instrumentos técnicos e normativos.

Os grupos de trabalho formados naquela ocasião foram os seguintes:

- GT - Catalogação;
- GT -Desenvolvimento de coleções;
- GT - Rede e Sistemas;
- GT - Autoridades.

Todos esses GT's trabalharam para a criação de manuais, diretrizes, metodologias e outros instrumentos técnico-científico-biblioteconômicos, a fim de padronizar os trabalhos nas bibliotecas do Iphan, com vistas à uniformização de procedimentos que contribuem para a disponibilização da informação sobre patrimônio cultural.

Como resultados desses trabalhos, destacamos os seguintes instrumentos:

- Manual de Catalogação da Rede de Bibliotecas do Iphan;
- Metodologia para Unificação de Registros no Pergamum;
- Diretrizes para o Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas do Iphan;
- Manuais para utilização do Pergamum no âmbito das bibliotecas do Iphan;

Considerando-se a dinamicidade dos trabalhos e outras demandas que emanam da Rede, atualmente trabalhamos com dois novos grupos de trabalho. São eles:

- **GT-Obras Raras**, cujo objetivo será definir diretrizes referente a acesso, conservação, segurança, tratamento, dentre outros, para os acervos de obras raras ou especiais, disponíveis nas bibliotecas do Iphan.
- **GT-Unificação de Registros**, cujo objetivo será unificar registros bibliográficos que se encontram em duplicidade no sistema Pergamum (sistema de gerenciamento e automação de bibliotecas). Esta unificação se faz necessária por conta da duplicidade de registros em decorrência do processo de migração que unificou 15 bases de dados das bibliotecas do Iphan. Tal atividade trará qualidade para o catálogo online e consequentemente para a informação disponibilizada ao usuário. Esta atividade contará com a aplicação da metodologia de unificação, desenvolvida no âmbito do GT-Catalogação e entregue em 2022.

Esses novos GT's visam estabelecer parâmetros e normas para áreas as que ainda carecem de normatização, além do tratamento de dados com a unificação de registros no Pergamum.

Os grupos de trabalho, certamente são fundamentais para a padronização das atividades, o fortalecimento das bibliotecas e a melhoria e ampliação na oferta de produtos e serviços de informação.

Os produtos desenvolvidos pelos grupos de trabalho são fundamentais para reger os trabalhos que são desenvolvidos de forma colaborativa

Os instrumentos técnicos construídos já estão sendo utilizados como parâmetro no desenvolvimento das atividades da RBI, trazendo como benefício um trabalho mais uniforme.

4.4 - CATÁLOGO ONLINE DA RBI

O catálogo online é uma base de dados onde estão inseridas todas as informações referenciais sobre os acervos disponíveis nas bibliotecas do Iphan.

O Catálogo online da Rede de Bibliotecas do Iphan surge da migração de 15 bases de dados, em 2015, quando o Iphan adquiriu o primeiro sistema de gerenciamento e automação de bibliotecas (ChronusWeb), com o propósito de atender todas as bibliotecas, que até então não trabalhavam de maneira integrada.

A migração das bases para um único sistema representou um marco nos métodos e processos de trabalho, uma vez que os profissionais bibliotecários não mais trabalham de forma isolada, mas agora compartilham o mesmo sistema e podem usufruir dos benefícios advindos dessa prática, como a catalogação cooperativa, dentre outros.

O catálogo online da RBI, atualmente reúne mais de 200.000 registros de obras na temática de patrimônio cultural que estão disponíveis nos acervos das bibliotecas do Iphan. O catálogo pode ser consultado por meio do link <https://pergamum.iphan.gov.br/>.

Com implantação do catálogo online para a RBI a oferta de produtos e serviços pode ser ampliada e os usuários passam a usufruir de todos os benefícios que essa ferramenta proporciona, como: acesso remoto, realizar reserva de material ou renovar o empréstimo de um material, consultar em único lugar os materiais disponíveis em todas as bibliotecas do Iphan.

Assim, o catálogo online é uma ferramenta que trouxe modernização para os produtos e serviços oferecidos, o que significa também ser um instrumento de preservação da memória, e que possibilita a produção de novos conhecimentos e a transmissão do saber para gerações futuras.

4.5 - BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES

A Biblioteca Aloísio Magalhães (BAM) foi criada em 1977, pertencendo na época, ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), dirigido à época por Aloí-

sio Magalhães. Em 1990, quando da extinta Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), a biblioteca passou a pertencer ao Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Especializada em patrimônio cultural, a BAM conta com obras exclusivas, além das produzidas pelas Unidades do Iphan em todo o país. São mais de 26.000 obras entre livros, folhetos, periódicos, teses, dissertações e mídias, nas áreas de: Patrimônio cultural (Paisagem natural, Paisagem cultural, Bens culturais, Patrimônio Mundial, Patrimônio material, Patrimônio imaterial, Cidades históricas); Artes; Arquitetura; Antropologia; Arqueologia; Cultura; Educação Patrimonial; História (Geral e do Brasil); Museologia; Literatura brasileira; Turismo cultural; entre outras.

A BAM, além de prestar suporte informacional aos técnicos do Iphan, o que a faz agente na preservação do patrimônio cultural brasileiro, também é a ponte entre a sociedade e o Iphan, uma vez que aberta a qualquer pessoa que dela necessite, desempenhando assim função de transparência, facilitando o acesso à informação.

Alicerçados em valores de Acesso, Memória, Pesquisa, Conhecimento e Preservação, buscamos ser referência em informação sobre patrimônio cultural de forma a colaborar para fortalecer a identidade nacional e o direito à memória

4.5.1 - Produtos e serviços oferecidos pela BAM

- Atendimento ao usuário local e remoto;
- Levantamento bibliográfico;
- Empréstimo domiciliar;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Catálogo de normas ABNT;
- Catálogo online na Rede de Bibliotecas do Iphan;
- Boletim da BAM;
- Reprodução;
- Armário guarda-volumes;
- Reserva da sala de reunião;
- Espaço com acesso à internet.

4.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A facilidade no acesso à informação é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade. O Iphan, por meio de suas bibliotecas, desempenha papel preponderante na democratização do acesso à informação, colaborando desta forma para

o desenvolvimento de uma consciência de preservação do patrimônio cultural de todos os brasileiros.

Falar da trajetória das bibliotecas do Iphan é reconhecer que este é um trabalho desenvolvido de forma colaborativa por todos aqueles que fazem parte da Rede. Sem essa colaboração, certamente não teríamos chegado onde estamos.

O acesso à informação por meio dos produtos e serviços oferecidos pela Rede de bibliotecas do Iphan possibilita a produção de novos conhecimentos, o direito à memória e a preservação dessas informações para futuras gerações.

Certamente, as novas tecnologias da informação trazem consigo o desafio de nos atualizarmos constantemente e assim, sigamos proporcionando acesso rápido, seguro e eficiente para que as informações estejam cada vez mais disponíveis aos que dela necessitam.

Concluímos com a frase do bibliotecário indiano Ranganathan, que já em 1931 disse que “a biblioteca é um organismo em crescimento”. Seguimos nessa expectativa de contínuo crescimento e ampliação na oferta de produtos e serviços de informação.

REFERÊNCIAS

Iphan. **Biblioteca Aloísio Magalhães**: guia do usuário. Brasília, DF: Iphan, 2024.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (org). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

SHINTAKU, Milton; MORARES, Marcelo Hilario de (org.). **Modernização tecnológica do ecossistemas de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Brasília: Ibict; TJDFT, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22477/9786589167976>. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/book/322>. Acesso em: 5 maio 2025.

SOUZA, Odilé M. M. V. (org.) **Relatório de atividades da BAM**: 2024. Brasília: Iphan, 2025. 17 p.

Como citar o capítulo: SOUZA, Odilé Viana de. Trajetória das Bibliotecas do Iphan. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 4, p. 50-64. DOI: 10.22477/9788570132472.cap4.



CAPÍTULO

5

CAPÍTULO 5 - HISTÓRICO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS NO BRASIL

Raphael Bahia Carmo²⁰

Milton Shintaku²¹

Mariângela Spotti Lopes Fujita²²

5.1 - Introdução

A palavra biblioteca, no português, vem do grego antigo, formado por “βιβλίον - *biblion*” (livro) mais “θήκη - *thekē*” (depósito). Essa origem difere de outras línguas, como no Inglês, que “*Library*” vem do latim “*liber*” (livro), mesmo sendo uma língua germânica. Independente da etiologia, a biblioteca no português está relacionada ao lugar onde são custodiados os livros, na sua forma mais simples ou uma coleção de livros, ou de outros tipos de documentos, como no caso da informática, que indica local voltado a gestão de objetos digitais, conforme descrito no Dicionário Houaiss.

²⁰ Doutorando, Unesp, diretor CDP/Iphan, raphael.bahia@unesp.br.

²¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Coordenador de Tecnologias para Informação no Ibict; Email: miltonshintaku@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6476-4953>.

²² Doutora em Ciências da Comunicação pela USP; Professora da Unesp.

Historicamente, Casson e Antunes (2018) relatam que o surgimento da biblioteca está intimamente ligada à própria criação da escrita, com descobertas arqueológicas na atual Síria de obras duplicadas e relacionadas a literatura de 2.300 Antes de Cristo, característica de bibliotecas, mesmo que grande parte do acervo de tabuletas de argila sejam de cunho administrativo. Assim, liga-se a criação da escrita a necessidade de registro administrativo, porém, também ao registro de lendas e relatos, com possibilidade de criação de coleções.

Dentre todos os grandes relatos sobre bibliotecas no mundo antigo, possivelmente o mais conhecido seja o da Biblioteca de Alexandria, fundado em torno de 300 AC, no Egito Antigo, na era Ptolomaica. Assim, essa biblioteca tornou-se a maior que se tem registro, com um acervo composto de diversas tipologias de documentos, sendo não apenas um centro de disseminação, mas também um de geração de conhecimento. Flower (2019) descreve a biblioteca como um ponto alto na gestão helênica do então decadente Egito dos Faraós.

De forma mais próxima a bibliotecas atuais, Serrai (1975) descreve que na Idade Média os mosteiros assumem a gestão de bibliotecas, fazendo o papel de custodiar e publicar livros, inclusive alguns da era grega clássica. Outro ponto importante destacado pelo autor se refere a bibliotecas das escolas medievais, como a Biblioteca da Escola Palatina, criada por Carlos Magno, se tornando a maior biblioteca da época.

Possivelmente um dos marcos nas bibliotecas foi a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, que possibilitou a produção maior das obras. Mesmo que atualmente sabe-se que os chineses já possuíam sistema de impressão semelhante, o modelo de publicação de Gutenberg alterou a forma de publicação, antes centrada no copismo a mão, para impressão, o que possibilitou a oferta maior de obras para as bibliotecas.

Outro ponto de destaque na história das bibliotecas se refere ao nascimento das bibliotecas universitárias, ainda no final da Idade Média. Kibre (1967) relata sobre manuscritos mantidos pela Biblioteca da Universidade de Bolonha, datado do início do século XVI. No mundo Lusófono, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra é um marco, na medida em que durante muito tempo a universidade era palco do saber em língua portuguesa, inclusive onde muitos brasileiros estudavam.

5.2 - Biblioteca no Brasil

A história registrada do Brasil não é rica em detalhes sobre a vida cultural, que envolvessem temas como bibliotecas, sendo que nos primeiros anos após a chegada dos portugueses, a economia de exploração baseada no extrativismo do pau brasil não tem referência sobre livros ou bibliotecas. Nesse sentido, Santos (2010) defende que os livros surgem no país a partir da instalação do Governo Geral, em 1549, com o surgimento das primeiras instituições de ensino.

Moraes (2006) e Milanese (1993) relatam sobre o papel dos Jesuítas nas primeiras bibliotecas brasileiras, escolares por sua natureza, mas voltadas à catequização. Sabe-se que os livros, além da bíblia, são materiais de apoio importante à atividade pastoral. Da mesma forma, Fávero e Passerini (2021) afirmam que os alem de catequizar, os jesuítas foram importantes no ensino do português e latim como línguas do colonizador e meio pelo qual a religião era imposta.

Acompanham esse ponto os estudos de Curvo e dos Santos (2023) no qual descrevem que os jesuítas no final do século XVI possuíam uma grande biblioteca em Sal-

vador, capital da colônia à época, e outras menores no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Nessa época, pela dificuldade de obter livros, as bibliotecas tinham um grande valor para os jesuítas, como meio de compartilhamento de obras.

Assim, as bibliotecas brasileiras nascem como escolares na época do Governo Geral por meio dos jesuítas e suas escolas religiosas. Santos (2010) também destaca a presença de bibliotecas particulares, não apenas de religiosos, mas de médicos e advogados, principalmente em Minas Gerais, pela sua riqueza e refinamento cultural. O autor relata sobre outras bibliotecas importantes em Salvador (antiga capital) e Rio de Janeiro (capital à época).

Esse cenário das bibliotecas em escolas católicas e particulares perdura até a chegada da Família Real e, com ela, o acervo da Real Biblioteca, que viria a se transformar na Biblioteca Nacional. Portella (2010) descreve a criação da Biblioteca Nacional, desde a sua chegada ainda como Biblioteca Real, inicialmente composta por 60 mil obras diversas. Após a independência, passa a se chamar Biblioteca Imperial e Pública e finalmente Biblioteca Nacional, após a república, sob os cuidados do Ministério do Interior e Justiça, posteriormente ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Gilda (2019) relata que durante muito tempo as bibliotecas escolares pertenciam a escolas religiosas particulares, registros de mudança deste cenário ocorreram apenas na década de 1880 com a criação da Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos e Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital, ambas em São Paulo, frutos da reforma proposta nomeada “Escola Nova”. Esse movimento, de oferta do ensino público, com infraestrutura contento biblioteca, muda um pouco o cenário educacional, antes centrado nas escolas católicas.

Numa evolução, com o surgimento das universidades no país, são criadas também as suas bibliotecas, que diferentes das escolares, atuam no apoio à pesquisa e extensão. Cunha e Diógenes (2016) apresentam um histórico das bibliotecas universitárias, em que as bibliotecas universitárias são criadas no início do século XX, com a primeira legislação, pelo Presidente Campos Sales aprovou, em 1º de janeiro de 1901, o código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário .

No governo, um destaque fica por conta da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), principalmente no Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Oddone (2014), descrevendo o histórico da biblioteca, destaca a atuação das irmãs Sylvia e Lydia, na iniciativas de processamento técnico do acervo, sendo a última a criadora do Instituto Brasileiro de Biografia e Documentação (IBBD), que posteriormente se tornaria o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Nesse histórico, as bibliotecas apresentam-se de diversos tipos, como as públicas, escolares, universitárias, governamentais, particulares e outras, com um grande desafio provocado pela informatização. Nesse sentido, tanto na informatização dos seus processos, quanto na presença cada vez maior dos documentos em formato digital e todas as suas implicações. Com isso, atender as necessidades dos seus usuários, na missão de ser intermediador do conhecimento.

5.3 - Bibliotecas Digitais

O surgimento dos computadores, ainda na década de 1950, alterou significativamente a vida das pessoas. Inicialmente, os computadores eram calculadoras, tanto que o termo “computador” tem o significado de algo ou alguém que calcula. Assim, inicialmente os computadores processavam apenas dados numéricos em forma de cálculos. Posteriormente, pode-se fazer processamentos com letras, incrementando o processamento.

Como as bibliotecas sempre adotaram as mudanças tecnológicas, desde a época das tábulas de argila, passando pelos pergaminhos até o livro publicado, a adoção das tecnologias digitais e seus documentos se torna um caminho natural. Nesse contexto, com o uso cada vez maior da informática na vida das pessoas, surge uma nova ideia de criar sistemas de informação baseados na era digital. Assim, surgiram sistemas como biblioteca virtual, biblioteca eletrônica e biblioteca digital, com diferenças entre elas.

De forma muito simplista e sem muito consenso, as bibliotecas eletrônicas não estavam ligadas a internet e eram instaladas para uso pessoal. Já as virtuais geralmente organizavam links para os recursos digitais. As bibliotecas digitais, por sua vez, fazem a gestão do acervo digital, sendo a forma mais robusta e refinada entre essas opções, fornecendo serviços aos usuários.

As primeiras discussões sobre bibliotecas digitais nasceram no final da década de 1980. Por exemplo, Kahn e Cerf (1988) apresentam o projeto de Arquitetura Aberta de um Sistema de Biblioteca Digital para a Corporation for National Research Initiatives, sendo uma das precursoras na área. Este projeto ocorre antes do advento da web e suas facilidades, de forma que se apresenta na van-

guarda dos sistemas informatizados, tendo como objetivo de arquivar (receber depósitos) para ser recuperado posteriormente. Entretanto, mesmo que a web ainda não esteja totalmente operacional, esse projeto já estava planejado para funcionar na internet.

Cunha (1997) relata que o tema era de grande interesse internacional, com inúmeras iniciativas e publicações, inclusive com uma revista especializada, a D-Lib. A conceituação inicial da biblioteca digital é de um sistema de informação ligada a rede, uma biblioteca sem paredes, que armazena informações em formato digital para disseminação, sem limitações de tempo ou espaço (Cunha 1999). Eventualmente, esse conceito mudou com o tempo e a evolução tecnológica, principalmente com o surgimento da Web e os movimentos de abertura das ciências.

Um marco para a biblioteca digital foi o lançamento do ArXiv, pelo Laboratório de los Alamos, Estados Unidos, em 1991, ainda nos primórdios da Web, voltado para depósito de pré-prints para disseminação da versão do autor. Essa iniciativa provou que era possível criar um sistema web, que pudesse depositar um documento em formato digital, juntamente com os metadados, para serem recuperados por ferramenta de busca e acessados.

A criação do ArXiv inspirou o movimento dos arquivos abertos (*Open Archives*), na Convenção de Santa Fé, Novo México, Estados Unidos. Triska e Café (2001) compilou alguns preceitos que orientam os sistemas de informação, dentre os quais a criação no Brasil da Biblioteca Digital Brasileira (BDB). Como decorrência a esse movimento e a BDB, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) fomentou a criação de bibliotecas de teses e dissertações locais de muitas universidades, seguindo o modelo proposto pela *Networked Digital Library of Theses and Dissertation* (NDLTD). Como resultado desse movimento no país, teve a

criação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os preceitos apresentados pelo Arquivos Aberto²³ orientaram a criação das bibliotecas digitais, de forma que possibilitasse a interoperabilidade, sendo nomeadas como Provedores de Dados. Esses provedores precisavam ser sistemas de informação que fizessem gestão de documentos em formato digital. Para tanto, essas bibliotecas precisam implementar:

Uso de identificadores únicos e persistentes: todos os objetos digitais depositados em bibliotecas digitais ganham um identificador na forma de uma URL, sendo um dos pilares para a interoperabilidade;

Conjunto mínimo de metadados: esquema de metadados reconhecidos pela comunidade de usuários para representar o objeto digital, formando um conjunto denominado de item;

Utilização de protocolo de coleta de dados: permitir que os metadados do item possam ser coletados livremente;

Divulgação ampla: anunciar a comunidade que seu sistema de informação é aberto.

²³ Disponível em: <https://www.openarchives.org/sfc/sfc.htm>. Acesso em: 13 set. 2025.

Nesse contexto, muitos softwares criados para implementar bibliotecas digitais implementam esses preceitos, sendo um dos mais conhecido o DSpace, mesmo que ele tenha sido desenvolvido para repositórios, no movimento do acesso aberto (Open Access). No Brasil, uma das iniciativas da época foi o software livre Nou-Rau, desenvolvido pela Biblioteca da Universidade de Campinas (Unicamp) para criação de sistemas de informações como as bibliotecas digitais (Vicentini, 2006).

Uma das maiores características das bibliotecas digitais era de disseminar objetos digitais de primeira fonte, como as teses e dissertações, até então conhecidas como literatura cinzenta, por não serem amplamente disseminadas. Assim, são sistemas que possibilitam o depósito de um ou mais textos completos de uma obra, pelo autor (autoarquivamento) ou não, numa estrutura informacional organizada, por meio de um formulário de metadados, para recuperação e interoperabilidade.

5.4 - Bibliotecas Digitais no Governo

Biblioteca digital estão presentes em muitos órgãos de governo, em todos os poderes e esferas, em parte, por iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e sua Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Basevi (2005) relata sobre a adaptação do DSpace, criado para repositórios acadêmicos, para o uso em biblioteca digital jurídica, de forma a criar um modelo a ser seguido por outros tribunais, formando um grande consórcio de bibliotecas digitais jurídicas.

Desde então, vários órgãos governamentais criaram as suas bibliotecas digitais para disseminação de sua documentação, principalmente, de primeira fonte. Macedo, Shintaku e de Brito (2015) levantaram os órgãos à época, destacando o po-

der judiciário, em todas as esferas, muito em decorrência do modelo da BDJur, na medida em que todas as bibliotecas digitais foram implementadas com o DSpace.

Nesse caminho, por exemplo, pode-se mencionar a Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), no qual Pinto *et al.* (2023) reafirma a utilização inicial do modelo da BDJur. Posteriormente, as peculiaridades do TJDFT fizeram que criassem o seu próprio modelo, seguindo as orientações registradas em sua política de biblioteca digital.

De Alcântara (2012) relata que o modelo criado pelo BDJur transcende o poder judiciário e inspira a criação da Biblioteca Digital do Senado Federal. Assim, revela como as bibliotecas digitais estão sendo utilizadas em órgãos de governo para dar acesso a documentação em formato digital e para propiciar transparência a atividades relacionadas à criação de conteúdo.

Muller e Oliveira (2015) apresentam os resultados da criação da Biblioteca Digital da Escola de Administração Pública (Enap), com forma mista em relação ao seu acervo com características de repositório (cópia de publicações efetuadas em vários canais) e biblioteca digital (Primeira fonte). Cabe ressaltar que a Enap possui produção acadêmica e organizacional, com objetos digitais únicos (primeira fonte), incluindo a seção histórica da Revista do Serviço Público, desde 1937.

Sá *et al.* (2022) descrevem a trajetória da Biblioteca Digital da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), revelando o desafio na disseminação de uma documentação única, de forma transparente. Entre os destaques, os autores relatam sobre a criação de organização artificial relacionada às áreas de atuação da agência. Assim, foram criadas duas formas de organizar, a tradicional do DSpace de comunidades e coleções e as relacionadas às áreas de atuação.

Aliás, o uso do DSpace em bibliotecas digitais no governo ultrapassa a institucionalidade, passando a ser utilizado para disseminar documentação digital para outras finalidades. Shintaku *et al.* (2010) e Afonso (2011) relatam sobre o uso do DSpace na criação do Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), voltado à educação em todos os níveis. Da mesma forma, Rosa Jr e Jacob (2014) descrevem o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (Ares) voltados a atender a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (Una-SUS). Ambos os casos mostram a preocupação do governo na disseminação de objetos digitais relacionados à saúde.

Nesse contexto, nota-se que o governo, em todos os poderes e esfera, possuem a necessidade de gestão documental, com grande produção de objetos digitais, dos mais variados tipos. Em parte, entende-se que fazem parte da documentação de cunho arquivístico, como comprovação de uma atividade, em grande parte administrativa. Entretanto, parte dessa produção é de interesse público, devendo estar em uma biblioteca digital sem barreiras de acesso.

Por isso, a presença das bibliotecas digitais no governo atendem a questões de transparência, por dar acesso irrestrito à documentação produzida no órgão. Entretanto, tem outra ação voltada à preservação da memória institucional, no qual essa documentação se constitui. Assim, demonstra-se a importância dos órgãos públicos criarem e manterem suas bibliotecas digitais, como mais um serviço oferecido pelas suas bibliotecas.

5.5 - Considerações finais

A biblioteca no contexto com forte presença digital é um desafio, mas uma grande oportunidade a ser assumida, visto que, como defende Silveira (2010), o acervo de uma biblioteca é composto pela história de um povo e tudo que o envolve, de forma a facilitar a compreensão do presente. Assim, independente do suporte (físico ou digital) a biblioteca deve assumir esse papel importante na formação da identidade social dos seus usuários.

Nesse caminho, na Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), viu-se na necessidade de uma ferramenta eficiente para fazer a gestão do acervo custodiado pelas bibliotecas do instituto, principalmente os em formato digital, com o intuito de fomentar a comunicação organizacional e facilitar o acesso aos usuários. Com isso, ter um sistema que disponibilizasse a documentação para ser acessada com fácil recuperação. Assim, junta-se a tantas outras instituições que possuem bibliotecas digitais.

Com isso, a Biblioteca Digital Iphan foi planejada para conter a produção intelectual do instituto, aliando produção técnica e científica. Para a sua organização, fundamenta-se no modelo baseado na cadeia de valor, proposto por Shintaku (2022), no qual abrange documentos de governança, atividades fins e ensino, em vista de atender de forma geral a demanda institucional e social, preservando e disponibilizando o acesso à documentação do instituto.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria da Conceição Lima *et al.* Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): tratamento da informação em um repositório educacional digital. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, p. 148-158, 2011.

BASEVI, Teresa. BDJur Consortium-Juridical Digital Library: Implementing DSpace in the Brazilian Judiciary. *In: ELPUB2005 CONFERENCE ON ELECTRONIC*

PUBLISHING

9., 2005, Leuven, Belgium. **Proceedings...** Leuven: CUL, 2005. p. 127-132. Disponível em:

<https://elpub.architecturez.net/system/files/pdf/150elpub2005.content.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2025.

CASSON, Lionel; ANTUNES, Cristina. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada.

Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/711>. Acesso em: 11 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital.

Ciência da Informação, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 11 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016.

CURVO, Luiz Felipe Sousa; DOS SANTOS, Maria Luíza Lucas. A Companhia de Jesus e seu papel na formação de bibliotecas no Brasil colonial. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 39, n. 1, p. e392310-e392310, 2023.

ALCÂNTARA, André Luiz Lopes de. Biblioteca Digital do Senado Federal: 2006-2013 – uma análise dos desafios e soluções. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CBB, 28., 2013, [Local]. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 5240-5262.

FÁVERO, Leonor Lopes; PASSERINI, Thiago Zilio. 210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na Babel brasílica. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, p. 199-232, 2021.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria**: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria, 2019.

KAHN, Robert. E.; CERF, Vinton. G. **The digital library project volume 1: the world of knowbots (DRAFT)**. [S. l.]: Corporation for National Research Initiatives, 1988.

KIBRE, Pearl. Giovanni Garzoni of Bologna (1419-1505), Professor of Medicine and Defender of Astrology. **The University of Chicago Press**, Chicago, v. 58, n. 4, 1967, p. 504-514, 1967. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/228425>. Acesso em: 11 set. 2025.

MACEDO, D.; SHINTAKU, M.; BRITO, R. Dublin core usage for describing documents in Brazilian government digital libraries. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS*, São Paulo.

Anais... 2015. p. 129-135. Disponível em:<http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3768>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MULLER, Claudia Cristina; OLIVEIRA, Keicielle Schmidt de. **Repositório institucional da Enap:** um processo de construção coletiva do conhecimento. Brasília: Enap, 2015.

ODDONE, N. E. Lydia Sambaquy e a biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. **Acervo**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 77-91, 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/515>. Acesso em: 12 set. 2025.

PINTO, Elton Mártires *et al.* Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. In: SHINTAKU, Milton; MORAES, Marcelo Hilario (org.). **Modernização Tecnológica do Ecossistema de Informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.** Brasília: Editora Ibict; TJDFT, 2023. Cap. 2, p. 34-55. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap2.

PORTELLA, C. M. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10524>. Acesso em: 12 set. 2025.

ROSA JÚNIOR, Onivaldo; SANTOS JACOB, Aline dos. Configuração e desenvolvimento do acervo de recursos educacionais em saúde da UNA-SUS. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS – BIRE-DIAL, 4.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS – SIBD, 9., 2014, Porto Alegre. **Anais** [...]. [S.l.: s.n.], 2014.

SÁ, Argentina Santos de *et al.* Como surgiu a Biblioteca Digital da Anvisa. In: SHINTAKU, Milton; ALCURI, Fábio Gama (org.). **O avanço do ecossistema de informação na construção da Biblioteca Digital da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Brasília: Ibict, 2022. p. 22-37. DOI: <https://doi.org/10.22477/9786589701361>.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 11 set. 2025.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168>. Acesso em: 11 set. 2025.

SHINTAKU, Milton. Análise da cadeia de valor de órgão de governo como apoio organização de biblioteca digital. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Paraná, v. 12, p. 1-11, 2022.

SHINTAKU, Milton. Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): uma iniciativa para a disseminação de objetos educacionais pela internet. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES, 12., 2009, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social.

Perspectivas em ciência da informação, v. 15, p. 67-86, 2010.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/917>. Acesso em: 11 set. 2025.

VICENTINI, Luiz Atilio; VICENTINI, Regina Ap Blanco; VICENTE, Gilmar. O acesso livre à informação científica através da Biblioteca Digital da Unicamp: mudanças de paradigmas, processos e valores na produção científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006. Salvador. **Anais** [...]. Salvador: SNBU, 2006. p. 1-15. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5441>. Acesso em: 11 set. 2025.

Como citar o capítulo: CARMO, Raphael Bahia do; SHINTAKU, Milton; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Histórico de bibliotecas digitais no Brasil. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.).

Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 5, p. 65-82. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap5.



CAPÍTULO 6

CAPÍTULO 6

- SOFTWARE DSPACE PARA BIBLIOTECAS DIGITAIS

Lucas Ângelo da Silveira²⁴

Mirele Carolina Souza Ferreira Costa²⁵

6.1 - IPHAN E A BUSCA POR UMA SOLUÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

O *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)* é o instituto responsável por promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Vinculado ao Ministério da Cultura, o Iphan atua desde 1937 na proteção de bens que representam a identidade histórica e artística do país, incluindo edificações tombadas, sítios arqueológicos, documentos históricos, manifestações culturais e expressões populares, entre tantos outros.

²⁴ Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (UnB), professor adjunto na Faculdade SENAC, pesquisador tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

²⁵ Doutoranda e Mestre em Informática pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharela em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Ao longo de décadas de atuação, o Iphan acumulou um acervo documental vasto e de grande relevância para a memória nacional. Com o avanço da digitalização, tornou-se evidente a necessidade de estruturar uma solução capaz de preservar digitalmente esse conteúdo e, ao mesmo tempo, garantir acesso público qualificado à informação. A instituição passou, então, a buscar uma ferramenta robusta, confiável e amplamente optou-se pela implementação de uma biblioteca digital, que oferta muitas das funcionalidades requeridas para gestão documental. Esse ponto, alinha-se às premissas apontadas por Maia, Conegian e Shintaku (2023), no qual reforça que um dos objetivos da biblioteca digital é dar acesso a documentação, especialmente de primeira fonte, que não foi amplamente divulgada anteriormente por meio de processo editorial tradicional. Assim, a biblioteca digital oferta acesso a documentação oficial de órgãos de governo, de forma a dar maior transparência às suas atividades.

Para a implementação da biblioteca digital, como sistema de informação, selecionou-se o software livre DSpace, na medida em que é amplamente utilizado para criação de sistemas similares em todos os poderes e esferas do governo brasileiro, conforme os estudos realizados por Macedo, Shintaku e Brito (2015). Assim, a seleção do DSpace torna-se natural e sustentável, pois há uma extensa comunidade usuária dessa ferramenta, com uma extensa documentação de apoio.

Nesse mesmo caminho, a adoção do DSpace deu-se por ser uma plataforma amplamente utilizada por universidades, centros de pesquisa e órgãos governamentais em todo o mundo. Seu modelo consolidado de repositório digital, baseado em padrões internacionais de metadados (como Dublin Core), suporte a políticas de acesso e arquitetura modular, ofereceu uma base sólida para atender às ne-

cessidades do Iphan. Além disso, sua evolução constante e o suporte de uma comunidade ativa foram fatores determinantes para a escolha.

A decisão também foi respaldada pelo cenário nacional, onde o DSpace já é amplamente utilizado por instituições públicas. Órgãos como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) adotaram a plataforma como base para seus repositórios digitais, assim como diversas universidades federais e estaduais. Esse histórico de uso institucional fortaleceu a convicção de que o DSpace era a escolha mais adequada, por sua estabilidade, escalabilidade e aderência a requisitos de transparência, preservação e interoperabilidade.

Este capítulo apresenta a experiência do projeto de pesquisa firmado entre o Iphan e o ibict na implantação da biblioteca digital com o uso da ferramenta livre DSpace. Para esse projeto foi utilizado a versão 7.6.3, com customizações que se adequam conforme as políticas definidas pelo estudo. Assim, são apresentadas as decisões técnicas adotadas, as soluções desenvolvidas e os principais resultados obtidos com a consolidação de seu biblioteca digital.

6.2 - SOBRE O DSPACE

6.2.1 - *Origem e consolidação da plataforma*

O DSpace é uma plataforma de repositório digital de código aberto lançada oficialmente em 2002, como resultado de uma parceria entre o *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* e os laboratórios de pesquisa da *Hewlett-Packard (HP Labs)*. Desde o início, o sistema foi projetado para armazenar, preservar e disseminar documentos digitais produzidos em ambientes acadêmicos e institucionais.

Com o passar dos anos, o DSpace se consolidou como uma das principais soluções para repositórios institucionais no mundo, principalmente por sua compatibilidade com padrões abertos (como Dublin Core para metadados e OAI-PMH para interoperabilidade), sua arquitetura extensível e sua capacidade de personalização. Atualmente, milhares de instituições em mais de cem países utilizam o DSpace para disponibilizar publicamente seus acervos digitais, incluindo universidades, bibliotecas nacionais, centros de pesquisa, órgãos do judiciário e instituições culturais.

6.2.2 - Arquitetura Funcional

O DSpace organiza seus dados em uma estrutura lógica hierárquica, que reflete a forma como os conteúdos são gerenciados e disponibilizados. Essa estrutura é composta por quatro níveis principais:

- Comunidades: agrupamentos amplos, como departamentos, setores ou órgãos;
- Coleções: conjuntos de itens dentro das comunidades, permitindo organização temática ou funcional;
- Itens: unidades de informação digital, como documentos, imagens, vídeos e outros tipos de conteúdo;
- Bitstreams: arquivos associados a cada item (por exemplo, PDF, JPG), armazenados em bundles, que agrupam arquivos relacionados.

Cada item pode conter diversos metadados descritivos, técnicos e administrativos, que facilitam sua identificação, recuperação e preservação. A plataforma também oferece recursos como controle de acesso por usuário ou grupo, licenciamento de conteúdo, versionamento de itens, relacionamentos entre entidades e uso de vocabulários controlados, ampliando a flexibilidade de gestão da informação.

Além da estrutura lógica, o DSpace é sustentado por uma arquitetura tecnológica modular, projetada para garantir escalabilidade, segurança e integração com outros sistemas. Essa arquitetura separa as camadas de apresentação, lógica de negócio e persistência, facilitando manutenções e futuras expansões.

Os principais componentes são:

- **Front-end:**

- Desenvolvido em Angular, é responsável pela interface pública do repositório;
- Oferece uma navegação moderna, responsiva e acessível, seguindo padrões como o GovBR;
- Comunicação direta com o back-end por meio de API REST.

- **Back-end:**

- Construído em Java, concentra a lógica de negócio, gerenciamento de fluxos e serviços internos do DSpace;
- Disponibiliza endpoints REST para integrações externas e para o front-end;
- Possui serviços essenciais como OAI-PMH, workflows de submissão e geração de estatísticas.

- **Banco de Dados (PostgreSQL):**

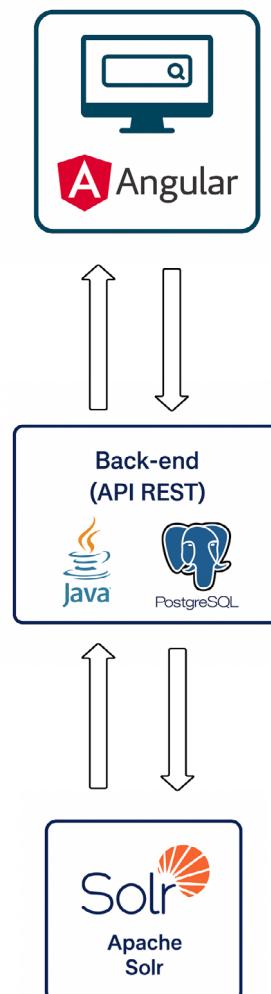
- Utilizado para armazenar metadados, configurações, informações administrativas e relacionamentos entre itens;
- É considerado o núcleo de persistência do sistema.

- **Solr:**

- Motor de busca utilizado pelo DSpace para:
 - Discovery: índices de busca e navegação;
 - Estatísticas: coleta e análise de métricas de acesso.
- Permite consultas rápidas e flexíveis, garantindo boa performance para o usuário final.

A Figura 6.1 apresenta a arquitetura modular do DSpace, que permite gerenciar e atualizar cada componente de forma isolada. Esse modelo aumenta a flexibilidade do sistema e possibilita evoluções tecnológicas sem impacto na operação do repositório.

Figura 6.1 – Arquitetura Dspace



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

6.2.3 - Evolução do DSpace

As versões anteriores à 7 (em especial a 5 e 6) utilizavam uma arquitetura monolítica com interface em JSPUI ou XMLUI, exigindo esforços significativos para personalizações visuais, integrações externas e manutenção de código.

A partir da versão 7, o DSpace passou por uma reforma completa de arquitetura, adotando o padrão de desenvolvimento desacoplado:

- O back-end passou a fornecer uma API RESTful rica, documentada e extensível;
- O front-end passou a ser desenvolvido em Angular, com foco em design responsivo, acessibilidade e modularidade;
- Esse novo modelo permitiu independência entre visual e lógica de negócio, facilitando tanto integrações com outros sistemas (como portais, buscadores, catálogos e CRMs) quanto customizações institucionais.

A versão **7.6.1**, utilizada na implantação do repositório do Iphan, representa uma iteração estável e amadurecida da nova geração do DSpace. Lançada em [mês/ano se quiser especificar], ela trouxe avanços importantes em diversas áreas do sistema:

- **Estabilidade da API REST:** tratamento de exceções mais preciso, suporte a endpoints adicionais e melhorias no gerenciamento de autenticação (JWT).
- **Interface de submissão aprimorada:** suporte a entidades configuráveis, campos obrigatórios, listas de vocabulário e auto-preenchimento.

- **Personalização de filtros e ordenações** na Discovery Layer, com sintaxes otimizadas para o Solr e novos componentes reutilizáveis no front-end.
- **Supporte ampliado à acessibilidade e internacionalização** da interface (i18n), facilitando a adoção por instituições públicas.
- **Compatibilidade com ferramentas externas**, como ORCID, CrossRef, DataCite, Creative Commons e COAR Notify.
- **Melhorias no gerenciamento de políticas de acesso**, permitindo regras mais refinadas para visibilidade de itens, bundles e bitstreams.

6.2.4 - Comunidade ativa e suporte colaborativo

O DSpace é mantido pela organização *LYRASIS*, em parceria com o *DSpace Governance Steering Group*, responsável por definir diretrizes estratégicas e coordenar o desenvolvimento da plataforma. Ao longo dos anos, o projeto tem sido sustentado por uma comunidade internacional ativa, composta por desenvolvedores, administradores de sistemas, bibliotecários e profissionais de gestão da informação.

Essa comunidade é um dos principais diferenciais do DSpace, destacando-se por sua atuação colaborativa e aberta. Entre os principais recursos oferecidos estão:

- **Grupos de discussão públicos**, amplamente utilizados para esclarecimento de dúvidas, troca de experiências e soluções práticas. O principal canal técnico internacional é o *dspace-tech*, disponível em: <https://groups.google.com/g/dspace-tech>

Para debates funcionais mais amplos, voltados à comunidade global de usuários, existe o *dspace-community*: <https://groups.google.com/g/dspace-community>

No Brasil, o grupo *dspace-brasil* conecta instituições que utilizam o DSpace em território nacional, sendo uma referência importante para suporte local: <https://groups.google.com/g/dspace-brasil>

- **Fórum nacional mantido pelo IbiCT**, que concentra tópicos relacionados à instalação, configuração, customizações e boas práticas, tanto do ponto de vista técnico quanto funcional. O acesso é aberto e o conteúdo é em português: <https://forum.ibict.br/c/dspace/16>
- **Repositório oficial no GitHub**, que abriga o código-fonte do DSpace, bem como o controle de versões, acompanhamento de erros (issues), propostas de melhorias e contribuições da comunidade: <https://github.com/DSpace/>
- **Documentação oficial atualizada**, mantida em colaboração com os usuários, com instruções completas sobre implantação, administração e uso do sistema;
- **Ciclo contínuo de feedback**, com sugestões e correções sendo constantemente consideradas pelas equipes de desenvolvimento, o que garante evolução contínua da plataforma.

Essa estrutura participativa fortalece a confiabilidade do DSpace como solução institucional, permitindo que órgãos como o Iphan contem com uma base tecnológica robusta, aberta, documentada e permanentemente aprimorada com base em experiências reais de uso.

6.3 - IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO Iphan

A implantação do repositório digital do Iphan foi conduzida com foco na simplicidade operacional e na aderência às melhores práticas para preservação e disseminação de conteúdo digital. A escolha pela versão 7.1 do DSpace trouxe uma arquitetura moderna e desacoplada, permitindo maior flexibilidade na manutenção e evolução do sistema ao longo do tempo.

6.3.1 - Infraestrutura Utilizada

A implantação do repositório digital do Iphan foi realizada utilizando a versão 7.6.1 do DSpace, que trouxe avanços significativos em modularidade, segurança e usabilidade. A plataforma foi estruturada em três componentes principais, organizados de forma desacoplada para facilitar manutenção, escalabilidade e futuras integrações.

Front-end

Responsável pela interface pública do repositório, desenvolvido em Angular, oferecendo navegação responsiva, acessibilidade e compatibilidade com diferentes dispositivos. Essa camada segue os padrões GovBR, garantindo conformidade com diretrizes de identidade visual e acessibilidade para sistemas governamentais.

- **URL:** <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/home>

- **Tecnologias e versões utilizadas:**

- Angular (versão 14);
- TypeScript (versão 4.7);
- Node.js (versão 18.x);
- Yarn (versão 1.22) – gerenciador de pacotes;
- HTML5 e CSS3, alinhados aos padrões GovBR para acessibilidade.

Back-end

Responsável pela lógica de negócio do repositório, pelo gerenciamento dos dados e pela exposição da API RESTful, consumida tanto pelo front-end quanto por serviços externos. Essa camada centraliza funções como workflows de submissão, indexação, estatísticas e autenticação.

- **URL:** <https://bibliotecadigital-web.lphan.gov.br/server>

Tecnologias e versões utilizadas:

- Java JDK (versão 17 – OpenJDK);
- Spring Framework (utilizado internamente para modularização e gerenciamento de dependências);
- Apache Maven (versão 3.5.4 ou superior) – ferramenta de build;
- Apache Ant (versão 1.10 ou superior) – ferramenta auxiliar de build;
- Apache Solr (versão 8.11.4) – serviço de busca e estatísticas do DSpace;

- Apache Tomcat (versão 9) – servlet container para execução da aplicação;
- API REST – integrações externas e comunicação com o front-end.

Banco de Dados

A persistência das informações é realizada com PostgreSQL, banco relacional amplamente reconhecido por sua robustez, confiabilidade e suporte de longo prazo. No ambiente do Iphan, foi adotada a versão 13 do PostgreSQL, garantindo alinhamento às boas práticas recomendadas pela comunidade DSpace.

Essa escolha assegura:

- Estabilidade operacional e alto desempenho;
- Conformidade com padrões de gestão e segurança de dados;
- Escalabilidade para atender ao crescimento do acervo digital.

Essa arquitetura modular, baseada na versão 7.6.1 do DSpace, permite que cada camada — interface, lógica de negócio e persistência de dados — seja atualizada ou expandida de forma independente, reduzindo riscos durante manutenções e garantindo maior estabilidade no ambiente de produção.

6.3.2 - Fluxos Operacionais Configurados

O repositório foi configurado para operar com um fluxo controlado de submissão, garantindo a qualidade dos registros antes de sua publicação. Cada coleção possui administradores e bibliotecários responsáveis por gerenciar os depósitos por meio do workflow de editores, que engloba as seguintes etapas:

- 1.** Aceitar ou recusar o item submetido;
- 2.** Editar metadados e informações associadas, quando necessário.
- 3.** Revisar o conteúdo antes da publicação definitiva.

Esse modelo assegura que todo material inserido no repositório seja validado por profissionais capacitados, mantendo padronização, integridade e qualidade dos dados.

Formulários de Submissão

Foram desenvolvidos dois formulários distintos para atender às diferentes necessidades do Iphan:

Formulário padrão, aplicado a todas as coleções, contendo os campos essenciais para a descrição e organização do acervo;

Formulário específico para teses e dissertações, incluindo campos adicionais voltados para trabalhos acadêmicos, como orientador, banca examinadora e dados institucionais relacionados ao mestrado.

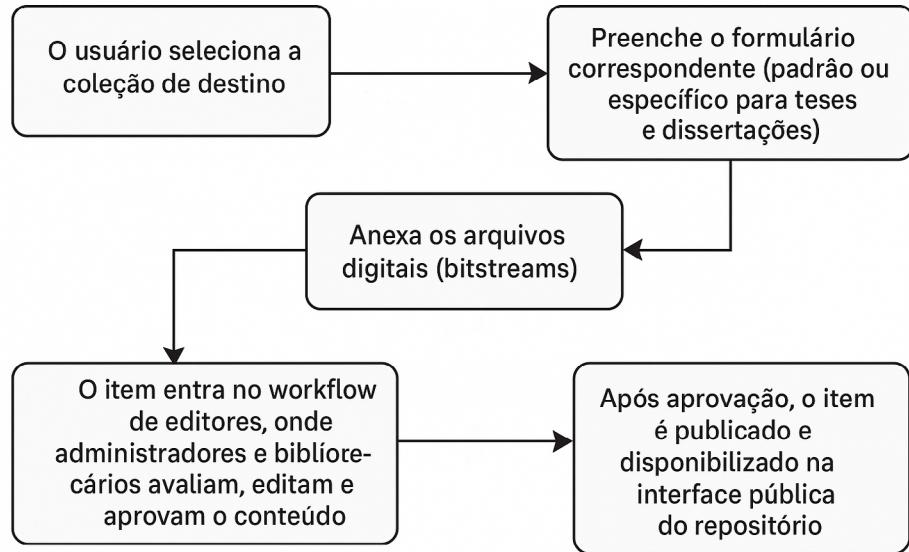
Essa divisão possibilita maior precisão na coleta dos metadados, sem sobrecarregar os formulários gerais com informações que não se aplicam a todas as coleções.

Etapas do Fluxo de Submissão

O processo de submissão segue o seguinte caminho:

- 1.** O usuário seleciona a coleção de destino
- 2.** Preenche o formulário correspondente (padrão ou específico para teses e dissertações);
- 3.** Anexa os arquivos digitais (bitstreams);
- 4.** O item entra no **workflow de editores**, onde administradores e bibliotecários avaliam, editam e aprovam o conteúdo;
- 5.** Após aprovação, o item é publicado e disponibilizado na interface pública do repositório.

Figura 6.2 – Fluxo de Depósito no Repositório Iphan



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Processos Automáticos Complementares

Além do fluxo editorial, dois processos automatizados foram implementados para otimizar a gestão do repositório:

Geração Automática de Thumbnails (*filter-media*)

Assim que um item é aprovado e publicado, o DSpace executa o serviço *filter-media*, que cria miniaturas dos arquivos anexados. Essas *thumbnails* tornam a interface mais visual e facilitam a identificação do conteúdo pelo usuário final.

Catalogação Diária via OAI-PMH

Um processo diário atualiza os metadados dos itens através do protocolo **OAI-PMH**, garantindo que os registros estejam sempre sincronizados e prontos para integração com sistemas externos de busca e indexação.

6.4 - CUSTOMIZAÇÕES REALIZADAS

Durante a implantação do repositório digital do Iphan, foi necessário adaptar a interface e algumas funcionalidades do DSpace para atender às necessidades institucionais e garantir conformidade com padrões de acessibilidade, usabilidade e identidade visual do governo brasileiro. Todas as customizações foram realizadas na versão 7.1 do DSpace, preservando a estrutura modular da plataforma e garantindo a compatibilidade com futuras atualizações.

6.4.1 - *Ajustes Visuais e Identidade Visual*

A interface do repositório foi customizada seguindo o padrão **GovBR**, que estabelece diretrizes de design para sistemas e portais do governo federal.

Entre os ajustes realizados, destacam-se:

- **Aplicação das cores e tipografia GovBR**, garantindo consistência visual com outros sistemas institucionais;

- Adequação do **layout responsivo**, permitindo acesso eficiente por dispositivos móveis e telas de diferentes tamanhos;
- Ajustes na **barra de navegação** para melhor usabilidade, priorizando clareza na organização dos menus e opções;
- Organização dos elementos visuais de acordo com padrões de acessibilidade, visando a inclusão de todos os usuários, inclusive aqueles que utilizam leitores de tela.

Essas modificações asseguram que o repositório esteja alinhado aos princípios de acessibilidade digital e às normas de comunicação visual utilizadas em sistemas governamentais.

6.4.2 - Componentes Específicos na Homepage

Foram desenvolvidos **dois componentes adicionais** na página inicial, visando oferecer informações institucionais de forma clara e estruturada:

1. Componente “Sobre a Biblioteca”

- Apresenta informações gerais sobre a Biblioteca Digital do Iphan, sua missão e objetivos;
- Facilita que novos usuários compreendam o papel do repositório como ferramenta de preservação e acesso ao patrimônio digital.

2. Componente “Políticas”

- Agrupa documentos e informações relacionados às políticas institucionais.
- Contém dois submenus:
 - **Política de Privacidade**, descrevendo o tratamento de dados pessoais em conformidade com a LGPD;
 - **Política de Direitos Autorais**, estabelecendo as regras de uso, reprodução e proteção dos conteúdos disponíveis no repositório.

Esses componentes fortalecem a transparência institucional e facilitam o acesso a informações normativas diretamente pela página inicial.

6.4.3 - *Customizações na Busca*

A funcionalidade de busca foi aprimorada para atender às especificidades do acervo do Iphan, com a adição de **facetas personalizadas** que permitem refinar os resultados de maneira mais eficiente.

As facetas implementadas foram:

- Autor;
- Orientador;
- Participante da Banca;

- Assunto;
- Data;
- Tipo Documental;
- Licença;
- Publicador/Editora;
- Idioma;
- Localização;
- Tem arquivos (indicador de existência de arquivos anexados).

Essa estrutura de filtros proporciona maior precisão na recuperação da informação, beneficiando pesquisadores e gestores na exploração do acervo digital.

6.4.4 - Visualização dos Itens

A visualização detalhada de cada item foi configurada para exibir informações essenciais de forma clara e organizada. Ao acessar um item, são exibidos os seguintes elementos:

- Miniatura (thumbnail) gerada automaticamente pelo serviço *filter-media*;
- Arquivos anexados (bitstreams) relacionados ao item;
- Data do documento ou publicação;
- Autores responsáveis pela produção;

- Editor ou instituição associada;
- Resumo com descrição do conteúdo;
- Palavras-chave para indexação temática;
- Citação formatada para referência bibliográfica;
- URI de acesso persistente;
- Coleções às quais o item pertence.

Essa organização garante que todas as informações relevantes estejam disponíveis de forma estruturada, facilitando a navegação e o uso dos dados.

6.4.5 - Automatizações Implementadas

Além das customizações visuais e funcionais, foram configurados processos automáticos para otimizar a operação do repositório:

1. Geração Automática de Thumbnail

- Utilização do serviço *filter-media* do DSpace para criar miniaturas dos arquivos depositados;
- Esse recurso garante uma interface visual mais atrativa e melhora a experiência de navegação.

2. Catalogação Diária via OAI-PMH

- Configuração de um processo automatizado que atualiza os metadados dos itens diariamente, utilizando o protocolo **OAI-PMH**;
- Esse mecanismo assegura a sincronização contínua dos registros, mantendo o catálogo atualizado e preparado para integrações externas.

Com essas customizações, o repositório digital do Iphan não apenas atende aos requisitos técnicos de preservação digital, mas também oferece uma experiência acessível, moderna e alinhada às diretrizes governamentais, consolidando-se como uma ferramenta estratégica para a gestão do patrimônio cultural digital.

6.5 - REPASSE DE TECNOLOGIA

O processo de implantação do repositório digital do Iphan contou com a participação de diferentes equipes do Ibict, atuando de forma integrada com os bibliotecários do Iphan. Esse trabalho conjunto garantiu que o sistema fosse desenvolvido, validado e entregue em condições adequadas para uso imediato, envolvendo atividades de planejamento, validação, migração e capacitação.

6.5.1 - Planejamento Inicial no Ibict

- Definição da arquitetura da informação, conduzida por bibliotecários do Ibict em parceria com profissionais do Iphan, estruturando comunidades, subcomunidades e coleções de acordo com a realidade do acervo;
- Proposição de layout personalizado, elaborado por designer web do Ibict, seguindo o padrão GovBR e adaptado à identidade visual do Iphan;
- Aprovação formal do layout pelo Iphan antes da implementação;
- Implementação do layout aprovado, realizado por desenvolvedores do Ibict, garantindo uma interface moderna, responsiva e acessível.

6.5.2 - Validação do Sistema

- Ingestão parcial de dados reais no ambiente do Ibict, possibilitando simulações com cenários próximos ao ambiente de produção.
- Disponibilização do sistema em rede, permitindo que os bibliotecários do Iphan pudessem:
 - Validar a estrutura do repositório e a organização das coleções;
 - Testar fluxos de submissão, revisão e publicação;
 - Avaliar os metadados e sugerir melhorias.

Essa etapa garantiu um processo colaborativo, com ajustes realizados a partir do feedback recebido antes da migração definitiva.

6.5.3 - Migração para o Ambiente do Iphan

- Transferência do sistema validado para a infraestrutura tecnológica do Iphan, realizada por analistas do Ibict em conjunto com a equipe de TI do Iphan;
- Migração da estrutura configurada, incluindo layout, comunidades, coleções e metadados aprovados;
- Finalização da ingestão de dados diretamente no ambiente do Iphan, completando a carga do acervo digital.

6.5.4 - Capacitação e Alinhamento

- Treinamento prático com bibliotecários do Iphan, conduzido por profissionais do Ibict, abordando:
 - Submissão de itens;
 - Revisão e aprovação via workflow de editores;
 - Gestão de coleções e metadados.
- Alinhamento entre as equipes de TI, promovendo a troca de informações necessárias para a operação e manutenção básica do sistema:
 - Configuração e monitoramento de rotinas administrativas;
 - Procedimentos de manutenção preventiva;
 - Boas práticas de segurança e operação.

Esse modelo garante que o repositório fosse entregue com responsabilidades bem definidas, refletindo o trabalho conjunto entre equipes técnicas, bibliotecários e gestores, além de promover a transferência de conhecimento necessária para que o Iphan possa gerenciar o sistema de forma independente.

6.6 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL

A manutenção operacional do repositório do Iphan garante a disponibilidade contínua, a integridade dos dados e o bom desempenho da aplicação.

Ela se baseia em duas frentes principais:

1. Backups periódicos, fundamentais para evitar perda de dados em caso de falhas;
2. Rotinas agendadas, responsáveis por atualizar e manter os serviços internos do DSpace.

Essas práticas asseguram que o sistema permaneça confiável e sempre pronto para atender usuários internos e externos.

6.6.1 - Backups

O processo de backup cobre os três componentes críticos do DSpace:

- **Assetstore (obrigatório):**

- Contém todos os arquivos digitais (bitstreams) depositados no repositório;
- **Não pode ser reconstruído;**
- Deve ter prioridade máxima no backup, pois é o núcleo do acervo digital.

- **Banco de dados PostgreSQL (obrigatório):**

- Armazena os metadados, permissões, workflows, relacionamentos e configurações do sistema;
- Essencial para a recuperação da estrutura lógica e administrativa do repositório.

- **Índice do Solr - Estatísticas (recomendado):**

- Contém dados de uso do sistema, como visualizações e downloads;
- Não pode ser recriado a partir do banco de dados, devendo ser incluído no backup;
- Apenas a pasta de estatísticas precisa ser salva: [dspace-install]/solr/statistics

- [dspace-install] representa o diretório raiz da instalação do DSpace.
 - As pastas Discovery e Authority não precisam ser copiadas, pois podem ser recriadas por meio do comando: \$DSpace/bin/dspace index-discovery.
-
- **Periodicidade sugerida:**
 - Diário: assetstore + banco PostgreSQL;
 - Semanal: cópia da pasta solr/statistics;
 - Mensal: snapshot completo (assetstore + banco + Solr estatísticas), armazenado externamente ou em nuvem.

6.6.2 - Rotinas Agendadas

Além dos backups, é fundamental manter rotinas automáticas que garantem a saúde do sistema e a atualização dos índices. No caso do Iphan, foram configuradas três tarefas principais no crontab, executadas diariamente:

Quadro 6.1 - Rotinas Diárias

| COMANDO | FINALIDADE |
|-------------------------------------|--|
| \$DSPACE/bin/dspace oai import | Atualiza o índice OAI-PMH, tornando novos itens disponíveis para coleta por sistemas externos. |
| \$DSPACE/bin/dspace index-discovery | Atualiza e limpa os índices de busca e navegação (Discovery), removendo registros excluídos e adicionando novos conteúdos. |
| \$DSPACE/bin/dspace filter-media | Gera automaticamente thumbnails e processa arquivos para habilitar busca em texto completo. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses agendamentos asseguram que os índices de busca, coleta e visualização estejam sempre atualizados, mantendo a interface pública consistente e funcional.

6.6.3 Boas Práticas de Manutenção

- Revisar logs periodicamente: verificar a execução das rotinas e identificar falhas;
- Monitorar espaço em disco: especialmente no *assetstore*, para evitar interrupções na ingestão de novos itens;
- Auditar agendamentos: confirmar que os scripts configurados no cron-tab estão ativos e funcionando;
- Documentar alterações: manter registro das mudanças feitas no sistema, incluindo atualizações e ajustes nas rotinas.

6.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação e customização do repositório digital do Iphan representam um marco significativo na modernização da gestão do patrimônio cultural brasileiro, integrando preservação digital, acesso público qualificado e conformidade com padrões técnicos internacionais.

Ao adotar o DSpace 7.1, o Iphan obteve uma plataforma robusta, modular e amplamente utilizada por instituições de renome, garantindo interoperabilidade, escalabilidade e sustentabilidade tecnológica. A estrutura adotada possibilita que o sistema evolua continuamente, acompanhando as demandas institucionais e as atualizações da comunidade internacional que mantém o software.

Durante a implementação, foram realizadas customizações estratégicas que alinharam o repositório às diretrizes de acessibilidade e identidade visual do governo federal, além de otimizar a experiência do usuário. A inclusão de facetas personalizadas na busca, componentes informativos na homepage e processos automatizados, como a geração de thumbnails e a catalogação diária via OAI-PMH, fortaleceu a funcionalidade e a eficiência operacional da solução.

Do ponto de vista institucional, a implantação do repositório:

- Centralizou em um único ambiente digital o vasto acervo produzido e gerido pelo Iphan;
- Facilitou a disseminação da informação, ampliando a transparência e o acesso público aos documentos;

- Consolidou práticas de preservação digital, essenciais para a salvaguarda do patrimônio cultural em longo prazo;
- Promoveu a integração com sistemas e padrões externos, ampliando as possibilidades de pesquisa e interoperabilidade.

REFERÊNCIAS

MAIA, Maria Aniolly Queiroz; CONEGLIAN, Caio Saraiva; SHINTAKU, Milton. Estudo propositivo de modelo para melhoria da qualidade em depósitos de memória técnica em Biblioteca digital implementada em DSpace. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023006, 2023. DOI: 10.20396/rdbc.v21i00.8671927. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/8671927>. Acesso em: 12 set. 2025.

MACEDO, D.; SHINTAKU, M.; BRITO, R. Dublin core usage for describing documents in Brazilian government digital libraries. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS*, São Paulo.

Anais... 2015. p. 129-135. Disponível em: <http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3768>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Como citar o capítulo: SILVEIRA, Lucas Ângelo da; COSTA, Mirele Carolina Souza Ferreira. Software Dspace para Bibliotecas Digitais. *In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odillé Viana de (org.). Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 6, p. 83-113. DOI: 10.22477/9788570132472.cap6.



CAPÍTULO

7

CAPÍTULO 7

– A BIBLIOTECA DIGITAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Fernando de Jesus Pereira²⁶

Elton Mártyres Pinto²⁷

Maria Aniolly Queiroz Maia²⁸

7.1 - INTRODUÇÃO

Na década de 1990, discutiu-se intensamente sobre a chamada “biblioteca do futuro”. A partir de uma revisão analítica, Drabenstott e Burman (1997) apresentaram uma visão envolvente e amplamente compartilhada desse novo cenário informacional: uma biblioteca onipresente e digital, de custo acessível, capaz de

²⁶ Mestrando em Ciência da Informação na UnB; Bacharel em Biblioteconomia pela UnB; Email: fernandodejpereira@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5587-4619>.

²⁷ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Doutor em Transformação digital e design colaborativo pelo Conservatoire des arts et métiers; Bacharel em Biblioteconomia pela UnB; Pesquisador da Cotec/Ibict; Email: eltonpinto@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>.

²⁸ Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento pela UFMG; Mestra em Design pela UFRN; Bacharela em Biblioteconomia pela UFRN; Email: mariamaia@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4485-1774>.

reunir todos os tipos de mídia e disponibilizá-los a qualquer pessoa, por meio do computador, da televisão ou de outras tecnologias comuns e universais

Esta “biblioteca do futuro” ganhou e foi-lhe atribuída expressões, termos e conceitos, dentre eles, têm-se biblioteca aberta, biblioteca digital, biblioteca eletrônica, biblioteca sem paredes, biblioteca virtual, biblioteca cibernética e máquina eletrônica (Cunha, 1997; Drabenstott; Burman, 1997; Faba Pérez; Moya Anegón, 1999).

Em vista da novidade sobre o tema, fontes de informação se tornaram úteis para ampliação e conhecimento sobre o assunto, podendo citar o trabalho de Cunha (1997), que apresenta uma bibliografia internacional anotada das principais fontes de informação relacionadas com bibliotecas digitais, separando nos tópicos de: visionários, conceituação, projetos em andamento, construção da biblioteca digital e fontes de informação.

Contudo, para este capítulo, ressalta-se no trabalho de Cunha (1997), o tópico referente a construção da biblioteca digital, pois enfatiza a conversão de dados e escaneamento, a marcação de textos, o desenvolvimento de coleções, a catalogação, a classificação, a indexação, os metadados, as referências, a recuperação da informação, os direitos autorais e a preservação da informação digital.

Em anos seguintes, Cunha (1999) discorre sobre os desafios na construção de uma biblioteca digital. Na introdução, o autor aborda que a biblioteca, como instituição social, com uma longa e complexa história pouco conhecida pela maioria das pessoas, tiveram algumas tecnologias sendo aplicadas dentro de uma biblioteca e, apesar das dificuldades financeiras, as novas tecnologias foram incorpo-

radas às suas atividades, provocando mudanças internas e na maneira de prover produtos e serviços.

Deste modo, vale-se informar o conceito de biblioteca digital, estabelecido no *Workshop on Distributed Knowledge Work Environments*, de 1997 (Gross, 1998 *apud* Faba Pérez; Moya Anegón, 1999, p. 65, tradução nossa), sendo

O conceito de biblioteca digital não se refere apenas a uma coleção digital de ferramentas de gestão da informação. Trata-se, sim, de um conjunto de acervos, serviços e pessoas que participam de todo o ciclo de vida de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento.

E Sayão (2008, p. 17) apresenta uma definição operacional de biblioteca digital dada pela Digital Library Federation, em que Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo de coleções de trabalhos digitais, de forma que eles estejam prontamente e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades.

Contudo, no ano de 2021, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) apresenta a Resolução CFB nº 240 que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais, considerado pela resolução que bibliotecas digitais são “coleções de recursos bibliográficos e informacionais disponíveis para acesso local ou remoto em qualquer mecanismo por meio eletrônico, destinada à consulta, à pesquisa e ao estudo” (CFB, 2021, p. 195), incluindo como coleções digitais os bancos e bases de dados contendo informações

nato digitais ou digitalizados, os repositórios digitais, bancos de livros digitais, hemerotecas digitais entre outros.

No âmbito da biblioteca digital, alguns assuntos são de interesse de investigação, tais quais: interoperabilidade, descrição dos objetos e arquivos documentais, gestão e organização de coleções, interface de usuário, interação homem-máquina e aspectos legais, sociais e econômicos (Faba Pérez; Moya Anegón, 1999, p. 66). Dito isso, tais assuntos se mantêm em discussão quando se há o desejo e necessidade de implementar uma biblioteca digital em uma instituição.

No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), houve reuniões com a equipe que demonstraram interesse de implementar uma biblioteca digital devido duas necessidades, uma delas voltadas às publicações editadas pelo Iphan e a outra em disseminar as dissertações elaboradas pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, ofertado pelo Centro Lucio Costa, unidade especial do Iphan.

Sendo assim, a implementação da Biblioteca Digital do Iphan é fruto de um projeto de pesquisa via Termo de Execução Descentralizada, entre o Iphan e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o qual possuiu 3 (três) metas: 1 - levantamento do contexto da pesquisa; 2 - criação de modelo de Biblioteca Digital para o Iphan, e; 3 - disseminar os resultados da pesquisa.

Referente à primeira meta, tratou-se do levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan, considerando os processos geradores de memória técnica e a tipologia documental. Considera-se memória técnica "[...]

um conjunto documental que sistematiza os conhecimentos práticos e especializados produzidos em âmbito de projetos, processos e atividades técnicas" (Ibict, [2025?]). Em outro âmbito, a noção de memória técnica visa

[...] estabelecer uma cadeia de comunicação interna ao corpo técnico envolvido com os projetos, assim como buscar legitimar tais projetos para o conjunto da sociedade [...] é vista correntemente como uma ferramenta de disseminação de informações geradas a partir de experiências de processos técnicos passados [...] visando a transferência de tecnologias, à resolução de problemas técnicas e à produção de maior previsibilidade (Acselrad, 2019, p. 390).

Na primeira meta, houve a análise de documentos referentes ao Iphan, tais como: o Decreto nº 11.178/2022 que aprova a Estrutura Regimental do Iphan; a Portaria Iphan nº 63/2022 que aprova o Regimento Interno do Instituto; a Portaria nº 23/2021 que aprova o Planejamento Estratégico Institucional de 2021-2024; Portaria GAB-Iphan/Iphan nº 49/2021 que aprova a Cadeia de Valor, como também uma amostra da massa documental compartilhada pela equipe do Iphan, resultando no *Relatório de Acompanhamento da Meta 1: Levantamento do Contexto da Pesquisa* (Pereira; Shintaku, 2023).

Já na segunda meta, correspondendo à criação de modelo de Biblioteca Digital para o Iphan, resultou na instalação e customização inicial da Biblioteca Digital, a proposta de estrutura informacional, as políticas e a capacitação. Deste modo, o presente capítulo objetiva apresentar a Biblioteca Digital do Iphan, lançada em 7 de agosto de 2025 (Iphan, 2025).

7.2 - SOBRE A BIBLIOTECA DIGITAL DO Iphan

Na implementação de uma Biblioteca Digital, considera-se o planejamento para a sua criação, pensando e visando os custos, a equipe e as competências necessárias, os principais atores, os interesses e os papéis, a definição e o planejamento dos serviços e necessidades da comunidade, como indica Leite (2009). Em questão da implementação, Leite (2009) informa sobre a escolha do software, os metadados, as diretrizes e procedimentos para criação de comunidades/coleções, fluxo de submissão e pós-submissão, e, por fim, as políticas de funcionamento e a condução de projeto piloto.

Referente a Biblioteca Digital do Iphan²⁹, adotou-se o DSpace como software para a implementação da biblioteca digital, havendo o interesse de analisar os novos recursos advindos na versão 7, pois dentre as mudanças da versão, modificou-se a interface do usuário, dita como mais moderna e intuitiva, desenvolvida com Angular, o *Application Programming Interface (API) Representational State Transfer (REST)* que foi aprimorada usando melhores práticas e modernas, alinhamento com as principais recomendações do *Confederation of Open Access Repositories (COAR)* entre outras funções (Pinto *et al.*, 2023).

Dito isso, a Biblioteca Digital do Iphan é implementada com o DSpace 7, mais especificamente a versão 7.6.1, com o desejo e necessidade de compartilhar as obras editadas pelo Instituto, como também as dissertações do Mestrado Profissional, em um ambiente adequado para o armazenamento, a descrição e a recuperação da informação. Vale informar que o DSpace é um software livre com

²⁹ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/home>. Acesso em: 9 set. 2025.

o código aberto, distribuído atualmente pela Lyrasis, podendo ser customizado, que visa a organização, gestão e preservação de arquivos digitais (Donohue, 2025).

Em relação ao planejamento da biblioteca digital, sustenta-se no propósito do Iphan, cuja missão é “[...] promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural” (Iphan, 2023, p. 31). Alinhada à missão do Iphan, a Biblioteca Digital do Iphan tem como missão, visão, objetivo e valores, os seguintes enunciados:

■ **Missão:** Difundir a informação e o conhecimento sobre patrimônio cultural, sobretudo o patrimônio cultural brasileiro;

■ **Visão:** Torna-se uma fonte de informação de referência e relevância sobre o patrimônio cultural brasileiro;

■ **Objetivo:** Reunir, organizar e disponibilizar objetos digitais sobre patrimônio cultural brasileiro;

■ **Valores:**

- Promover o acesso a informação sobre patrimônio cultural;
- Difundir o conhecimento sobre patrimônio cultural;
- Contribuir para a valorização do patrimônio cultural, e;
- Aumentar a transparência do Iphan.

Além do plano estratégico da Biblioteca Digital do Iphan, considera-se o potencial público a quem servirá e o seu acervo. Contudo, Cunha (1999, p. 258) lista algumas características e benefícios da biblioteca digital, sendo eles:

- a.** acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede;
- b.** utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas;
- c.** inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação;
- d.** existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo. O percentual de documentos retrospectivos tenderá a aumentar à medida que novos textos forem sendo digitalizados pelos diversos projetos em andamento;
- e.** provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições públicas e privadas);
- f.** utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário;
- g.** utilização de diversos suportes de registro da informação tais como texto, som, imagem e números;

- h.** existência de unidade de gerenciamento do conhecimento, que inclui sistema inteligente ou especialista para ajudar na recuperação de informação mais relevante.

Deste modo, o público alvo nas bibliotecas digitais ultrapassam as barreiras físicas. Mas, considerando que a Biblioteca Digital do Iphan é uma biblioteca digital institucional e especializada na temática de patrimônio cultural, o público-alvo corresponde ao seguinte enunciado:

Público-alvo: qualquer pessoa, com acesso à internet, que deseje e busque explorar a temática do patrimônio cultural brasileiro.

A partir disso, vale-se descrever as especificidades do acervo.

7.3 - O ACERVO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO Iphan

O acervo da Biblioteca Digital do Iphan é predominantemente digital, mas podendo ser documentos nato-digitais, “que são documentos produzidos originalmente em formato digital” (Brasil, 2020, art. 2), ou digitalizados, que são documentos que passaram pela digitalização que é “processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um scanner” (Arquivo Nacional, 2005, p. 69), sendo composto por:

- Obras editadas, publicadas e/ou distribuídas pelo Iphan;
- Recursos bibliográficos e informacionais, cuja temática se enquadre em patrimônio cultural ou patrimônio cultural brasileiro;
- Documentos administrativos e normativos, gerados para as atividades do Iphan;
- Documentos referentes à temática de patrimônio cultural.

Sobre os recursos bibliográficos e informacionais, propôs-se a inclusão dos materiais:

- Produzidos no âmbito do Iphan;
- Possuem indicação de *copyright* do Iphan;
- Obras com indicação de reprodução e/ou distribuição livre, e;
- Obras cujos autores autorizaram³⁰ a disponibilização não exclusiva ao Iphan.

Outra característica do acervo, trata-se da língua dos recursos bibliográficos e informacionais, pois a maioria está em língua portuguesa, mas existem materiais bilíngues e, também, poderão ser incluídos acordos internacionais, materiais sobre patrimônios mundiais ou da humanidade, diretrizes internacionais e outros.

Referente a espécie, tipo e formato documental, vale-se informar que o formato diz respeito ao “conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (Arqui-

³⁰ A autorização da disponibilização não exclusiva ao Iphan, dá-se a partir da assinatura do Modelo do Termo de Transferência, indicado na Política de Direitos Autorais da Biblioteca Digital do Iphan. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/779>. Acesso em: 10 set. 2025.

vo Nacional, 2005, p. 94), enquanto espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 85). Desta forma, no levantamento da memória técnica do Iphan, construiu-se o Quadro 1 que indica as espécies de documentos reconhecidos no acervo do Instituto e sua definição.

Quadro 7.1 - Espécie de documentos do acervo da Biblioteca Digital do Iphan e sua definição

| FORMATO OU ESPÉCIE DOCUMENTAL | DEFINIÇÃO |
|-------------------------------|---|
| Acordo | Documento, relativo a um ajuste formal, pacto ou convenção entre pessoas ou instituições (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 5). |
| Anais | Tipo de publicação periódica, que relata eventos acontecidos durante o ano, transações de uma organização, especialmente das áreas científicas e tecnológicas, ou o progresso em áreas especializadas do conhecimento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 13). |
| Apresentação/Slide | Programa de apresentação que pode exibir uma série de gráficos e diagramas, um após o outro, como se fossem diapositivos (slides) num projetor apropriado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 20). |
| Ata de reunião | Documento que contém a narração, por escrito, do que aconteceu em uma sessão ou em reuniões de sociedades, instituições, congressos e similares (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 36). |
| Áudio | Voz ou música digitalizada que podem ser executadas por computador (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 38). |
| Bibliografia | Produção sistemática de listas descritivas de registros do conhecimento, principalmente livros, artigos de periódicos e capítulos de livros, bem como de itens similares (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 46) |
| Boletim | Publicação, em geral periódica, para divulgação de informações gerais ou especializadas, editada por uma associação, uma entidade administrativa ou um organismo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 57). |
| Carta | Tipo de comunicação escrita, entre pessoas (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 68). |

| | |
|------------------------------------|--|
| Catálogo | Documento secundário que registra e descreve documentos (itens, reunidos permanentemente ou temporariamente); Lista ordenada dos itens existentes numa coleção pública ou particular (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 71); Instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, incluindo todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos |
| Currículo/Programa de curso | Conjunto das experiências planejadas pela escola e vivenciadas pelo aluno visando alcance de objetivos educacionais; Programa escolar (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 112). |
| Decreto | Ato emanado do poder executivo e pelo qual o chefe de Estado desenvolve a atividade administrativa (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 115). |
| Despacho | Comunicação transmitida a qualquer distância realizada por variados meios de comunicação; Expediente, resolução ou determinação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 121). |
| Dissertação | Documento escrito, científico, técnico ou literário, apresentado a uma banca examinadora para obtenção, em geral, do grau de mestre (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 130). |
| Dossiê | Conjunto formado por documentos de proveniências diversas, reunidos artificialmente, com o objetivo de informar, e agrupados por assunto (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 136). |
| Edital | Documento administrativo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 141). |
| Entrevista | Colóquio entre pessoas em local combinado, para obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões etc. [...] coleta de declarações tomadas por jornalista(s) para divulgação através dos meios de comunicação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 152). |
| Evento | Elemento de informação inscrito em uma sequência diacrônica; Acontecimento que se aproveita para atrair a atenção do público (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 161). |
| Fotografia | Técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada; foto. A fotografia é um tipo de documento icônico não-projetado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 175). |
| Ficha de cadastro | Documento que apresenta dados e informações específicas sobre algo ou alguém, com o objetivo de cadastrar. |
| Ficha de identificação | Documento que apresenta dados e informações específicas que auxiliam na identificação e reconhecimento de alguém ou de algo. |

| | |
|-------------------------------|---|
| Folheto/Cartilha | Publicação impressa, constituída pela reunião de folhas, com mais de quatro e menos de cinquenta páginas (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 171-172); Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas e que é objeto de Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023, p. 3) |
| Formulário | Suporte de informação, planejado para o registro de dados (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 174). |
| Imagem | Representação bidimensional de um ou de vários objetos ou formas. Trata-se de um tipo de documento iconográfico; “Figura, representação, semelhança e aparência de uma coisa ou objeto” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 190). |
| Índice | Mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos; Relação, fichário ou arquivo de termos ou de indicadores que levam ao documento e à informação” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 197) |
| Inventário | Documento que relaciona e descreve, entre outros, bens patrimoniais, mercadorias, itens de arquivos; Instrumento de pesquisa que fornece a descrição, mais ou menos minuciosa, de um ou mais fundos, ou de peças que os compõem; Lista descritiva de documentos de cada série, com dados referentes a título, datas inclusivas, quantidade, arranjo, relação com outras séries e indicação do conteúdo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 214). |
| Lei | Documento contendo regras ou normas de alcance geral. A lei é emanada do poder legislativo da nação, Estado, província ou município, e promulgada pelo dirigente do poder executivo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 220). |
| Llicitação | Concorrência feita por órgãos públicos entre fornecedores habilitados com o intuito de adquirir bens ou serviços mediante escolha da oferta de menor valor (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 224-225). |
| Livro/Livro eletrônico | Documento, formado pela reunião de folhas ou cadernos, geralmente impressos e constituindo uma unidade bibliográfica (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 231); Publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023, p. 4). |
| Nota técnica | Documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto, e se difere de Parecer devido a análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal (Brasil, 2024). |
| Ofício | “Comunicação escrita e formal entre autoridades da mesma categoria, ou de inferiores a superiores hierárquicos” ou “que as autoridades e secretarias em geral endereçam umas às outras, ou a particulares, e que se caracteriza não só por obedecer a determinada fórmula epistolar, mas também pelo formato do papel” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 268). |

| | |
|---|---|
| Parecer técnico | Documento com opinião sobre questão técnica ou jurídica, expressa em resposta a uma consulta, emitida em processo por advogado ou funcionário especializado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 276). |
| Portaria | “Ato normativo de autoridade pública, consistente na determinação de providências para o bom andamento do serviço público” (Guid, p. 138 <i>apud</i> Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 287). |
| Projeto arquitetônico/ urbanístico | Plano geral para a construção de uma obra, com cálculos, plantas, descrições e orçamento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 298). |
| Recurso interativo | Elementos digitais que permitem a interação do usuário com o conteúdo, recursos utilizados em sites, aplicativos e plataformas digitais, como exemplos incluem quizzes, vídeos interativos, infográficos animados e jogos educativos (Digital App, 2025). |
| Relatório | Documento que registra o resultado de uma pesquisa ou estudo realizado por um indivíduo ou por um grupo; Documento que registra as atividades de uma instituição durante certo período de tempo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 320). |
| Reportagem de jornal | Trabalho jornalístico, de cunho informativo, referente a um assunto qualquer (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 321). |
| Resolução | Documento que registra a opinião ou conclusão adotada por uma assembleia, grupo ou organização (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 323). |
| Retificação | Correção de um erro em artigo de jornal ou em qualquer outra publicação (Michaelis, 2025). |
| Tese | Documento que relata os resultados ou as conclusões de uma pesquisa científica original, submetido pelo autor, como suporte à candidatura para obtenção de título acadêmico de pós-graduação, de uma qualificação profissional ou outro título ou prêmio (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 362). |
| Trabalho apresentado em evento | Contribuição escrita, individual ou coletiva, apresentada a um congresso (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 366). |
| Vídeo | “Imagens de vídeo que funcionam em tempo real com movimento contínuo, definido por uma frequência de 30 quadros por segundo, dupla da taxa actual possível na maioria das aplicações multimídia” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 376). |

Fonte: Pereira *et al.* (2025, p. 8-11).

As espécies documentais possuem a finalidade de auxiliar na busca e identificação dos recursos na Biblioteca Digital, expressado no metadado de tipo documental [dc.type] e presente como filtro na busca do sistema. No entanto, na navegação das coleções, algumas possuem limitações da espécie, como nos casos das Dissertações do Mestrado do Iphan³¹ que possui somente as dissertações, Planos³², Relatórios³³ e Atas do Conselho Consultivo³⁴.

Em vista da ampliação do acervo, considera-se um plano de trabalho institucional que visa o povoamento da biblioteca digital, sendo que

O povoamento de um RI [repositório institucional], por sua vez, deve estar estreitamente relacionado ao princípio da acumulação e perenidade, que só é possível como o estabelecimento de uma política de informação consistente e de diretrizes e padrões claros que assegurem o povoamento ininterrupto (Costa; Pavão; Horowitz, 2014, p. 150).

Desta forma, pensa-se na formação do acervo considerando fases, sendo elas:

1. Arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais presentes no antigo portal do Iphan, primeiramente as publicações para download³⁵ e demais materiais disponíveis no antigo portal³⁶;

³¹ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/53>. Acesso em: 10 set. 2025.

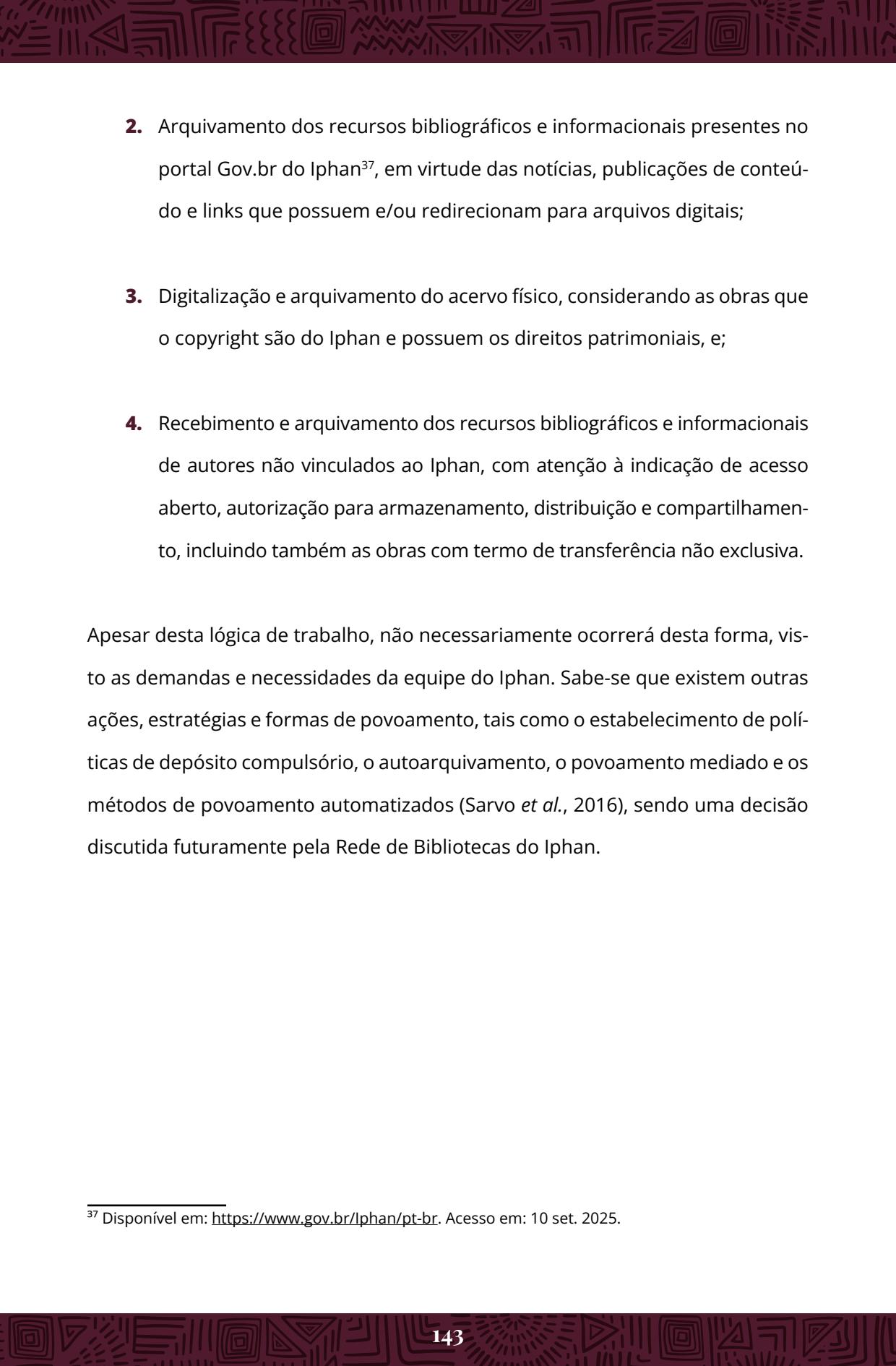
³² Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/371>. Acesso em: 10 set. 2025.

³³ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/365>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁴ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/692>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

- 
- 2.** Arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais presentes no portal Gov.br do Iphan³⁷, em virtude das notícias, publicações de conteúdo e links que possuem e/ou redirecionam para arquivos digitais;
 - 3.** Digitalização e arquivamento do acervo físico, considerando as obras que o copyright são do Iphan e possuem os direitos patrimoniais, e;
 - 4.** Recebimento e arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais de autores não vinculados ao Iphan, com atenção à indicação de acesso aberto, autorização para armazenamento, distribuição e compartilhamento, incluindo também as obras com termo de transferência não exclusiva.

Apesar desta lógica de trabalho, não necessariamente ocorrerá desta forma, visto as demandas e necessidades da equipe do Iphan. Sabe-se que existem outras ações, estratégias e formas de povoamento, tais como o estabelecimento de políticas de depósito compulsório, o autoarquivamento, o povoamento mediado e os métodos de povoamento automatizados (Sarvo *et al.*, 2016), sendo uma decisão discutida futuramente pela Rede de Bibliotecas do Iphan.

³⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/Iphan/pt-br>. Acesso em: 10 set. 2025.

7.4 - ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL

Como mencionado anteriormente, a BD-Iphan foi implementada utilizando o DSpace 7, software que, de acordo com o Ibict (2023)³⁸, permite o armazenamento, gerenciamento, preservação e garante a visibilidade da produção intelectual depositada em repositórios e bibliotecas digitais. Além disso, a plataforma assegura o acesso aberto às informações, viabiliza a customização, possibilita a interação com os usuários e oferece diferentes recursos de gerenciamento.

No que diz respeito à organização, a estrutura do DSpace é composta hierarquicamente por comunidades, subcomunidades³⁹, coleções e itens, o que possibilita uma organização eficiente do acervo digital e facilita a recuperação dos conteúdos depositados.

As comunidades e subcomunidades têm a função de organizar a estrutura da biblioteca ou do repositório digital, mas não comportam diretamente os itens, essa função é atribuída às coleções. Os itens, por sua vez, são compostos por conjuntos de descrições e objetos digitais, estruturados da seguinte forma: Metadados, que correspondem ao esquema e formato dos campos de preenchimento dos registros; Dados, que são as informações inseridas nesses campos, abrangendo aspectos físicos e temáticos dos arquivos; e o Arquivo, que é o documento digital propriamente dito, anexado ao registro.

³⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁹ As subcomunidades não são obrigatórias na estrutura do DSpace. No entanto, para que um item seja depositado, é imprescindível que ele esteja vinculado a uma coleção, e, por sua vez, a criação de uma coleção depende da existência prévia de uma comunidade.

A título de exemplo, a BD-Iphan possui a comunidade *Publicações do Iphan*⁴⁰, que abrange a subcomunidade *Periódicos*, a qual engloba duas coleções: *Notícias do Patrimônio* e *Revista do Patrimônio*, onde estão depositadas edições dessas publicações.

Ao longo do projeto, foram elaboradas quatro propostas para a estrutura de organização informacional da BD-Iphan:

Proposta 1: Baseada nos livros do tombo, adotando como critério principal os registros históricos de bens tombados;

Proposta 2: Estruturada a partir das temáticas de atuação do Iphan, associadas à sua organização institucional;

Proposta 3: Centrada nos órgãos e unidades do Iphan, facilitando a gestão descentralizada das comunidades e coleções pelas Superintendências e Unidades Especiais, enquanto a equipe gestora da BD manteria o controle das demais estruturas;

Proposta 4: Focada exclusivamente nas temáticas de atuação do Iphan. A principal vantagem dessa proposta é a redução na quantidade de comunidades e coleções;

⁴⁰ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/communities/ea6b849a-d642-4915-9144-b8dc7386a1d5>. Acesso em: 10 set. 2025.

A proposta adotada para a BD-Iphan foi a de número 4, centrada nas temáticas de atuação do Instituto. A estrutura da biblioteca digital foi organizada da seguinte forma:

1. Comunidade PATRIMÔNIO MATERIAL

Coleção Patrimônio Material

2. Comunidade PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

Coleção Patrimônio Ferroviário

3. Comunidade PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Coleção Patrimônio Arqueológico

4. Comunidade PATRIMÔNIO IMATERIAL

Coleção Patrimônio Imaterial

5. Comunidade PATRIMÔNIO MUNDIAL

Coleção Patrimônio Mundial

6. Comunidade LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Coleção Licenciamento Ambiental

7. Comunidade PUBLICAÇÕES DO Iphan

Subcomunidade Periódicos

Coleção Notícias do Patrimônio

Coleção Revista do Patrimônio

Coleção Publicações do Iphan

8. Comunidade GOVERNANÇA

Coleção Governança geral

Coleção Institucional

Coleção Ações e Programas

Coleção Planos

Coleção Relatórios

Coleção Atas do conselho consultivo

9. Comunidade FORMAÇÃO E ENSINO

Subcomunidade Produção intelectual do Mestrado do Iphan

Coleção Produção artística

Coleção Produção bibliográfica

Coleção Produção técnica

Coleção Dissertações do Mestrado do Iphan

Coleção Produtos das práticas supervisionadas do Mestrado do Iphan

Cabe ressaltar que a estrutura das bibliotecas digitais implementadas com o DS-space é editável, ou seja, novas comunidades e coleções podem ser criadas, assim como as existentes podem ser modificadas ou até mesmo excluídas. A versão apresentada acima corresponde à estrutura disponível em 10 de setembro de 2025.

Além da organização estrutural, a BD-Iphan também conta com recursos de gerenciamento para garantir a manutenção e o controle dos conteúdos disponibilizados, como permissões de acesso e fluxos de submissão. Segundo a documentação da Lyrasis DSpace (2025)⁴¹, as permissões no DSpace 7 são gerenciadas por meio de papéis e grupos de usuários, permitindo configurar o acesso às funções e conteúdos dos repositórios ou bibliotecas digitais. O quadro 2 a seguir apresenta os níveis de permissões na versão 7 adotada pelo Iphan.

Quadro 7.2 - Permissões DSpace 7

| | | |
|--|--|---|
| PERMISSÕES NO NÍVEL DE CONTEÚDO | Administração de Coleções e Comunidades | Usuários com permissões de administrador podem criar, editar ou excluir coleções e comunidades dentro do repositório. |
| | Administrador de Comunidade ou Coleção | Pode adicionar e remover itens dentro de uma comunidade ou coleção. |
| | Gerenciador de Itens | Pode modificar e excluir itens, além de gerenciar metadados e submissões de conteúdo. |
| | Visualizador | Permite que o usuário veja os itens e metadados dentro de coleções ou comunidades, mas não pode editar nem excluir. |
| PERMISSÕES NO NÍVEL DE AÇÃO | Submissão de Itens | Determina quem pode enviar novos conteúdos para o repositório. |
| | Revisão de Itens | Usuários podem revisar e editar os itens antes de sua publicação final no repositório. |
| | Modificação de Metadados | Permite que o usuário edite os metadados de itens, como título, autor, descrição, etc. |
| | Exclusão de Itens | Usuários com permissões adequadas podem excluir itens ou modificar o status de visibilidade |

⁴¹ Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC7x>. Acesso em: 11 set. 2025.

| | | |
|------------------------------------|---|---|
| PERMISSÕES ADMINISTRATIVAS | Administrador de Sistema | Usuários com permissões administrativas de nível mais alto podem acessar e configurar as opções gerais do sistema, como autenticação, configurações de plugins, e gerenciar todos os usuários e grupos. |
| | Administrador de Repositório | Pode administrar e configurar o repositório como um todo, criando e atribuindo papéis de usuário. |
| | Administrador de Banco de Dados (DB Admin) | Acesso completo ao banco de dados do repositório para fins de manutenção e gerenciamento. |
| GRUPOS DE USUÁRIOS E PAPÉIS | Padrão | Estes papéis incluem usuários com permissões de Visualizador, Revisor, Administrador de Coleção, Administrador de Sistema, entre outros. |
| | Grupos Personalizados | Administradores podem criar grupos personalizados de usuários, cada um com um conjunto de permissões específicas. |
| PERMISSÕES DE ACESSO | Acesso Público | Permite que o item ou conteúdo seja acessado por qualquer usuário sem autenticação. |
| | Acesso Restrito | Usuários precisam de autenticação para acessar determinados itens ou conteúdos. |
| PERMISSÕES DE WORKFLOW | Submissão | Permite que usuários enviem itens ao repositório. |
| | Revisão | Permite que usuários revisem itens enviados antes da publicação. |
| | Aprovação | Permite que administradores ou gestores de coleção aprovem ou reprovem itens antes de sua publicação final. |

| | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---|
| CONTROLE DE VISIBILIDADE | Visibilidade Pública | Itens ou coleções podem ser visíveis para o público geral, sem necessidade de login. |
| | Visibilidade Restrita | Permite o controle de acesso a grupos específicos, garantindo que apenas usuários autorizados possam visualizar ou editar o conteúdo. |
| PERMISSÕES EM NÍVEIS DE AÇÃO | Itens | Permissões para realizar ações em itens, como adicionar, editar, excluir, publicar ou manter itens. |
| | Bitstreams | Permissões sobre os arquivos associados aos itens (exemplo: permitir que o usuário faça upload, edite ou remova arquivos). |

Fonte: Lyrasis DSpace (2025).

7.5 - REPRESENTAÇÃO DOS ITENS

A representação dos itens em Bibliotecas Digitais ocorre por meio de procedimentos técnicos e conceituais que possibilitam a organização, descrição, preservação e recuperação dos documentos disponíveis. Cada item armazenado é descrito utilizando metadados, que fornecem informações sobre seu conteúdo, autoria, origem, entre outros aspectos.

No caso da BD-Iphan, que utiliza o *software* DSpace para gerenciar seu acervo, adota-se o padrão de metadados *Dublin Core*. Esse padrão consiste em um conjunto de elementos desenvolvido para facilitar a descrição de recursos eletrônicos (Souza; Vendrusculo; Melo, 2000). O *Dublin Core* é composto por 15 elementos, que representam os dados disponibilizados em ambientes digitais, como Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais. Esses elementos incluem: título,

criador, assunto, descrição, editor, contribuidor, data, tipo, formato, identificador, fonte, idioma, relação, abrangência e direitos.

No entanto, o esquema de metadados utilizado pode ser adaptado de acordo com as tipologias documentais a serem descritas nas coleções das bibliotecas digitais. No caso da BD-Iphan, foi adotado um esquema de metadados padrão para as coleções gerais, ou seja, aquelas que não exigem metadados específicos obrigatórios, permitindo assim a descrição de uma ampla variedade de tipos de documentos.

Quadro 7.3 - Esquema de metadados BD-Iphan: coleções gerais

| RÓTULO | ESQUEMA DE CODIFICAÇÃO |
|--|------------------------------------|
| Coleção | dc.subject.collection |
| Título | dc.title |
| Outro título | dc.title.alternative |
| Autor(es) | dc.contributor.author |
| Colaborador | dc.contributor.other |
| Editora ou distribuidora | dc.publisher |
| Local | dc.location |
| Data de publicação | dc.date.issue |
| Identificador | dc.identifier.doi dc.identifier |
| Tipo documental | dc.type |
| Idioma | dc.language.iso |
| Descrição | dc.description |
| Resumo | dc.description.abstract |
| Assunto | dc.subject |
| Como referenciar | dc.identifier.citation |
| Informações adicionais | dc.description.additional |
| Item relacionado | dc.relation |
| Acesso à informação | dc.rights.access |
| Detentor dos direitos autorais | dc.rights.holder |
| Termos de uso e licença do item | dc.rights.license |
| Item em destaque | dc.itemdestaque |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Considerando que os metadados são aplicados às coleções, foi necessário desenvolver um esquema específico para as coleções que abrigam trabalhos de Mestrado do Iphan. Esse esquema inclui campos obrigatórios, como orientador, data de defesa, entre outros, para garantir uma descrição adequada e completa desses documentos, como demonstrado no quadro 4.

Quadro 7.4 - Esquema de metadados BD-Iphan: coleção Mestrado do Iphan

| RÓTULO | ESQUEMA DE CODIFICAÇÃO |
|----------------------------------|---------------------------|
| Coleção | dc.subject.collection |
| Título | dc.title |
| Outro título | dc.title.alternative |
| Autor | dc.contributor.author |
| Orientador | dc.contributor.advisor |
| Coorientador | dc.contributor.advisorco |
| Colaborador/Supervisores | dc.contributor |
| Data de defesa | dc.date.submitted |
| Data de publicação | dc.date.issue |
| Participantes da Banca | dc.contributor.role |
| Como referenciar | dc.identifier.citation |
| DOI | dc.identifier.doi |
| Idioma | dc.language.iso |
| Descrição | dc.description |
| Resumo | dc.description.abstract |
| Resumo em outra língua | dc.description.abstracten |
| Assunto | dc.subject |
| Editor | dc.publisher |
| Local | dc.location |
| Grau e área do trabalho | thesis.degree |
| Programa da pós-graduação | thesis.discipline |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ressalta-se, ainda, que esses esquemas de metadados foram implementados, mas estão sujeitos a mudanças e/ou ajustes, conforme as necessidades da instituição e do setor, a fim de garantir um atendimento mais eficaz e adequado.

7.6 - DIREITOS AUTORAIS

Com o objetivo de regulamentar as permissões e os direitos autorais no âmbito da BD-Iphan, foi elaborada a Política de Direitos Autorais da Biblioteca. Segundo Sousa, Pinto e Shintaku (2025, p. 6), trata-se de “um conjunto de princípios, diretrizes, atribuições e responsabilidades que visa orientar a gestão da Biblioteca”, especialmente no que se refere à regulação dos direitos autorais aplicados aos bens culturais disponibilizados nesse ambiente informacional.

A Política de Direitos Autorais da BD-Iphan foi elaborada com base em convenções internacionais e na legislação nacional vigente, consolidando-se como um instrumento que promove o equilíbrio entre o direito à informação e a proteção da produção intelectual. A Política de Direitos Autorais possui diversos objetivos, entre os quais se destacam:

- Estabelecer diretrizes para o gerenciamento dos direitos autorais na BD-Iphan;
- Viabilizar a preservação a longo prazo e acesso ao público;
- Manter o equilíbrio justo entre direitos legítimos dos criadores e detentores de direitos autorais e o interesse público;
- Possibilitar que bens digitais possam manter seu valor científico, cultural e probatório;

- Promover a legalidade do armazenamento, disponibilização e disseminação da memória técnico-científica da instituição;
- Evidenciar ao máximo o uso dos bens culturais para fins de pesquisa;
- Manter livre a circulação de bens culturais digitais;
- Fomentar uma gestão transparente da informação digital (Sousa, Pinto e Shintaku, 2025, p. 2).

A Política também estabelece categorias específicas de autores e detentores de direitos, abrangendo servidores públicos, contratados, parceiros institucionais e terceiros. Para cada obra depositada, é necessário indicar a modalidade de acesso (aberto, restrito ou embargado), conforme critérios jurídicos, contratuais e técnicos. Ademais, o autor ou detentor dos direitos deve formalizar a cessão dos direitos patrimoniais por meio de termos de transferência, garantindo a conformidade legal e a integridade do processo de depósito.

No que diz respeito às condições de acesso e uso, os usuários da BD-Iphan têm a obrigação de citar corretamente os autores e respeitar as licenças atribuídas às obras. Os autores, por sua vez, são responsáveis pelo conteúdo das obras disponibilizadas, enquanto os usuários assumem a responsabilidade por quaisquer modificações realizadas nos materiais acessados. A BD-Iphan reserva-se o direito de remover conteúdos em caso de identificação de irregularidades⁴².

⁴² Conflitos relacionados a direitos autorais ou às condições de acesso devem ser resolvidos, preferencialmente, por meios extrajudiciais, como negociação, mediação ou arbitragem. A judicialização desses casos é considerada uma medida de último recurso.

7.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da BD-Iphan, resultado da parceria entre o Ibitc e o Iphan, marca um avanço na preservação e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro. Alinhada com as transformações tecnológicas dos últimos anos, a BD reflete a missão institucional do Iphan de proteger e valorizar a memória nacional, ao mesmo tempo em que acompanha a evolução das bibliotecas no contexto digital.

Ao adotar o DSpace 7 como plataforma tecnológica e estabelecer uma estrutura organizada de coleções temáticas, a BD-Iphan amplia o acesso público à informação e assegura a integridade dos conteúdos, tornando-se um ponto de referência para a pesquisa e o estudo do patrimônio cultural brasileiro. A implementação de uma política clara de direitos autorais também contribui para garantir a transparência, o respeito à propriedade intelectual e a difusão responsável do conhecimento.

Com um acervo variado e de fácil acesso, a BD-Iphan conecta diferentes públicos a conteúdos que abrangem desde bens materiais e imateriais até publicações acadêmicas e institucionais. Seu objetivo é garantir que esses materiais digitais sejam disponibilizados de forma aberta, democrática e transparente.

Dessa forma, a BD-Iphan se configura como um espaço de preservação e circulação do conhecimento, contribuindo para a democratização da informação e para o fortalecimento da identidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 389-408, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020007>. Acesso em: 9 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, n. 51). ISBN: 85-7009-075-7. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-contenido/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.278, de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Assuntos. Seus Direitos. Consumidor. Notas técnicas. **Notas técnicas**. Publicado em: 16 jul. 2014. Atualizado em: 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/notas-tecnicas>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CERRAO, Natalia Gallo; CASTRO, Fabiano Ferreira de. *Repositórios institucionais das Universidades Federais brasileiras: análise da representação da informação.* **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 5, n. 1, jan./jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 127, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2021&jornal=515&pagina=195>. Acesso em: 9 set. 2025.

COSTA, Janise Silva Borges da; PAVÃO, Caterina Groposo; HOROWITZ, Zaida. Análise das ações implementadas para povoamento de repositórios institucionais no Brasil e em Portugal. **Cadernos BAD**, [s. l.], n. 2, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1195>. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1195>. Acesso em: 10 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada. **Ciência da informação**, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/711>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651999000300003>. Disponível em: <https://revisa.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 10 set. 2025.

DIGITAL APP. O que é recurso interativo. **Digital App**, [s. l.], c2025. Disponível em: <https://digital.app.br/glossario/o-que-e-recurso-interativo/>. Acesso em: 10 set. 2025.

DONOHUE, Tim. **DSpace 7.x Documentation**. Última atualização: 27 ago. 2025. Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC7x>. Acesso em: 9 set. 2025.

DRABENSTOTT, Karen M.; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. Análise e interpretação por Neusa Dias de Macedo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/710>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FABA PÉREZ, Cristina; MOYA ANEGÓN, Félix de. Bibliotecas digitales: concepto y principales proyectos. **Investigación Bibliotecológica**, [s. l.], v. 13, n. 26, ene./jun. 1999. DOI: <https://doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1999.26.3905>. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3905>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Atuação. Pesquisa Serviços e Iniciativas. **Memória Técnica**. Brasília: Ibict, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/atuacao/pesquisa-servicos-e-iniciativas/memoria-tecnica>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Assuntos.

Notícias. **Iphan lança Biblioteca Digital com rico acervo sobre patrimônio cultural.** Brasília: Iphan, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/Iphan/pt-br/assuntos/noticias/Iphan-lanca-biblioteca-digital-com-rico-acervo-sobre-patrimonio-cultural>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, n. 236, p. 31-48, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-Iphan-n-141-de-12-de-dezembro-de-2023-530280810>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/book/254>. Acesso em: 9 set. 2025.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. **Retificação.** [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/zakXY/retifica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, Fernando de Jesus; SHINTAKU, Milton. **Relatório de acompanhamento da meta 1:** levantamento do contexto da pesquisa. Brasília, DF: Ibict, 2023. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/book/230>. Acesso em: 9 set. 2025.

PEREIRA, Fernando de Jesus *et al.* **Política de acervo e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, DF: Ibict, 2025. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/771>. Acesso em: 9 set. 2025.

PINTO, Elton Mártires *et al.* DSpace 7: migração, ajustes e conteinerização no TJDFT. *In:* SHINTAKU, Milton; MORAES, Marcelo Hilario de (org.). **Modernização tecnológica do ecossistema de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.** Brasília, DF: Ibict; TJDFT, 2023. Cap. 3, p. 54-75. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/9786589167976>. Acesso em: 9 set. 2025.

SARVO, Denilson de Oliveira *et al.* Ineficácia do povoamento automatizado de repositórios institucionais a partir da Web of Science. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Bahia. **Anais eletrônicos [...].** Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3812>. Acesso em: 10 set. 2025.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2661>. Acesso em: 9 set. 2025.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tcW-3q4WvNBQNTqTyLK8qfFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUZA, Rosilene Paiva Marinho de; PINTO, Elton Mártyres; SHINTAKU, Milton.

Política de direitos autorais da Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Ibict, 2025. 21 p. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/view/411/429/2622>. Acesso em: 10 set. 2025.

VARGAS, Brenda Cabral. Biblioteca digital: contenidos y aprendizaje. Revista Interamericana de Bibliotecología, Medellin, v. 29, n. 2, julio-diciembre de 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179014343007>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Como citar o capítulo: PEREIRA, Fernando de Jesus; PINTO, Elton Mártyres; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. A biblioteca digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In*: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 7, p. 65-148. DOI: 10.22477/9788570132472.cap7.



CAPÍTULO 8

CAPÍTULO 8 - EXPERIÊNCIAS DO PROJETO MEMÓRIA EM REDE

Danielle do Carmo⁴³

Gustavo Cardoso de Paiva⁴⁴

8.1 -INTRODUÇÃO

O projeto “Organização e Difusão dos Acervos Digitais do Patrimônio Cultural: A Memória em Rede” (2022-2024) foi fruto de uma parceria estratégica entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O projeto teve como focos principais a realização de estudos para viabilizar o tratamento e a migração do acervo

⁴³ Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade de Brasília, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas e licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora no projeto Tainacan e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atuou no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento para a Organização de Acervos em Rede e Gestão da Informação do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, no projeto Memória em Rede e atualmente faz parte do projeto de construção do Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

⁴⁴ Graduado em Museologia pela Universidade de Brasília. Durante sua graduação, dedicou-se a projetos de pesquisa voltados para a gestão arquivística. Pesquisador na Coordenação de Tecnologias para Informação (Cotec/ Ibict) no projeto de inovação “Memória em Rede” em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

legado do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) para um sistema digital, e a criação de um serviço de repositório digital para a criação do banco dos Bens Culturais Registrados (BCR).

No ano 2000, via Decreto Federal nº 3.551, é instituído o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Registro de Bens de Natureza Imaterial. O PNPI, executado pelo Iphan, visa de modo geral estabelecer instrumentos e apoiar ações para a identificação, o reconhecimento e a salvaguarda de manifestações culturais de natureza imaterial. No mesmo decreto foi instituído o Registro de Bens de Natureza Imaterial, um instrumento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro.

Ao longo dos últimos 25 anos, o Iphan realizou diversas ações com vistas à produção de conhecimento sobre a cultura brasileira, com o objetivo de documentar, identificar, registrar e salvaguardar bens culturais de natureza imaterial no território nacional. Essas ações resultaram em um vasto conjunto de informações de elevado valor social, embora não fossem reunidas e organizadas de forma apropriada para serem facilmente consultadas e compreendidas: o acervo legado do INRC e o acervo do BCR.

A experiência do projeto *Memória em Rede* evidencia o potencial da colaboração entre duas instituições públicas brasileiras de grande relevância — o Iphan e o Ibict — no intercâmbio de conhecimentos e competências voltado à resolução de um desafio comum: o estabelecimento de um serviço de informação que atenda tanto às demandas dos gestores públicos quanto às necessidades dos cidadãos. Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo apresentar uma visão geral do projeto, abordando os processos desenvolvidos, os conjuntos informacionais tratados e as tecnologias empregadas no âmbito da pesquisa.

8.2 - O ACERVO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

Entre os anos de 2020 e 2022, o INRC passou por uma reestruturação em seu modelo de dados e de coleta de informações, adotando um sistema tecnológico informacional para reunir os projetos de identificação que fazem parte do acervo do Inventário. O principal problema abordado pelo projeto que iniciou em 2022 entre o Iphan e o Ibict consistia fundamentalmente no fato de que as informações coletadas durante duas décadas, se encontravam inadequadas para consulta. O objeto de investigação consistiu portanto no acervo digital que não estava organizado e armazenado em um sistema de informação.

O acervo digital do INRC incluía, de acordo com Shintaku *et al.* (2023), a documentação do acervo legado do INRC que correspondia a 9.825 documentos textuais, 4.1428 fotografias, 3.484 vídeos e 614 áudios de 188 projetos de pesquisa que tiveram como objetivo a pesquisa e identificação de bens culturais.

Com o objetivo de tratar a divergência entre o modelo de dados legado do INRC e a nova estrutura informacional desenvolvida em uma versão customizada do repositório digital Tainacan, realizou-se uma análise qualitativa comparativa entre ambas as estruturas. Essa análise visou identificar quais informações seriam extraídas do acervo original e definir a que coleções e metadados específicos essas informações seriam direcionadas no novo ambiente digital.

O Tainacan é um software livre e gratuito de repositório de objetos digitais, possibilitando a gestão, organização e publicação de acervos digitais.

O Tainacan é um software livre, gratuito e de código aberto, desenvolvido sobre a plataforma WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo amplamente utilizado na web. O WordPress oferece um ecossistema robusto de usuários, desenvolvedores e recursos como plugins e temas, que enriquecem as capacidades do Tainacan.

Como uma solução tecnológica focada na organização e disponibilização de acervos digitais, o Tainacan oferece diversas funcionalidades que permitem uma gestão interna eficaz dos recursos de informação. Entre essas funcionalidades estão a criação de coleções, a aplicação de diferentes tipos de metadados, o uso de taxonomias para classificação e a criação de facetas de pesquisa. Além disso, o Tainacan possibilita buscas avançadas e a criação de páginas públicas automáticas e personalizadas, que auxiliam tanto na contextualização dos acervos quanto na divulgação das informações (Carmo; Martins, 2024, p. 7).

A estratégia do processo de migração de dados do acervo legado para uma versão customizada do repositório digital Tainacan, consistiu no desenvolvimento de um trabalho de análise de informação, ciência de dados e automação. Dessa forma foi realizada a importação em massa de informações básicas dos 187 projetos de identificação para o repositório do INRC, o que resultou em 33.300 itens.

Para demonstrar como seria o resultado de um inventário totalmente migrado para a plataforma digital do INRC, foram selecionados dois projetos de identificação para que a documentação fosse integralmente inserida. Dessa forma, foram selecionados os projetos Arte Santeira do Piauí e Frevo, com a documentação integralmente inserida. Assim, seus documentos e dados ficaram disponíveis ao

público tanto na forma estruturada do repositório digital quanto em páginas do site, que permitem reutilizar textos, mídias e arquivos na criação de narrativas sobre o acervo.

Figura 8.1 - Trecho inicial do Inventário “Frevo”, no portal do INRC

govbr Ministério da Cultura

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

IPHAN

INRC INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

Inicio INRC Acervo

Nome do projeto Frevo

Região Região Nordeste

Estado Pernambuco - PE

Instituição Executadora Prefeitura Municipal do Recife

Data de Início 2000

Data de Finalização 2006

Frevo

O inventário do Frevo se insere no contexto da solicitação de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial, através do Registro, conforme prevê o Decreto 3153/2000. A ação identificadora do inventário de 2006, já havia atingido a expectativa de que se pudesse Registrar o bem na data em que completaria seu centenário, em fevereiro de 2007.

A pesquisa, realizada pela Superintendência do Iphan em Pernambuco, contou com a parceria da Prefeitura Municipal do Recife, através da Casa do Carnaval, e forneceu os subsídios para elaboração do dossier de candidatura e para a documentação bibliográfica e audiovisual do Frevo.

As pesquisas iniciadas observaram a região delimitada pelos municípios do Recife e de Olinda, onde ocorrem os principais eventos relacionados ao Frevo. Nessas localidades, especialmente no Recife, onde se originou essa expressão cultural, encontra-se a maioria das principais agremiações, orquestras, da cidade também os principais maiores intérpretes e compositores desse estilo musical.

Pela definição do Tesouro do Centro Nacional do folclore e Cultura Popular o frevo é uma “atividade musical de caráter festivo, lúdico e coreográfico sendo formada por composições de percussão, vocal e instrumentos de sopro, empregando, entre outros instrumentos, tambores, caxixés ou quimbumbus. É executada por grupos de instrumentistas em conjunto durante o Carnaval em alguns estados do Nordeste”.

Foram destacados três tipos de modalidade nos quais se subdivide o Frevo:

Frevo de rua que subdivide-se em:

- Frevo-cubatas: marcado pela intensidade das notas agudas.
- Frevo-ventania, caracterizado por sequências intermitentes de semicírculos tocadas pelas saxofones, assemelhando-se ao tambores de guerra.
- Frevo-de-álibi que ocorre quando da encontro de duas agremiações durante o carnaval, onde cada qual busca bater a outra com um som muito alto, sem confronto com a alegria.

Quer ver que **bens culturais** foram identificados no inventário do Frevo? Conheça eles aqui

Midias do inventário

O Frevo em imagens, sons e vídeos. Conheça aqui as **Midias** do inventário

Fonte: Iphan (2008?).

Embora seja necessário um trabalho a longo prazo e contínuo de curadoria e enriquecimento dos dados para aprimorar a qualidade das informações do INRC, o trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos e o uso de tecnologias de automação foram fundamentais para o avanço da gestão da informação, consolidando o INRC como um dos principais serviços digitais de produção e fonte de informação das referências culturais brasileiras.

8.3 - A PLATAFORMA DOS BENS CULTURAIS REGISTRADOS BCR

Outro foco do projeto de pesquisa foi a busca por uma solução que apoiasse o acesso e viabilizasse a transparência das informações dos bens culturais brasileiros oficialmente reconhecidos como patrimônio do povo brasileiro. Como resultado, no dia 10 de abril de 2023, a plataforma dos Bens Culturais Registrados - BCR foi apresentada ao público. Dessa forma, seiscentos e vinte documentos e trezentas e noventa mídias relacionados a cinquenta e dois bens culturais imateriais foram disponibilizados para a consulta online. Para que isso fosse possível, houve um esforço colaborativo entre a equipe do Iphan e do ibict na busca, estruturação e representação das informações para a construção do repositório digital.

O acervo digital utilizado para a construção do banco de Bens Culturais Registrados, como pode ser verificado em Carmo, *et al.* (2023), foi composto por 1.027 arquivos, sendo 637 documentos textuais e 390 mídias (fotografias e vídeos).

Com base nessas informações foram conduzidas análises e desenvolvidos procedimentos manuais e automáticos para a inserção desses documentos no repositório digital Tainacan.

Para a construção do BCR, a automação de processos informacionais foi essencial.

Shintaku *et al.* (2024) e Carmo *et al.* (2023) relatam em detalhes a análise das informações e dos processos de automação tecnológica utilizados no tratamento e representação das informações dos bens culturais imateriais. Para que a automação fosse possível foi realizada a análise dos diferentes tipos documentais com o objetivo de identificar dados de interesse e padrões passíveis de mineração para a estruturação dos dados em uma versão customizada do Tainacan.

Paralelamente, com base nas necessidades informacionais estabelecidas pelo Iphan, foi desenvolvida a modelagem de dados para o sistema de informação. Dessa forma foram estabelecidas três coleções principais: Bens culturais imateriais registrados, Documentos do processo de registro e Mídias.

Para a coleção “Bens Culturais” foram estabelecidos os seguintes metadados:

- Título do bem cultural;
- Descrição;
- Abrangência do registro;
- Território já identificado;
- Localização; Livro de Registro;

- Instituições parceiras;
- Documentos;
- Mídias;
- Data de registro;
- Link para o processo SEI – Registro;
- Data de revalidação;
- Link para o processo SEI – Revalidação.

A coleção Bem Cultural apresenta as informações sobre os bens culturais imateriais, a partir dessas informações é possível ver os documentos e as mídias relacionadas que se encontram armazenadas nas outras coleções. Como pode ser observado nas figuras abaixo:

Figura 8.2 - Listagem de itens da Coleção Bens Culturais Imateriais Registrados

Bens Culturais Imateriais Registrados

| Busca  | | | | Metadados | Ordenar  por | Data de criação | Ver em: |
|---|----------------------------|---------|---|---|---|---|---|
| Busca avançada | | | |  |  |  |  |
|   | | Filtros | Minatura | Denominação | Imagens, sons e vídeos | | |
| <input type="checkbox"/> | Recolher todos | |  | Arte Kushwa - Pintura Corporal e Arte Gráf |  | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Livro de Registro | |  | Ofício das Panelas de Golabelras |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Livro das Celebrações (15) | |  | Samba de Roda do Estado da Bahia |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Livro das Formas de... | |  | Circo de Nossa Senhora da Nazaré |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Livro dos Lugares (4) | |  | Modo de Fazer Viola de Cocho Associado |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Livro dos Saberes (15) | |  | Jongo no Sudeste |  | | |
| | Ver todos | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Localização | |  | Ofício das Bajanas de Acarajé |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Acre - AC (5) | |  | Cachoeira de Iaurelê - Lugar Sagrado do |  | | |
| <input type="checkbox"/> | Alagoas - AL (8) | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Amapá - AP (5) | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Amazonas - AM (6) | | | | | | |

Fonte: Iphan, NSTI[2025?a].

Figura 8.3 - Vista parcial de um item da Coleção Bens Culturais Imateriais Registrados



Fonte: Iphan (2021?).

Já a coleção “Documentos do Processo de Registro” apresenta 620 itens, que são documentos textuais, classificados de acordo como os seguintes tipos: Anuência, Ata de Reunião do Conselho Consultivo, Dossiê, Parecer Técnico, Pedido de Registro. Os itens da coleção apresentam os seguintes conjuntos de metadados:

- Tipo de documento;
- Bem Cultural Registrado Relacionado;
- Descrição;
- Autor.

Figura 8.4 - Listagem de itens da Coleção Documentos

Documentos

Busca Busca avançada

Metadados mostrados: Ordenar: por: Data de criação Visualização: Tabela

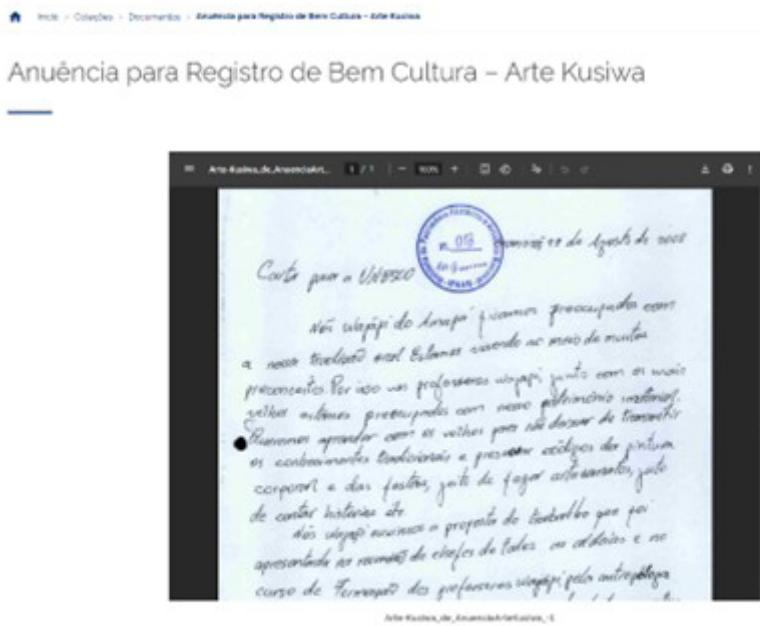
Filtros

- [Recolher todos](#)
- Tipo de documento**
- Categoria de documento**
- Bem Cultural Registrado Relacionado**

| Imagem | Título | Detalhes |
|--------|--|---|
| | Anúncio para Registro de Bem Cultural - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Plano de Salvaguarda do Bem Cultural Registrado - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Ata de Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (Registro) - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Aviso no Diário Oficial da União (Revistação) - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Pedido para Registro de Bem Cultural - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Anúncio para Registro de Bem Cultural - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Parecer Técnico de Registro - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Parecer Técnico de Registro - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Parecer Técnico de Registro - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Parecer do Conselho Consultivo - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Dossiê de Registro - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |
| | Aviso no Diário Oficial da União - Arte Kuskaia | Arte Kuskaia - Projeto Consultivo e Arte Gráfica Itaíba |

Fonte: Iphan, (2025?b).

Figura 8.5 - Item da Coleção Documentos



INFORMAÇÕES

Bem Cultural Registrado Relacionado
Arte Huasca, ...Tinatura Conservada e Arte Crítico Mexicano

Fonte: Iphan (2002).

Na coleção de "Mídias", foram disponibilizados 391 itens, sendo 34 vídeos e 357 fotos. A coleção Mídias utiliza os seguintes conjuntos de metadados:

- Autoria
 - Data
 - Bem Cultural Relacionado
 - Tipo de Mídia

Figura 8.6 - Item da Coleção Mídias

[Início](#) > [Coleções](#) > [Imagem, som e vídeo](#) > [Fotografia - Matrizes Tradicionais do Forró](#)

Fotografia – Matrizes Tradicionais do Forró



Apresentação As Fulo do Cerrado, Matrizes Tradicionais do Forró – Distrito Federal, Davi Metlo, 2022.

INFORMAÇÕES

Tipo de Mídia
imagem

Data
2022

Bem Cultural Relacionado
Matrizes Tradicionais do Forró

Localização do fato/objeto/pessoa registrada (Unidade Federativa/ Município)
Distrito Federal - DF - Brasília

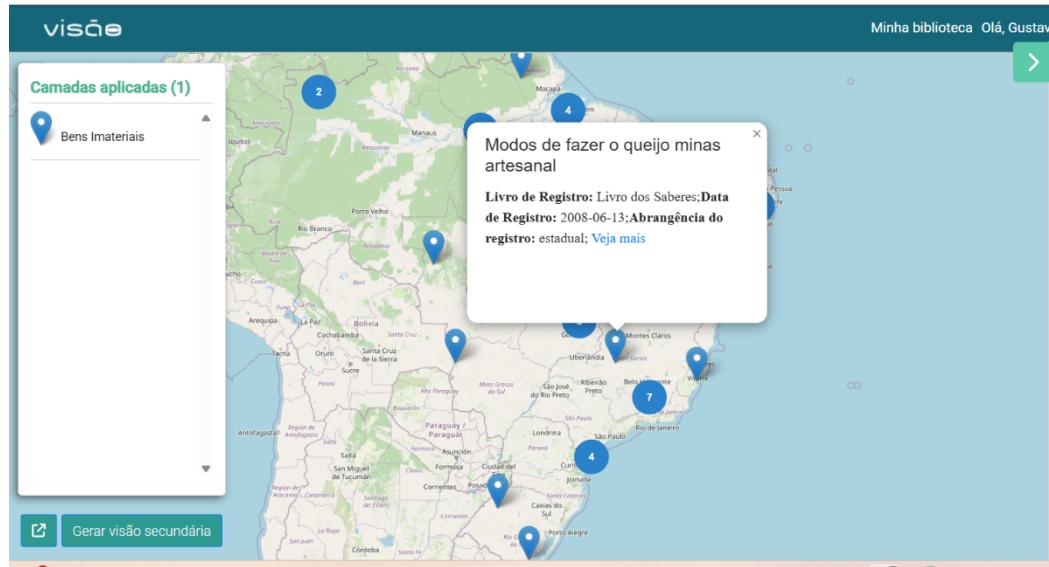
Fonte: Iphan (2022).

Além do repositório digital, para compor a plataforma BCR, foi desenvolvido um mapa territorial dinâmico baseado no software livre Sistema Aberto de Observatórios para Visualização de Dados (Visão). Desenvolvido pelo Ibict, o Visão é uma solução para a representação visual de dados geolocalizado (Rocha *et. al.*, 2024).

O Visão disponibiliza informações em três formatos: indicadores, camadas, e filtros, que podem ser aplicados no mapa de forma independente ou simultânea. Os indicadores apresentam dados estatísticos ou absolutos, as camadas apresentam localizações específicas em uma região e o filtro funciona como um refinamento geográfico de resultados. O alcance geográfico do mapa é variável, podendo incorporar desde o nível municipal, aplicável no Brasil, até o nível mundial, podendo unir, em uma única visualização, de várias regiões geográficas (Rocha *et al.*, 2024, p. 11).

No caso do BCR, foram desenvolvidas 19 camadas, cada uma correspondente a um bem imaterial registrado e por meio da possibilidade de visualização do conjunto bens no território, é possível obter uma visão abrangente da distribuição geográfica dos dados. Foram estabelecidos polígonos apresentados no mapa com cores distintas e formatos representativos da região de ocorrência. Como resultado foram disponibilizados 16 bens representados por polígonos ou conjunto de polígonos. Já para a apresentação de locais específicos foram utilizados os pins que são os pontos, esse trabalho resultou em 49 pontos (pins).

Figura 8.7 - Cartão de identificação de bem cultural no Visão



Fonte: Visão do BCR (2025)⁴⁵.

Ao clicar em um polígono ou ponto são apresentadas informações sobre o bem registrado no mapa, assim as seguintes informações são fornecidas:

- nome dos bens;
- descrição;
- número do processo;
- livro de registro;
- data de registro;
- referência;
- fonte;
- hiperlink - direciona para a página do item no repositório digital.

⁴⁵ Disponível em: <https://visao.ibict.br/visao2/viewVisaoSecundaria/644>. Acesso em: 13 set. 2025.

Além das formas de organização e representação da informação estruturadas no repositório digital, por meio das funcionalidades do *WordPress* foi construída uma página inicial para o BCR. Na figura abaixo é possível perceber a aplicação de uma interface que busca seguir o padrão digital de governo. Também é possível notar na página principal diversas entradas para o repositório. Isso pode ser observado por meio das coleções, por meio do carrossel de bens culturais, por meio dos tipos de livros de registro, e pelo UF.

Figura 8.8 - Página principal da plataforma Bens Culturais Registrados



Fonte: Iphan (2025).

A plataforma digital do BCR foi apresentada ao público em abril de 2023, e por meio dela foi possível tornar facilmente acessível informações referentes a cento e vinte documentos e trezentas e noventa mídias relacionados a cinquenta e dois bens culturais imateriais reconhecidos como patrimônio imaterial brasileiro.

8.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve como objetivo apresentar, de forma sintética, os principais resultados alcançados no âmbito do projeto de pesquisa *“Organização e Difusão dos Acervos Digitais do Patrimônio Cultural: A Memória em Rede”*. Entre as ações realizadas, destaca-se a migração e compatibilização do acervo legado do INRC, com vistas à estruturação dos dados no repositório criado. Além disso, foram conduzidas estudos, coleta e tratamento da informação que alimentaram o serviço de informação BCR.

Tanto o avanço no estudo e integração dos dados históricos do INRC quanto a criação e abertura dos dados do BCR configuraram contribuições estruturantes fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas de patrimônio no Brasil. Um dos fatores preponderantes para os resultados alcançados foi o estabelecimento de uma dinâmica de pesquisa colaborativa e participativa, que integrou gestores do Iphan e Ibict, com foco na concepção de soluções informacionais e tecnológicas voltadas à disseminação do conhecimento sobre a cultura brasileira e os processos administrativos de reconhecimento. Por fim, as plataformas resultantes atendem a uma necessidade central do Estado: prover acesso qualificado à informação de forma simplificada, estabelecendo, assim, um canal efetivo de transparência ativa.

REFERÊNCIAS

CARMO, D.; COSTA, P. H. R.; MARICATO, J. de M.; ALENCAR, T. M. de; PAIVA, G. C.; SHINTAKU, M. A Organização, mineração e inserção automatizada de dados documentais no Tainacan: propostas para os Bens Culturais Registrados pelo Iphan. *In: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA - WIDaT*, 6., 2023, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2023. DOI: 10.22477/vi.widat.43. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/widat/index.php/widat2023/article/view/43>. Acesso em: 12 set. 2025.

CARMO, Danielle; MARTINS, Dalton Lopes. Banco de dados de bens culturais registrados: análise da plataforma digital do patrimônio imaterial brasileiro.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, [S. l.], v. 17, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/696>. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anuênciia para Registro de Bem Cultura – Arte Kusiwa**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://inrc.iphan.gov.br/2-1-projetos/irnc-arte-santeira-do-piaui/>. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arte Santeira do Piauí**. Brasília, [2008?]. Disponível em: <https://inrc.iphan.gov.br/2-1-projetos/irnc-arte-santeira-do-piaui/>. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Culturais Imateriais Registrados**. Brasília, [2025?a]. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/>.

gov.br/bens-culturais/?perpage=12&view_mode=table&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=65736%2C65773. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Culturais Registrados**. Brasília, [2025?c]. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/>.

Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Documentos**. Brasília, [2025?b]. Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/documents-do-process/?perpage=12&view_mode=table&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=65971%2C66011. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Fotografia – Matrizes Tradicionais do Forró**. Brasília, 2022.

Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/midias-registro/fotografia-matrizes-tradicionais-do-forro/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fmidias-registro%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Drecords%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D66001%252C91122. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Matrizes Tradicionais do Forró**. Brasília, [2021?]. Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/bens-culturais/matrizes-tradicionais-do-forro/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=65971%2C66011.

[Acesso em: 7 set. 2025.](https://repositorio.iphant.gov.br/search?by=date&search=matrizes&pos=3&source_list=repository&ref=%2Fitens%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dmasonry%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D%26search%3Dmatrizes)

ROCHA, Nathaly Cristine Leite; ALVES, Larissa de Araújo; SHINTAKU, Milton; BRA-GA, Tiago Emmanuel Nunes. Visualização georreferenciada de dados do Iphan: bens imateriais registrados. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 17, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tbci/article/view/692>. Acesso em: 7 set. 2025.

SHINTAKU, Milton *et al.* **Relatório de cumprimento da meta 03**: estudos sobre alimentação automática de passivo. Brasília: Ibict, 2023. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/book/328>. Acesso em: 7 maio 2024.

Como citar o capítulo: CARMO, Danielle do; PAIVA, Gustavo Cardoso de. Experiências do Projeto Memória em Rede. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 8, p. 149-170. DOI: 10.22477/9788570132472.cap8



CAPÍTULO

9

CAPÍTULO 9 - OBSERVATÓRIO DO SISTEMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Elton Mârtires Pinto⁴⁶

Gustavo Cardoso Paiva⁴⁷

Danielle do Carmo⁴⁸

Mirele Carolina Souza Ferreira Costa⁴⁹

9.1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a criação do Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), realizado por meio de uma cooperação entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), destacando a conceituação, as tecnologias utilizadas e os resultados obtidos.

⁴⁶ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Mestre em Transformação digital e design colaborativo pelo Conservatoire des arts et métiers; Bacharel em Biblioteconomia pela UnB; Email: eltonpinto@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>.

⁴⁷ Bacharel em Museologia pela UnB; Email: gustavopaiva@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5402-0836>.

⁴⁸ Doutoranda em Ciência da Informação pela UnB; Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas; Licenciatura em História pela UFG; Email: daniellecarmo@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9213-1427>.

⁴⁹ Doutoranda e Mestre em Informática pela UnB; Bacharel em Ciência da Computação pela UFMT; Email: mirelecosta@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1337-4672>.

O Ibict tem atuado na criação de ecossistemas de informação baseados em *software livre*, que integram sistemas informatizados e oferecem soluções inovadoras para os desafios tecnológicos e informacionais enfrentados por instituições públicas e privadas. Em 2023, o Ibict firmou uma parceria estratégica com o Iphan para desenvolver um projeto de pesquisa voltado à criação de um modelo de ecossistema informacional capaz de promover a interoperabilidade, a integração e a análise de dados.

A iniciativa também buscava articular e mobilizar os agentes do SNPC. O SNPC corresponde à quinta meta do Plano Nacional de Cultura (PNC) e tem como objetivo promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural brasileiro. A iniciativa visa otimizar os recursos humanos e financeiros disponíveis, garantindo uma proteção mais eficaz desse patrimônio (Iphan 2024).

Foi nesse contexto que surgiu o projeto *“Estudos voltados a um Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural Brasileiro, no âmbito do Iphan”*, com o objetivo de desenvolver uma plataforma digital capaz de atuar como provedor de serviços informacionais que sustentem a gestão compartilhada do patrimônio cultural, tornando suas ações mais eficazes. A criação do observatório digital representa uma solução estratégica para a organização, consolidação e disseminação de informações relevantes, fundamentais para a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas. No entanto, sua implementação demanda um arcabouço teórico e metodológico que garanta a coerência, a interoperabilidade e a sustentabilidade da iniciativa. Este capítulo apresenta um panorama dos estudos realizados e dos resultados alcançados entre os anos de 2023 e 2025, no desenvolvimento e consolidação dessa proposta.

9.2 - O PROJETO DE PESQUISA

Segundo Albornoz e Herschmann (2006), o termo “observatório” remonta historicamente ao período entre os séculos XVIII e XIX, quando se referia a instituições de pesquisa voltadas à astrologia. A partir do século XX, o conceito passou a ser aplicado a temáticas sociais (Ortega; Del Valle, 2010), ampliando-se para diferentes áreas, especialmente no campo das políticas públicas.

Observatórios temáticos têm se multiplicado como instrumentos de apoio ao monitoramento de setores específicos, oferecendo dados e indicadores consolidados que subsidiam a tomada de decisão e a avaliação de políticas (Pinto *et al.*, 2017). No campo da cultura, esse tipo de iniciativa exige conhecimento técnico e setorial aprofundado.

Assim, o projeto de pesquisa representa um esforço de sistematização de conhecimentos, considerando que, conforme Ortega e Valle (2010), os observatórios surgem da necessidade de organizar e consolidar informações dispersas, ao mesmo tempo em que se configuram como ecossistemas de informação eficientes e colaborativos.

Caracterizado pela interoperabilidade dos dados, esse ecossistema busca facilitar a comunicação entre diferentes sistemas tecnológicos de informação, além de oferecer soluções que possibilitem a coordenação informacional entre os agentes envolvidos na preservação do patrimônio cultural. Nesse contexto, a primeira etapa do projeto de pesquisa concentrou-se na elaboração conceitual e teórico-metodológica do Observatório do SNPC.

Nesse contexto, quatro macro-ações foram realizadas: I) Planejamento do Observatório; II) Mapeamento de necessidades e definição de serviços de informação; III) Desenvolvimento da arquitetura da informação; IV) Estrutura e organização visual.

O planejamento é uma peça fundamental no desenvolvimento de um observatório, como argumenta Guerrero Pérez *et al.* (2022). Essa etapa envolve a definição do nome, a conceituação, a definição dos objetivos, a formulação da missão, visão e valores, a designação dos responsáveis e as dimensões do Observatório.

Para o Observatório do SNPC foi proposto o seguinte planejamento:

Quadro 9.1 - Planejamento do Observatório do SNPC

| | |
|-------------------------------|--|
| NOME | O nome Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural foi escolhido para refletir sua vinculação institucional ao SNPC e evitar ambiguidades, destacando sua função de monitoramento e não apenas de difusão documental. A denominação também visa garantir clareza e visibilidade em mecanismos de busca. |
| CONCEITUAÇÃO | É uma solução digital concebida para apoiar a consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, por meio da gestão e disseminação de informações, além de promover a articulação entre os agentes envolvidos na preservação do patrimônio em todo o país. |
| OBJETIVOS⁵⁰ | De acordo com a Meta 5 do PNC ⁵¹ , o Observatório tem como objetivo apoiar a institucionalização e o monitoramento do SNPC, fortalecendo a coordenação e a atuação dos entes federativos e demais agentes na preservação do patrimônio cultural. |

⁵⁰ Os objetivos específicos são descritos no *Relatório de cumprimento da meta 02: desenvolvimento e validação do modelo de observatório*. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/view/389/412/2502>. Acesso em: 10 set. 2025.

⁵¹ As metas estão disponíveis no Diário Oficial da União, Seção I, de 14 de dezembro de 2011. O documento pode ser acessado em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/arquivos-pdf/PORTARIAN123DE13DEZEMBRODE2011.pdf>.

| | |
|---------------------|--|
| MISSÃO | Integrar e disponibilizar informações que apoiem a estruturação e consolidação do SNPC, assegurando o desenvolvimento, a estabilidade, a perenidade e o aprimoramento contínuo das políticas, ações, estruturas e capacidades dos agentes que compõem o Sistema. |
| VISÃO | Tornar-se referência como ponto de articulação da rede que conecta os diversos agentes do SNPC, ampliando o alcance, a participação social e a representatividade do patrimônio cultural nos territórios, além de fortalecer os direitos e a cidadania cultural. |
| VALOR | Compromisso com a produção e disseminação de informações confiáveis e de qualidade, com o objetivo de apoiar políticas públicas participativas e integradas para o patrimônio cultural. Com base nesse princípio, busca-se promover a democracia, a participação social, a descentralização e o fortalecimento das políticas culturais. |
| RESPONSÁVEIS | A criação e manutenção do Observatório envolvem a colaboração de diferentes instituições, sendo o Iphan e o Ibict os principais responsáveis até o momento, liderando a implementação da plataforma e do sistema de informação. |
| DIMENSÕES | O Observatório do SNPC estrutura-se a partir de diferentes dimensões analíticas e funcionais. A dimensão cronológica acompanha a evolução temporal dos fenômenos monitorados, enquanto a territorial organiza as informações em termos espaciais, permitindo visualizações geográficas e análises regionalizadas. A transparéncia ativa assegura o acesso aberto às informações, promovendo seu uso em estudos e ações de preservação. No eixo da gestão, são reunidos dados gerenciais sobre o status do SNPC, contribuindo para a formulação de políticas culturais e o fortalecimento institucional. A dimensão de participação e controle social busca fomentar o diálogo com a sociedade e a avaliação das políticas públicas. No aspecto institucional, o Observatório apresenta os processos conduzidos pelo Iphan nos territórios, evidenciando atividades, resultados e lacunas. A dimensão de governança federativa monitora as capacidades operativas dos entes federativos por meio de indicadores específicos. Por fim, a dimensão voltada à sociedade identifica os agentes envolvidos na preservação do patrimônio cultural, incluindo iniciativas públicas, privadas e comunitárias. |

Fonte: Baseado em Guerrero Pérez *et al.* (2022)

A segunda ação envolveu o mapeamento de necessidades e a definição dos serviços de informação para o Observatório do SNPC. Esse processo foi conduzido por meio de pesquisa bibliográfica, reuniões com a equipe do Iphan e, principalmente, por um ateliê de design colaborativo. Nesse espaço participativo, foi possível identificar e sintetizar as principais necessidades informacionais do Observatório, organizando-as da seguinte forma:

Quadro 9.2 - Necessidades de informação Observatório SNPC

| | |
|---|---|
| NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO SNPC | Difusão de informações sobre a atuação do Iphan nos territórios. |
| | Identificação dos agentes na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. |
| | Mapeamento das ações dos agentes do SNPC. |
| | Identificação das parcerias e redes estabelecidas na atuação do SNPC. |
| | Identificação e promoção de boas práticas de preservação do patrimônio cultural. |
| | Acompanhamento das ações e políticas de patrimônio cultural. |
| | Disseminação de informações por meio de relatórios e ferramentas de análise visual. |
| | Divulgação de eventos, seminários e webinários promovidos pelos agentes do SNPC. |
| | Criação de indicadores para avaliação das capacidades operativas e da atuação do SNPC. |
| | Criação de indicadores para avaliação das capacidades operativas e da atuação do SNPC. |
| | Identificação da atuação do Iphan em instâncias participativas. |
| | Promoção de programas de capacitação para agentes e fortalecimento institucional. |
| | Criação de uma rede de conexão entre agentes públicos, estruturas governamentais, instituições de pesquisa e sociedade civil. |
| | Criação de bases de dados de agentes, ações, preservação, legislação e diagnóstico de capacidades operativas. |

Fonte: Projeto Ibict-Iphan (2024).

Em seguida, com base nas necessidades identificadas para o Observatório, foram propostos alguns serviços de informação, conforme apresentado no Quadro 3, a seguir.

Quadro 9.3 - Serviços de informação propostos para o Observatório SNPC

| SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO | Dashboard |
|------------------------|--------------------|
| | Agenda |
| | Boletins |
| | Cursos e formações |
| | Fórum |
| | Tesauros |

Fonte: Projeto Ibict-Iphan (2024).

A terceira etapa do projeto foi dedicada ao desenvolvimento da arquitetura da informação do Observatório. Essa etapa envolve o desenho de estruturas e modelos que organizam o espaço informacional, orientando como os dados e conteúdos serão estruturados e acessados. Como metodologia, foi adotada a proposta de modelo genérico de Macedo (2005), que permite representar os processos básicos do ciclo da informação. Esse modelo foi utilizado para conceber a arquitetura inicial do Observatório, destacando, por meio de menus, onde e como as informações seriam organizadas.

Quadro 9.4 - Protótipo de arquitetura informacional do Observatório do SNPC

| CABEÇALHO GOV BR | | | | |
|--|----------------------|---|---|------------------------|
| Órgãos de Governo | Acesso à informação | Legislação | Acessibilidade | Entrar com GOV BR |
| CABEÇALHO OBSERVATÓRIO DO SNPC | | | | |
| Logo do Observatório | Ínicio | SNPC | Observatório do SNPC - Sobre - Política de informação | Buscar no Observatório |
| DESTAQUES | | | | |
| Carrossel com notícias e destaques relacionados ao patrimônio cultural e ao SNPC. (Ex: Cadastro de agentes) | | | | |
| EXPLORAR | | | | |
| Explorar os indicadores do Observatório do SNPC (Bens, Ações, Agentes e Legislação) + Ver todos | | | | |
| SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO | | | | |
| Agenda | Boletins | Cursos e formações | Fórum | |
| + Ver todos os conteúdos | | | | |
| MAPA GEOLOCALIZADO | | | | |
| Mapa de Bens, Ações e Agentes + Mais mapas | | | | |
| RODAPÉ GOV BR | | | | |
| Institucional -Iphan - SNPC | Observatório do SNPC | Contato - Agenda de autoridades - Quem é quem - Galeria de presidentes | | |

Fonte: Projeto Ibict-Iphan (2024).

A arquitetura da informação também envolve o desenvolvimento da estrutura visual da página, ou seja, o *layout*. A versão atualmente aplicada no site do Observatório do SNPC foi elaborada com base nos elementos da identidade visual do Iphan e do próprio SNPC. Essa identidade visual pode ser visualizada diretamente na página do Observatório⁵².

9.3 - AS TECNOLOGIAS

A segunda etapa do projeto concentrou-se na definição das tecnologias que comporiam o ecossistema tecnológico do Observatório do SNPC. Após um estudo aprofundado e considerando as necessidades e os serviços de informação previstos para o Observatório, optou-se pela utilização dos seguintes sistemas: *WordPress*, *Apache Superset* e *PostgreSQL*.

O *WordPress* é uma plataforma de gerenciamento de conteúdo (CMS) de código aberto que permite a utilização da arquitetura LAMP, composta pelo sistema operacional *Linux*, servidor de aplicação *Apache*, banco de dados *MySQL* e linguagem de programação *PHP* (Brazel, 2011). Essa tecnologia foi adotada como base para a plataforma digital do Observatório, que integra, apresenta, comunica e oferece acesso aos seus serviços e conteúdos.

O *Apache Superset* é uma plataforma de *Business Intelligence* (BI) de código aberto, desenvolvida em *Python*, com *back-end* em *Flask*, *front-end* em *React* e integração nativa com o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) *PostgreSQL*.

⁵² Disponível em: <https://observatorio.iphan.ibict.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

Trata-se de uma solução escalável e flexível voltada para inteligência de negócios, permitindo a criação de *dashboards* interativos e análises dinâmicas de dados.

9.4 - OS DASHBOARDS

A construção do Observatório do SNPC teve como etapa fundamental a identificação das principais fontes e necessidades informacionais relacionadas à gestão do patrimônio cultural no Brasil. Para isso, foi conduzido um amplo processo de escuta e articulação com diversos departamentos do Iphan, com o objetivo de mapear tanto os dados disponíveis quanto às informações consideradas relevantes para compor a base do Observatório.

Esse levantamento permitiu identificar um conjunto de temáticas prioritárias, organizadas segundo os três níveis federativos que integram o SNPC:

- Nível Nacional: ações de monitoramento, fiscalização, preservação e educação patrimonial; bens reconhecidos pelo Iphan; alocação de recursos financeiros (Iphan, emendas parlamentares, Lei Rouanet e Fundo Nacional de Cultura); recursos humanos disponíveis; marcos legais de abrangência nacional; atuação de conselhos; sítios arqueológicos; dados georreferenciados; e informações relativas ao Programa Nacional do Patrimônio Cultural (PNC);
- Nível Estadual: ações de fiscalização e preservação conduzidas pelos estados; bens reconhecidos em âmbito estadual; fundos estaduais e leis de incentivo à cultura; recursos humanos estaduais vinculados à gestão do patrimônio; legislação estadual pertinente; estrutura e funcionamento de conselhos e órgãos gestores; e os planos estaduais de cultura;
- Nível Municipal: ações e programas locais voltados ao patrimônio; bens culturais reconhecidos oficialmente no âmbito municipal; fundos e legislações próprias de incentivo à cultura; conselhos e órgãos de gestão locais; e planos municipais de cultura.

A partir desse mapeamento inicial e da análise das demandas informacionais expressas pelas áreas consultadas, bem como da avaliação das bases de dados internas e externas disponíveis, foi possível delinear uma proposta preliminar de infraestrutura de dados para a construção dos painéis analíticos do Observatório.

Como resultado, elaborou-se uma estrutura de indicadores organizados em diferentes eixos temáticos, os quais abrangem as seguintes dimensões: bens culturais, ações institucionais, agentes, territórios, recursos financeiros, legislação, entes federativos, patrimônio mundial e projetos culturais incentivados.

Para a implementação da infraestrutura informacional do Observatório, foram priorizados os indicadores cujos dados estavam prontamente acessíveis à equipe do projeto, bem como aqueles oriundos de fontes públicas e confiáveis, especialmente plataformas institucionais de dados abertos, como o Portal Brasileiro de Dados Abertos⁵³.

A seguir, são apresentados os conjuntos de indicadores selecionados e projetados para compor os painéis do Observatório do SNPC.

O primeiro conjunto de indicadores refere-se aos bens culturais reconhecidos pelo Iphan em todo o território nacional. Esses dados são detalhados segundo o tipo de reconhecimento (*tombamento, cadastro, registro e valoração*) e permitem a análise da distribuição dos bens por região administrativa, estado e município. Adicionalmente, os bens são classificados por categorias de reconhecimento (material, imaterial, ferroviário e arqueológico), estado de conservação, tipo e

⁵³ Disponível em: <https://dados.gov.br/home>. Acesso em: 11 set. 2025.

livro de inscrição. A análise contemplou ainda uma perspectiva temporal, possibilitando o acompanhamento da evolução das ações de reconhecimento ao longo dos anos, incluindo recortes quinquenais. As principais fontes utilizadas para este conjunto foram os sistemas internos do Iphan: o SICG, o BCR e o Geoserver.

O segundo grupo de indicadores diz respeito às ações institucionais empreendidas pelo Iphan, abrangendo tanto o volume total de ações quanto seu detalhamento por processos institucionais (identificação, reconhecimento e preservação). Esses dados são organizados por estado, município, tipo de bem cultural e período de realização. Também são considerados aspectos como a vigência das ações, sua localização, e a vinculação direta com bens culturais e agentes envolvidos (sejam pessoas ou organizações). As principais bases de dados utilizadas neste bloco foram o Fiscalis e o INRC, ambas fontes internas do Iphan.

Um terceiro conjunto de indicadores aborda os agentes envolvidos nos processos institucionais e ações do Iphan, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Os dados englobam a quantidade total de agentes, sua distribuição por tipo e por processo institucional, bem como suas relações com bens culturais e ações específicas. Além disso, são analisadas a natureza e a área de atuação das organizações, bem como sua distribuição geográfica (região, estado e município). Também estão previstos cruzamentos entre categorias de agentes e tipos de bens culturais, permitindo identificar padrões de atuação e envolvimento. As principais fontes para esse bloco são o INRC, o SICG e registros administrativos internos do Iphan.

Outro conjunto de indicadores contempla a presença de bens culturais em territórios de interesse socioambiental, como terras indígenas, territórios quilom-

bolas e áreas de proteção ambiental. A identificação desses bens foi realizada por meio do cruzamento de dados do SICG com informações de bases externas, como as do ICMBio, Funai e Incra. Neste grupo, também foram considerados indicadores relativos às ações (tanto internas quanto externas ao Iphan) realizadas nesses territórios, além do perfil e da quantidade de agentes envolvidos nesses contextos específicos.

Outro eixo trata da mensuração dos recursos financeiros aplicados pelo Iphan em ações de identificação, reconhecimento, salvaguarda e preservação. Incluem-se indicadores de distribuição geográfica por estado, município e região administrativa, tipos de recursos utilizados e associação entre recursos e bens culturais específicos.

Também foram previstos indicadores para o monitoramento das ações e recursos vinculados à Lei Aldir Blanc, com foco na distribuição dos recursos por município, detalhamento das iniciativas realizadas, identificação daquelas direcionadas especificamente ao patrimônio cultural e cruzamentos geográficos entre essas ações e os bens culturais reconhecidos.

No eixo temático relacionado à legislação, os indicadores abrangem a identificação, listagem e quantificação de normas legais em âmbito nacional, estadual e municipal que tratam do patrimônio cultural. As legislações são classificadas conforme o tipo de bem a que se referem (material, imaterial, arqueológico e ferroviário) e associadas aos diferentes entes que compõem o SNPC. A distribuição territorial dessas normas também é considerada, permitindo análises regionais. Além disso, prevê-se o cruzamento dessas informações com dados sobre agen-

tes, ações institucionais e indicadores socioeconômicos, possibilitando a avaliação dos impactos normativos na preservação e valorização do patrimônio cultural.

No eixo dedicado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), os indicadores tratam da adesão formal de estados e municípios ao sistema e da participação institucional do Iphan em instâncias de governança cultural em nível local. São contemplados o número total de entes federativos participantes, sua distribuição por estado e região, e o monitoramento da existência e implementação de instrumentos como planos de cultura, conferências e conselhos culturais nos quais o Iphan atue ou acompanhe.

No plano internacional, os indicadores incluem os bens culturais brasileiros reconhecidos pela Unesco, com detalhamento por categoria de reconhecimento, além da sua localização por região administrativa, estado e município. Esses dados oferecem uma perspectiva global da valorização do patrimônio cultural brasileiro, complementando os indicadores nacionais.

O conjunto de indicadores contempla os projetos culturais que captam recursos via Lei de Incentivo à Cultura (Pronac), com atenção especial àqueles voltados ao patrimônio cultural. São analisadas a quantidade total de projetos, sua distribuição por regiões, estados e municípios, variações ao longo do tempo e cruzamentos geográficos entre os projetos incentivados e os tipos de bens culturais reconhecidos.

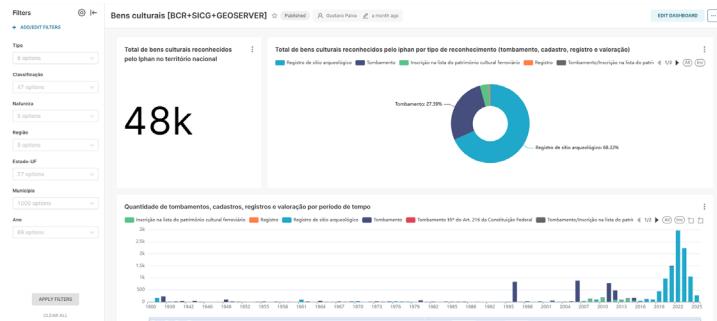
No que se refere à construção dos *dashboards* interativos, um dos serviços centrais do Observatório, os painéis analíticos foram desenvolvidos com o objetivo de facilitar o cruzamento de dados, por meio de gráficos e visualizações dinâmicas.

cas, permitindo que gestores realizem análises de forma ágil e orientada. Essa ferramenta visa ampliar o conhecimento sobre o ambiente interno e externo ao Iphan e ao SNPC, subsidiando a tomada de decisões estratégicas.

A partir das fontes de informação disponíveis BCR, INRC, Fiscalis, SICG e Geoserver e das necessidades informacionais identificadas ao longo do projeto, foram elaborados três dashboards principais, que estruturam os dados em blocos temáticos inter-relacionados. Esses painéis, embora distintos, trazem informações complementares e são denominados: Bens Culturais, Agentes e Ações.

O *dashboard* de Bens Culturais consolida os dados referentes aos bens reconhecidos oficialmente pelo Iphan, abrangendo as categorias de tombamento, registro, cadastro e valoração. No âmbito do Observatório do SNPC, consideram-se bens culturais todos aqueles de natureza material e/ou imaterial que receberam reconhecimento formal por parte do Iphan. Esse reconhecimento inclui edificações históricas, sítios arqueológicos, paisagens culturais, práticas e expressões da cultura imaterial, entre outros. Com base nesse conceito, foi estruturado o seguinte *dashboard*:

Figura 9.1 - Visão inicial do *dashboard* de Bens Culturais⁵⁴



Fonte: Observatório do SNPC (2025).

⁵⁴ Disponível em: <https://observatorio.iphan.ibict.br/bens-culturais/>. Acesso em: 11 set. 2025.

O *dashboard* de Agentes consolida informações sobre as pessoas e entidades envolvidas com o patrimônio cultural no âmbito do Observatório do SNPC. O conceito de *agente*, definido em conjunto com o Iphan, abrange pessoas físicas e jurídicas cuja atuação qualificada esteja vinculada a bens culturais, incluindo instituições públicas, organizações da sociedade civil, redes e coletivos.

Essa atuação qualificada refere-se a atividades relevantes na preservação, salvaguarda, promoção ou gestão do patrimônio cultural, sendo reconhecida por sua formalização, documentação ou relevância técnica, política, institucional ou comunitária. Em outras palavras, trata-se de agentes cuja contribuição seja significativa para a política de patrimônio cultural, ainda que sua vinculação ocorra em diferentes esferas e com distintos níveis de formalização.

Esses agentes estão registrados em diferentes sistemas do Iphan, e sua identificação constitui um elemento estratégico para o funcionamento do Observatório. Para tanto, é essencial que os dados associados a esses agentes sejam integros, completos e padronizados, garantindo a produção de indicadores consistentes e alinhados aos objetivos do projeto. À luz desse conceito, foi elaborado o seguinte *dashboard*:

Figura 9.2 - Visão inicial do *dashboard* de Agentes⁵⁵



Fonte: Observatório do SNPC (2025).

O *dashboard* de Ações tem como objetivo reunir as iniciativas relacionadas aos bens culturais em todo o território nacional. No contexto do Observatório do SNPC, as ações correspondem a atividades institucionais voltadas à preservação (como fiscalização, conservação e restauração) e à identificação (por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC). Com base nesse conceito, foi desenvolvido o seguinte *dashboard*:

⁵⁵ Disponível em: <https://observatorio.iphan.ibict.br/agentes/>. Acesso em: 11 set. 2025.

Figura 9.3 - Visão inicial do dashboard de Ações⁵⁶



Fonte: Observatório do SNPC (2025).

9.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Observatório do SNPC é um importante passo na gestão do patrimônio cultural brasileiro, visto que reúne esforços interinstitucionais para a criação de um sistema eficiente de coleta, análise e disseminação de dados. A parceria entre o Ibict e o Iphan permitiu a implementação de um modelo de ecossistema informacional integrado, cujo objetivo é facilitar a coordenação entre os diversos agentes responsáveis pela preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil. Ao integrar dados de diferentes fontes e sistemas, o Observatório não só aprimora a gestão pública, mas também fortalece a transparência e a participação social nas decisões relacionadas ao patrimônio cultural.

⁵⁶ Disponível em: <https://observatorio.iphan.ibict.br/acoes/>. Acesso em: 11 set. 2025.

Os resultados do projeto, apresentados por meio de indicadores e *dashboards* interativos, representam um avanço no monitoramento e na análise das ações institucionais, dos agentes envolvidos e dos bens culturais reconhecidos. A criação dos *dashboards* de Bens Culturais, Agentes e Ações permite um cruzamento dinâmico de informações, facilitando a tomada de decisões por parte dos gestores. Esses painéis analíticos visam aprimorar a compreensão do estado atual do patrimônio cultural brasileiro, ao mesmo tempo em que oferecem uma plataforma interativa que pode ser utilizada para a formulação de políticas públicas mais assertivas e para a identificação de lacunas e oportunidades no processo de preservação.

Além disso, a implementação do Observatório do SNPC contribui para a construção de uma governança cultural mais eficaz. Ao integrar indicadores específicos para avaliar as capacidades operacionais dos entes federativos e monitorar a atuação de conselhos e organismos gestores, o Observatório fortalece a rede de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Quanto à sustentabilidade e continuidade, a plataforma, fundamentada em tecnologias de código aberto e com ênfase em dados abertos, assegura a evolução contínua do sistema, adaptando-se de maneira ágil às demandas emergentes da sociedade e às necessidades do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHEMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **E-Com-
pós**, [S. l.], v. 7, 2006. DOI: 10.30962/ec.102. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/102>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRAZELL, Aaron. **WordPress Bible**. Indianapolis: John Wiley & Sons, 2011.

GUERRERO PÉREZ, L. *et al.* A elaboração de um observatório social para o PE-CIM. In: OLIVEIRA, Gilson Passos de; OLIVEIRA, Cecília Leite (orgs.). **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: Ibict; UnB; MEC, 2022. p. 337-365.

MACEDO, Flávia Lacerda Oliveira de. **Arquitetura da informação**: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ORTEGA, Cristina; DEL VALLE, Roberto (2010). Nuevos retos de los observatorios culturales. **Boletín Gestión Cultural**, v. 19, p. 1-15, 2010.

PINTO, André Miguel Alves *et al.* Observatórios de Ciência da Informação da Universidade do Porto: um projeto colaborativo de sucesso. **Cadernos Bad**, Porto, Portugal v. 1, n. 1, p. 57-70, jan. 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84774>. Acesso: 11 set. 2025.

Como citar o capítulo: PINTO, Elton Mártires Pinto; PAIVA, Gustavo Cardoso; CARMO, Danielle do; COSTA, Mirele Carolina Souza Ferreira. Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. *In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 9, p. 171-193. DOI: 10.22477/9788570132472.cap9.



AUTORES

AUTORES



Ana Beatriz Colombo

Doutoranda em Ciência da Informação (Unesp/ Marília). Bacharel em Arquivologia e mestre em Ciência da Informação pela UNESP de Marília.



Andressa Furtado da Silva de Aguiar

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio e mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict. Chefe do Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Seção Rio de Janeiro.



Carlos Thiago Teixeira

Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília- UnB e Pós-graduado em Gestão de Documentos



Danielle do Carmo

Doutoranda em Ciência da Informação (UnB). Mestre em Memória social e Patrimônio Cultural pela Universidade de Pelotas. Licenciada em História. Pesquisadora no Ibict.



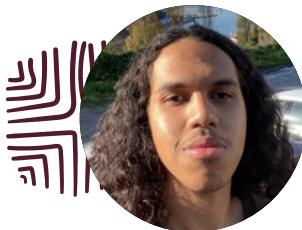
Elton Mártyres Pinto Maria

Doutor em Ciência da Informação e bacharel em Biblioteconomia pela UnB. Mestre em Transformação digital pelo Conservatoire national des arts et métiers (Cnam/França). Pesquisador da Coordenação de Tecnologias para a Informação (Cotec/Ibict).



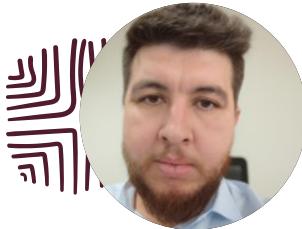
Fernando de Jesus Pereira

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Biblioteconomia pela UnB. Assistente de pesquisa da Coordenação de Tecnologias para a Informação (Cotec/Ibict).



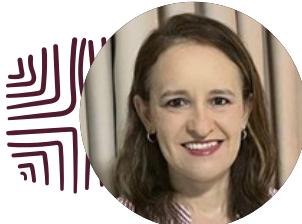
Gustavo Cardoso de Paiva

Bacharel em Museologia pela UnB. Assistente de pesquisa na Coordenação de Tecnologias para Informação (Cotec/Ibict).



Lucas Ângelo da Silveira

Doutor em Informática pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto na Faculdade Senac e tecnólogo na Coordenação de Tecnologias para a Informação (Cotec/Ibict).



Maria Aniolly Queiroz Maia

Doutora em Gestão e organização do conhecimento (UFMG), mestre em Design e bacharel em Biblioteconomia pela UFRN. É bibliotecária da UFRN e pesquisadora na Coordenação de Tecnologias para a Informação (Cotec/Ibict).



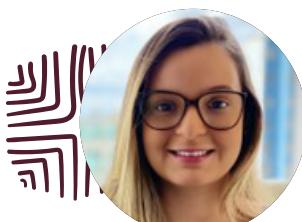
Mariângela Spotti Lopes Fujita

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992), Livre Docente (2003) em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas, Professora Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP



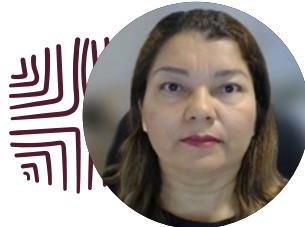
Milton Shintaku

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB. Coordenador de Tecnologias para a Informação (Cotec) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.



Mirele Carolina Souza Ferreira Costa

Doutoranda e mestre em Informática pela UnB. Bacharel em Ciência da Computação pela UFMT. Pesquisadora na Coordenação de Tecnologias para a Informação (Cotec/Ibict).



Odilé Viana de Souza

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. Bibliotecária do Iphan. Chefe da Divisão de Gestão Documental do Centro de Documentação do Patrimônio do Iphan.



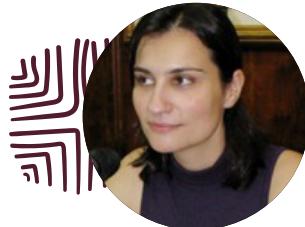
Raphael Bahia do Carmo

Doutorando em Ciência da Informação (Unesp). Mestre em gestão de documentos. Diretor do Centro de documentação do patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Rayssa Gomes Macedo Silva

Bacharel em Arquivologia pela UnB. Pós-graduada em Gestão de documentos. Servidora do Iphan lotada no Arquivo Central de Brasília.



Sonia Troitiño

Livre docente em Patrimônio Documental (UNESP) e doutora em História Social (PPGHS/USP)



Tiago Emmanuel Nunes Braga

A democratização da informação e do conhecimento é, sem sombra de dúvidas, um dos grandes desafios atuais. Esta ação pode, muitas vezes, interpretada com o acesso irrestrito a uma enorme quantidade de documentos sem critérios de qualidade ou de organização. Muito mais do que isso, democratizar a informação e o conhecimento é garantir que uma informação íntegra esteja acessível à sociedade. Isso envolve o processo de curadoria, a qualificação dos objetos digitais por meio dos dados e metadados, bem como a proposição de uma arquitetura informacional e visual adequadas.

A informação é a matéria-prima capaz de promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico do país. Quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) convidou o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para, juntos, atuarem em um projeto de pesquisa com foco na criação da Biblioteca Digital do Iphan (BD-Iphan), estava nascendo uma proposta de parceria público-público que visava promover esse desenvolvimento, tão importante para o país. Este projeto de pesquisa, tão bem coordenado pelo Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), por parte do Iphan, e pela Coordenação de Tecnologias para Informação (Cotec), evidencia as possibilidades desse tipo de parceria e contribui para ampliar o acesso à informação e ao bem-público brasileiro.



Editora
Ibict



ibict
Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia



IPHAN

MINISTÉRIO DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISBN: 978-85-7013-248-2



9 788570 132482